



I

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1467/15	DATA: 25/08/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 19h28min	PÁGINAS: 128
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
PAULO ROBERTO COSTA - Ex-Diretor da PETROBRAS. ALBERTO YOUSSEF - Doleiro. JOÃO MESTIERI - Advogado de Paulo Roberto Costa.			
SUMÁRIO			
Acareação entre os Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há palavra ou expressão ininteligível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 43ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura, por solicitação dos Deputados Luiz Sérgio e Izalci.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Antes de entrar no expediente, eu gostaria primeiro de fazer aqui um esclarecimento. Diante de toda a importância desta acareação para os nossos trabalhos na CPI e do pleno acompanhamento que a imprensa brasileira tem procurado dar, no âmbito não só dos nossos trabalhos, mas também no âmbito da cobertura da Operação Lava-Jato, nós fizemos todo o esforço possível que estava dentro das nossas atribuições para que pudéssemos ter um plenário maior, já que sabíamos antecipadamente que poderia haver isso que, infelizmente, estamos constatando, que é a superlotação do plenário. Infelizmente, não foi possível. Nós temos, no Plenário 1 e no Plenário 2, reuniões que já estavam previamente marcadas — no Plenário 1, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, e, no Plenário 2, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e



Fiscalização —, o que impediu que a nossa reunião pudesse ser realizada em um daqueles plenários.

Então, antes de mais nada, eu gostaria de me desculpar com a imprensa aqui presente, com os assessores. Nós vamos priorizar o espaço para os Parlamentares. E quero dizer que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance não só para manter o som com qualidade, mas também faremos tudo o que tiver que ser feito para que a cobertura possa ser a melhor possível. Então, desde já me desculpo e conto com a colaboração de todos, para que tenhamos uma reunião tranquila, com o menor barulho possível, e para que a Comissão possa atingir o seu objetivo, que é obter as informações que são fundamentais para as conclusões do nosso trabalho.

Fax do Supremo Tribunal Federal, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, informando deferimento de liminar no Habeas Corpus nº 129.929, impetrado em favor de Alberto Youssef:

“(...) para garantir ao paciente o direito de: (a) ser assistido por advogado e de, com este, comunicar-se, podendo seu defensor intervir verbalmente, quando se revelar necessário, observadas as normas regimentais que disciplinam os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito; (b) não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; (c) não se autoincriminar”.

Esta Presidência informa que realizou reunião com o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, oportunidade em que foi apresentado requerimento de reconsideração das decisões de compartilhamento de informações e de oitiva de investigados, à luz da Lei nº 12.850, de 2013.

Está agendada para amanhã, dia 26 de agosto, às 18h30min, audiência com o Exmo. Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, para tratarmos de assuntos relacionados à CPI da PETROBRAS. Os Deputados que pretenderem participar da audiência devem informar com antecedência à Secretaria da Comissão.



Esta Presidência lembra aos Srs. Parlamentares que haverá audiências públicas na próxima semana, nos dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro, na cidade de Curitiba, no Paraná, onde serão ouvidos vários convocados que se encontram custodiados sob a responsabilidade do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR. Solicito aos Srs. Deputados, que ainda não se manifestaram, que informem à Secretaria o seu interesse em participar da missão oficial.

Procedimentos desta acareação:

Os Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef compareceram perante o Plenário da CPI, respectivamente nos dias 5 de maio e 11 de maio de 2015, para prestarem depoimentos nos termos dos requerimentos aprovados pela Comissão.

Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef foram ouvidos na qualidade de investigados colaboradores, prestando o compromisso de dizerem a verdade e renunciando ao direito ao silêncio, tendo em vista essa condição peculiar haver sido imposta nos termos do art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013, que estabelece regras e condições aos investigados que se propõem à colaboração premiada em processos judiciais.

Constam dos autos da CPI, entretanto, outros depoimentos prestados pelos acareandos, tais como nove termos de acareação, prestados perante o Ministério Público e a Polícia Federal, datados de 22 de junho de 2015, além de depoimentos prestados anteriormente perante o Juízo e as autoridades policiais.

O cotejo dessas assentadas demonstra a existência de diversas incongruências, trechos colidentes, inconsistências e referências de um a outro personagem da acareação. Por essa razão, justifica-se a realização do procedimento de acareação pela CPI da PETROBRAS, que busca, diante das versões divergentes, a verdade real dos fatos.

Ordem do dia. A presente reunião destina-se à audiência pública para acareação entre os Srs. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, e Alberto Youssef, convocados pelos Requerimentos nºs 834, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera, e 861, de 2015, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni.

Esta Presidência faz inicialmente alguns esclarecimentos relacionados a esta reunião: considerando que Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef respondem a



processos criminais perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, e que Alberto Youssef encontra-se atualmente preso, sob custódia daquele Juízo, enquanto Paulo Roberto Costa se encontra em prisão domiciliar no Rio de Janeiro, foi requerida a autorização para condução dos presos à CPI, a fim de que pudesse ser realizado o evento. Concedida a autorização, designou o Presidente da CPI que a audiência fosse realizada na data de hoje, tendo as comunicações sido expedidas à Presidência da Câmara dos Deputados e ao Departamento de Polícia Federal com solicitações de providências nesse sentido. Há decisão da Presidência da Câmara suspendendo a vigência do Ato da Mesa nº 82, de 2006, *“para o fim específico de realizar acareação entre os Srs. Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa”*.

A defesa de Alberto Youssef impetrou o Habeas Corpus nº 129.929, obtendo liminar no Supremo Tribunal Federal:

“(...) para garantir ao paciente o direito de: (a) ser assistido por advogado e de, com este, comunicar-se, podendo seu defensor intervir verbalmente, quando se revelar necessário, observadas as normas regimentais que disciplinam os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito; (b) não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; (c) não se autoincriminar”.

A decisão liminar foi proferida pelo Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki.

Convido os Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef a tomarem assento à mesa. *(Pausa prolongada.)*

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sr. Presidente, por ser uma acareação, o tempo e a forma de utilização do tempo dos Parlamentares serão iguais aos das oitivas normais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando os convocados chegarem, eu farei a explicação de como será o funcionamento. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem. Está muito ruim, Sr. Presidente, a posição aqui dos convocados. Eu sou baixinha, Sr. Presidente, tenho menos de 1,60 metro e não consigo ver os convocados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu tentei, como eu avisei no início...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não teria condições de colocá-los em cima, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - ...tentei que tivéssemos um lugar mais apropriado. Infelizmente a organização da Diretoria-Geral da Câmara não conseguiu solucionar isso, porque os plenários maiores, que são os Plenários 1 e 2, estão ocupados com outras reuniões. Então, todo o esforço que era possível ser feito este Presidente procurou fazer, mas infelizmente nós não conseguimos. Então, diante dessa incompatibilidade de espaço, só nos restou este plenário para a realização da reunião.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o Vice-Presidente, o Deputado Antonio Imbassahy, não poderia ceder o lugar, e os dois ficariam na parte de cima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O procedimento...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sim, mas eles ficam na parte de cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O procedimento de acareação é feito um à frente do outro, não podendo ter...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas dá para colocar em cima, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Vamos fazer o seguinte: quando V.Exa. for perguntar, eu vou pedir a algum dos Deputados, e eu não tenho dúvida, que o mais cavalheiro deles ceda espaço para que V.Exa. possa questionar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu fico em pé, então, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Realmente... Não, eu fico aqui mesmo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas, realmente, está bem difícil isso aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu concedi esse tempo aos fotógrafos. E eu quero pedir aos fotógrafos, que já fizeram as fotos, para que a gente possa continuar aqui os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Fica sem imagem. Fica realmente bem complicado.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, pela ordem. Posso falar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Espere aí. Eu peço aos fotógrafos, pois eu fui complacente — esse aqui é um gesto que eu fiz à imprensa —, para que a gente possa continuar com os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Presidente, será que V.Exa. não teria a possibilidade de colocar as duas pessoas que vão fazer a acareação nas duas cadeiras da ponta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O procedimento de acareação, segundo o Regimento Interno, tem que ser feito dessa forma. Eu já expliquei aqui, tentei até colocar uma mesa, porém não cabia mesa aqui. A estrutura física não ajuda.

Então, vamos seguir os nossos trabalhos, porque a tendência é a de que tenhamos uma reunião longa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, primeiro eu queria justificar o fato de estar falando de pé. V.Exa. sabe — eu comuniquei à Mesa Diretora dos trabalhos e à Câmara dos Deputados — que sou paciente de uma hérnia de disco que me impede de ficar sentado ou ter as atitudes normais que eu teria aqui na CPI. Mas eu não poderia faltar a este momento, e, inclusive contrariando as ordens médicas — V.Exa. sabe do que eu estou falando, porque lhe comuniquei —, estou aqui para participar desta CPI. Sou um dos autores desta acareação, creio que ela será muito importante, e também penso que tenho colaboração importante a dar ao longo dos debates na tarde de hoje.



Mas eu queria chamar a atenção, Presidente, para algo completamente descabido, no meu entendimento, que é o *habeas corpus* concedido pelo Ministro Teori Zavascki.

Primeiro, o que diz a lei da delação premiada? É condicionante à lei da delação premiada, para que o acordo se efetive, que aquele que faz a colaboração renuncie, no primeiro momento, ao direito ao silêncio, que é um direito constitucional, e se obrigue, a partir daquele momento, a dizer a verdade, até porque, nas cláusulas dos acordos, tanto o assinado pelo Sr. Paulo Roberto como o assinado pelo Sr. Alberto Youssef, eles assinaram, com o suporte dos seus advogados, a renúncia a esses princípios constitucionais que estão suportados na lei da delação premiada, que é a Lei nº 12.850, se não me falha a memória.

Vou lembrar aqui ao Sr. Paulo Roberto que, quando o Juiz Sérgio Moro o entrevistou para o Processo nº 5083401182014047000, o Juiz Sérgio Moro iniciou da seguinte maneira: *“O senhor fez acordo de colaboração. Na ocasião, o senhor renunciou ao direito de permanecer em silêncio. Então, o senhor, como acusado, teria esse direito. Como o senhor fez o acordo, o senhor acabou renunciando.”* Palavras do Sr. Paulo Roberto: *“Perfeito... Correto”*. Aí volta o Dr. Sérgio Moro: *“Como o senhor também fez acordo de colaboração, se o senhor faltar com a verdade, se o senhor mentir ao responder, seria falso testemunho, estando diante das penas da lei, certo?”*, pergunta o Dr. Sérgio Moro. Responde o Sr. Paulo Roberto Costa: *“Perfeito”*, dessa vez. Na primeira vez o senhor fala *“Correto”*; na segunda vez o senhor fala *“Perfeito”*.

E me causa muita estranheza, Sr. Presidente, porque eu estou aqui com o acordo de delação premiada, assinado pelo Sr. Alberto Youssef com os nobres advogados, e aqui está escrito, na cláusula 13:

“Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o colaborador, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, a qual, nos termos do art. 4, § 14, da Lei nº 12.850, o colaborador renuncia nos depoimentos que prestar. Ao exercício do direito ao silêncio, estará



sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade automaticamente”.

E o que diz a Constituição Federal? Diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito estão imbuídas de poderes judicantes. Esta aqui é uma audiência de colheita de depoimentos. Portanto, é absolutamente fora de propósito, fora de lugar, o que o *habeas corpus* aqui solicita. Por quê? Porque há um documento, reconhecido pelo Juiz Sérgio Moro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...reconhecido pelo Ministro Teori, em que eles renunciaram ao direito de ficar em silêncio. Portanto, cabe falar, Sr. Presidente, sob pena... E aí vamos às penas, rapidamente, Presidente, que estão no acordo de ambos. Eu peguei o de um, para exemplificar. No acordo de ambos está claramente colocado:

"Da Rescisão. Cláusula 19. Se o colaborador descumprir qualquer das cláusulas, subcláusulas e alíneas em relação às quais se obrigou:

b) se o colaborador sonegar a verdade ou mentir em relação a fatos em apuração;

c) se o colaborador, ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 15, vier a recusar-se a prestar qualquer informação de que tenha conhecimento...”

E assim segue. Se é de conhecimento de ambas as defesas, é de conhecimento de ambos os colaboradores, é de conhecimento deste Plenário, é de conhecimento de V.Exa., isto é a lei e é o acordo que está assinado. É o contrato feito entre Paulo Roberto Costa e o Ministério Público Federal, homologado, e o contrato feito e homologado com o Ministério Público Federal feito pelo Sr. Alberto Youssef.

Portanto, independente de qualquer *habeas corpus*, eles estão obrigados a falar a verdade neste Plenário. Eles estão obrigados a colaborar com esta CPI, sob pena de perderem parcial ou totalmente os benefícios da delação premiada. Ela não se anula, mas se anulam os efeitos que já livraram de penas mais duras os



dois condenados, porque os dois já foram inclusive condenados, Sr. Presidente. E uma vez aceita a denúncia, e a condenação dos dois é mais do que o aceite da denúncia, pela lei da delação premiada não há nenhum sigilo cabível. Portanto, a sessão é aberta e os dois estão obrigados a falar o que sabem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu entendo perfeitamente as colocações feitas por V.Exa., só que cabe a este Presidente cumprir uma decisão judicial, e nós recebemos ontem à noite a sua notificação. A decisão do Ministro Teori de conceder ao Sr. Alberto Youssef a condição de ficar calado é uma decisão judicial, e decisão judicial, até que ela seja revista, tem que ser cumprida por nós. Agora, nós confiamos que, como o Sr. Paulo Roberto está aqui e não apresentou o pedido de *habeas corpus*, ou pelo menos nós não fomos notificados sobre uma notificação nesse sentido, ele prestará o compromisso de dizer a verdade, e o Sr. Paulo Roberto, contribuindo, acredito que o Sr. Alberto Youssef, naquilo que lhe convier, poderá também contribuir com os nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu só quero, respeitosamente, contraditar V.Exa.: aqui há uma invenção, porque o que nós temos aqui, o Ministro apenas fez um reconhecimento, na minha visão — quem sou eu, não é? —, equivocadamente, de reconhecer um direito que a Constituição garante, até ele cita, mas no momento em que ele fez o termo de acordo de delação premiada, isso está renunciado, é cláusula fundamental para o acordo. Portanto, caberá... E eu quero fazer perguntas ao Sr. Alberto Youssef e ao Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O direito de perguntar nós daremos a todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não respondendo, Sr. Presidente, vou entrar, individualmente, e peço que a CPI entre, coletivamente, em juízo para o perdimento dos benefícios, porque, na medida em que essa questão está claramente colocada não apenas na lei, mas também dentro do acordo que foi firmado, o que se trata aqui é de tentar se subtrair e cair nos itens da Cláusula 19 do acordo, que está aqui, Sr. Presidente, e, de maneira hábil, ardilosa, estão tentando fugir ao termo do acordo. E nós podemos fazer pesar sobre os dois a ação da CPI, junto ao Dr. Sérgio Moro, no sentido de que houve um claro



descumprimento do acordo, e, havendo o descumprimento do acordo, quer pelo silêncio, quer pela omissão, quer pela mentira, quer pela inverdade, mesmo que assistidos pelos seus advogados, que é o direito que eles sempre terão e nós lutamos muito para que isso acontecesse no Brasil, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós seremos vitoriosos, e as penas, hoje talvez mais confortáveis dos dois réus ainda em muitas ações e condenados já em uma, poderão ficar muito mais dolorosas para eles.

Portanto, eu faço um apelo no sentido de que, se houver uma questão que o Sr. Alberto Youssef julgue eventualmente, ele corre o risco de se silenciar, agora, naquilo que ele já citou, naquilo que nós já conhecemos, que ele participe da sessão, para que ele não corra o risco de perder o que já conquistou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Daremos seguimento aos trabalhos, e, de acordo com o desenrolar da reunião, a CPI se manifestará no momento correto, agora sempre com muita serenidade, lucidez, à luz da lei e sempre buscando o bom funcionamento dos nossos trabalhos. V.Exa., Deputado Onyx Lorenzoni, terá, por parte deste Presidente nesta CPI, total amparo nas suas colocações, para que possamos, em outro fórum, debater quais procedimentos iremos tomar.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, é rápido. Eu também sou autor do requerimento. Não é só na Cláusula 13 em que se reafirma o que já está disposto no art. 4, § 14 da Lei nº 12.850, de que ele renuncia ao direito de ficar em silêncio. No item 5 da Cláusula 12 do Acordo de Delação Premiada, também do Sr. Alberto Youssef, ele reafirma também a sua renúncia ao direito de ficar calado. Então isso, para mim, mais do que uma artimanha, revela a personalidade do aqui depoente, acareado, réu confesso, condenado, que já não cumpriu um acordo de delação premiada, de não cumprir novamente. Por isso eu acho que esta CPI, se ele usar desse recurso hoje — e nós não temos como descumprir uma decisão do STF —, nós temos que, como coletivo, tomar o encaminhamento proposto pelo Deputado Onyx Lorenzoni.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu ouvi os dois autores. Eu darei seguimento aqui, para explicar o funcionamento da acareação, para que possamos ter um pouco mais de agilidade nos trabalhos.

Srs. Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, advirto que V.Sas. serão ouvidos na qualidade de investigados colaboradores. Ser-lhes-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis.

Assim, prestará o Sr. Paulo Roberto Costa o compromisso de dizer a verdade, renunciando ao direito ao silêncio, nos termos do art. 4.º, § 14 da Lei nº 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado colaborador em processos judiciais em curso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, respeitosamente, eu vou contraditar V.Exa., porque, na medida em que os dois firmaram acordo de delação premiada, eles estão obrigados a dizer a verdade. Pode ser feito, mas é despidendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mas se faz necessário. Faça V.Sa., por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e o que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quanto ao Sr. Alberto Youssef, em face da liminar deferida pelo Sr. Ministro Teori Zavascki, ser-lhe-ão garantidos os direitos constitucionais de investigado, já especificados nesta audiência.

Senhores depoentes, nos depoimentos prestados por V.Sas. perante a CPI nos dias 5 de maio de 2015 e 11 de maio de 2015, nos termos de colaboração premiada, assim como nos termos de acareação realizada no dia 22 de junho de 2015, prestada na sede da Superintendência de Polícia Federal de Curitiba, Paraná, foram encontradas divergências, contradições e inconsistências, que, a juízo desta CPI, precisam ser explicadas.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, para iniciar os questionamentos. Em seguida, faremos como de costume: daremos a palavra aos



Sub-Relatores, depois aos Deputados autores, em seguida aos Deputados membros e, por último, aos Deputados não membros, garantindo, como sempre, a prioridade da palavra aos Líderes inscritos, que poderão pedir a palavra no momento em que se fizer necessário, a juízo de cada um dos Líderes.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, tenho apenas um dúvida: as perguntas que serão feitas aos dois depoentes são pertinentes a contradições ou será qualquer tipo de pergunta? Não ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - As perguntas deverão ser feitas pelos Parlamentares, é claro que sempre priorizando as contradições e as informações que foram dadas pelos depoentes. Porém, o Parlamentar tem o direito de perguntar, no tempo regimental, aquilo que entender ser necessário. Nós garantiremos às Sras. e aos Srs. Deputados esse direito.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a primeira pergunta não tem a ver com contradição, mas, como Relator, entendo ser muito importante, e dirijo essa pergunta ao Sr. Alberto Youssef.

Em depoimento prestado ao Juiz Sérgio Moro, ele diz — abre aspas:

“Sim, eu venho sofrendo intimidação perante as minhas filhas, perante a minha esposa por uma CPI coordenada por alguns políticos e que, inclusive, o nome de um deles foi mencionado aqui por mim.” Continua o Sr. Alberto Youssef: *“Eu acho isso um absurdo! Eu, como réu colaborador, quero deixar claro que estou sendo intimado pela CPI da PETROBRAS por um Deputado pau-mandado do Sr. Eduardo Cunha.”*

Então, eu queria perguntar aqui ao Sr. Alberto Youssef: quem são esses Parlamentares que o estão intimidando? Quem são esses Parlamentares? Que instrumentos eles utilizaram? É a oportunidade que V.Sa. tem, porque não pode pairar sobre o conjunto desta CPI uma dúvida e uma acusação dessa ordem e dessa grandeza. V.Sa. tem aqui a oportunidade de nominar, de relatar que instrumentos, que mecanismos foram utilizados.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, eu vou me reservar o direito ao silêncio por conta do salvo-conduto dado pelo Supremo Tribunal Federal. Vou me reservar ao silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Profundamente lamentável, porque V.Sa. usa a expressão... Quer dizer, é uma ação absurda da CPI, e V.Sa. está aqui diante da imprensa, diante dos Parlamentares. Pode, inclusive, nominar, apontar, esclarecer essa dúvida e não colocar o conjunto da CPI sob suspeita.

Então, eu quero insistir para que V.Sa. aproveite esta oportunidade e diga ao Brasil que instrumentos foram utilizados, quem são essas pessoas.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, mais uma vez, eu vou me reservar ao silêncio pelo salvo-conduto dado pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Questão de ordem, Sr. Presidente, se me permite.

Veja bem, eu estou aqui mantendo, como de praxe, a serenidade, acho que todos estamos. Todavia, nós sabemos que um dos princípios basilares do Estado de Direito é a independência e a harmonia entre os Poderes.

O Judiciário tem tomado decisões que têm dificultado sobremaneira o trabalho da nossa CPI. Chegamos hoje ao cúmulo de um delator, que já teve delação premiada, teve "redelação repremiada", está aqui já com a delação feita, condenado, desobrigado a falar. Agora, o que nós estamos vendo aqui é um momento à frente. Isso já dificulta o nosso trabalho. Um momento à frente. Está-se permitindo que a CPI vire um saco de pancada. Qualquer delinquente pode dizer que foi ameaçado, que foi isso, que foi aquilo pela CPI, quando chega aqui, nós perguntamos quem ameaçou, ele diz: "*Quero ficar calado.*"

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Isto não é possível! O Judiciário tem que ver que ele está afrontando, com esse tipo de atitude, as nossas prerrogativas. Ninguém chegou aqui porque quis. Nós fomos eleitos pelo povo brasileiro para desenvolver esse trabalho e desempenhar esse papel. E a CPI não pode se quedar ao silêncio, quando, eu repito, protegidos pelo Judiciário, delinquentes transformam a nossa CPI praticamente num saco de pancada.



Então, fica o meu registro, a minha indignação. Não há motivo nenhum para um delator, que já fez delação, vir aqui protegido por esse tipo de decisão que está hoje impedindo, dificultando, atrapalhando o nosso trabalho e, dessa forma, protegendo quem não devia proteger.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, Deputado Marun, dizer que as colocações feitas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Ivan Valente, que, tenho certeza da boa educação, vai esperar eu terminar de falar para poder, em seguida, dar a palavra a V.Exa.

Nós concordamos quando a CPI, muitas vezes, fica travada, sem poder evoluir da maneira que gostaríamos, mas cabe a nós cumprir a lei.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Perfeito. Decisão judicial não se discute, se cumpre, mas tem que ficar esse registro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O registro de V.Exa. é feito com total sobriedade e, acima de tudo, com muita responsabilidade, pelo brilhante Parlamentar que é, do Mato Grosso do Sul, e que tem ajudado aqui a desenvolver um grande trabalho à frente da CPI.

Vamos, ao final da acareação... O Deputado Onyx já levantou ali um procedimento que a CPI poderá vir a tomar. Em não havendo a colaboração da maneira que a CPI se sinta atendida, nós vamos ver aquilo que cabe, dentro da lei, à CPI tomar como providências.

Temos feito diversas visitas aos Ministros do Supremo, para mostrar a boa intenção que nós temos na realização dos trabalhos, em podermos aprofundar naquilo que for possível aqui dentro do Parlamento brasileiro. No momento certo, não tenham dúvidas, a CPI saberá se posicionar com muita firmeza e com muita serenidade.

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que nós temos aqui, a CPI, de tirar o máximo proveito da



acareação. Nós não temos que discutir decisão do Supremo aqui, por mais que sejam bons os argumentos que os Deputados levantaram.

Em segundo lugar, quero fazer um apelo à CPI. Nós temos aqui dois depoentes que já fizeram depoimentos aqui, ou em Curitiba, e os dois falaram bastante.

Então, o que nós temos que fazer aqui como postura é arrancar o máximo de informações, esclarecer as contradições e tocar a questão nessa direção. Ou seja, a CPI precisa esclarecer os fatos.

Este é o pedido que eu estou fazendo, para tocarmos o nosso trabalho aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Luiz Sérgio, continue com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu vou passar às outras, mas lamento profundamente.

Para que os membros da CPI tenham ideia, ele diz: *“Por uma CPI coordenada por alguns políticos.”* Ele bota no plural, é “s”. Então, ele bota: *“alguns políticos”*, e depois usa uma expressão dura: *“pau-mandado do Presidente Eduardo Cunha”*.

Então, ele tem aqui uma oportunidade de nominar, apontar, esclarecer e, aí, ele opta pelo silêncio. Quer dizer, opta pelo caminho de colocar todos sob suspeita. Não é correto isso! Quer dizer, há compreensão de que essa indignação é procedente.

Mas tem outro ponto, Sr. Alberto Youssef, que para esta CPI é muito importante, porque há uma fotografia, que foi publicada em algumas revistas de publicação semanal, em que V.Sa. aparece na cela com um aparelho de escuta.

Então, eu pergunto: o que chamou a atenção de que existia uma escuta na cela em que V.Sa. se encontrava? Sobre que assunto lhe foi perguntado para que despertasse em V.Sa. a desconfiança de que havia uma escuta ambiental? Que delegado lhe interrogou sobre o assunto que lhe causou a desconfiança? Onde estava essa escuta ilegal? Durante o processo em que V.Sa. desconfiou dessa escuta, possivelmente ilegal, que V.Sa. mesmo retirou e depois aparece em suas



mãos, esse período foi o período em que V.Sa. e o Sr. Paulo Roberto se encontravam na mesma cela em Curitiba, no Paraná?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sr. Relator, eu respeito este Parlamento, mas eu vou me reservar o direito ao silêncio pelo salvo conduto dado pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Relator, posso pedir um favor, em nome, seguramente, de muitos brasileiros?

Nós estamos diante de dois criminosos, dois bandidos, já condenados, inclusive. Seria muito importante que parasse com a palavra “senhoria”. Ficasse apenas “senhor” e “senhoras”. Isto é mais do que respeitoso.

O SR. JOÃO MESTIERI - O senhor é que não está sendo respeitoso. O senhor me chamou de bandido.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor não fala comigo!

O SR. JOÃO MESTIERI - Eu falo!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não fala comigo! Não fala comigo! Só fala o seu cliente. O senhor não é convocado!

O SR. JOÃO MESTIERI - Estou aqui exercendo uma função pública, e V.Exa. deve respeitá-lo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero poder restabelecer a ordem. Vamos dar seguimento às perguntas do Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Paulo Roberto, como o senhor tomou conhecimento dessa história em relação à escuta ambiental que se encontrava na cela? Foi no período em que V.Sa. estava preso na mesma cela com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Posso só fazer uma introdução, Presidente? Eu queria só dizer algumas palavras iniciais. Entre CPMI e CPI, esta é a quinta vez que estou aqui respondendo perguntas. Já prestei para o Ministério Público e para a Polícia Federal e para o Juiz Sérgio Moro 126 depoimentos. Todos esses depoimentos são de domínio público. Vocês, com certeza, já conhece todos esses depoimentos. Estou passando por uma dificuldade de saúde. Inclusive a CPI que foi marcada anteriormente foi remarcada por problema de saúde meu. Estou com um problema sério de saúde. Estou muito desgastado emocionalmente, estou



muito... Minha saúde está bastante complicada. Estou aqui no dia de hoje para esclarecer algumas dúvidas, mas lembro que eu já dei 126 depoimentos. Então, não vou ter hoje novidades para falar para vocês. Eu posso esclarecer algumas coisas, mas não tenho novidades. Vocês já sabem de tudo. Então, V.Exas. já conhecem todos os meus depoimentos: 126 depoimentos. Então, estou aqui para colaborar — como é minha função — com V.Exas., mas, repito, não tenho novidade para colocar, porque todos os pontos que eu já tinha para colocar eu já coloquei para o Ministério Público, para a Polícia Federal, para o Juiz Sérgio Moro. Bom, quanto à pergunta do Deputado Relator, nesse período em que foi detectada a escuta na cela do Alberto Youssef, eu não estava na mesma cela, eu estava no outro lado. Eu não estava na mesma cela dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. afirmou que já prestou 126 depoimentos, mas há depoimentos que são contraditórios. Hoje seria uma oportunidade inclusive de esclarecer esses contraditórios.

Por exemplo, V.Sa. afirma ter tomado conhecimento, por intermédio do Sr. Alberto Youssef, do pedido do Palocci de apoio de 2 milhões de reais, a serem debitados da cota do PT para financiamento da campanha presidencial da candidata Dilma no pleito de 2010. Paulo Roberto disse que autorizou Alberto Youssef e confirmou o pagamento. Já Alberto Youssef nega o fato enfaticamente e diz que sequer conhece o Palocci.

Então, alguém aqui está mentindo em relação a essa versão contraditória. Evidentemente que V.Sa. vai confirmar aquilo que relatou, e o Alberto Youssef hoje aqui, pelo jeito, não quer nem confirmar o que ele já falou. Mas, evidentemente, mesmo com 126 depoimentos, há pontos que não estão esclarecidos, porque Alberto Youssef nega essa operação, nega que conheceu Palocci, nega que tenha feito esse repasse. Então, como esclarecer este ponto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu vou quebrar o silêncio nesse assunto e vou falar porque eu respeito este Parlamento. Com respeito ao Palocci, eu confirmo minhas declarações todas feitas anteriormente. Eu não conheço o Palocci, eu não conheço o assessor do Palocci, eu não conheço o irmão do Palocci, e ninguém fez nenhum pedido a mim para que eu pudesse arrebatar recursos para a campanha da Presidenta Dilma no ano de 2010. É o que eu posso dizer.



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu ratifico aqui os meus 126 depoimentos. E, pelo que eu me lembro em relação a esse assunto, esse assunto me veio através do Alberto Youssef, e eu autorizei a repassar os 2 milhões que eram de cota do PP para a campanha de 2010. Ratifico aqui os meus depoimentos, todos eles, integralmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, fica a dúvida. Alguém, evidentemente, está ou tendo problema de memória, ou mentindo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Relator, somente para ajudar: não teria sido utilizado o nome apenas para pegar o recurso? Esse recurso foi entregue? Peço somente para complementar isso, Às vezes usou apenas o nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Há outra contradição também, outra divergência. Paulo Roberto Costa, nesse caso, o Alberto Youssef afirma que houve um pagamento de 20 milhões de reais para a campanha de reeleição de Eduardo Campos, em 2010. Porém, há divergência sobre a origem do recurso. Paulo Roberto Costa disse que os recursos teriam vindo do Consórcio Ipojuca Interligações, da IESA e Queiroz Galvão, enquanto Alberto Youssef falou que os recursos seriam oriundos do Consórcio CONEST, OAS e Odebrecht. Então, a pergunta que faço é: houve esse repasse desses recursos? E, se houve, por quais empresas?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Repasse houve. Agora, do meu conhecimento, o que chegou ao meu conhecimento é que foi através do consórcio que eu falei. Agora, o repasse houve. Eu acho que o importante nesse ponto aí é que houve o repasse. Pode ser aprofundado se foi o consórcio A ou o consórcio B. No meu conhecimento, foi o consórcio que eu falei. Agora, isso pode ser aprofundado. Repasse houve? Houve. Então, o ponto importante dessa pergunta é: o repasse houve.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu retifico os meus depoimentos — todos, dados como réu colaborador. Ratifico, está certo? E vou dizer mais ainda: eu vou me reservar ao silêncio com referência a esse assunto, porque existe uma investigação nesse assunto do Palocci que logo vai ser revelada, e vai ser esclarecido o assunto. Tem um outro réu colaborador que está falando. Eu não fiz



esse repasse. E, assim que essa colaboração for noticiada, vocês vão saber realmente quem foi que pediu o recurso e quem repassou o recurso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. está se referindo à pergunta anterior?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E em relação à campanha do Eduardo Campos em 2010, ao repasse de 20 milhões?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu ratifico os meus depoimentos todos dados como réu colaborador e vou me reservar ao silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Alberto Youssef, o Sr. Paulo Roberto Costa afirmou em depoimento a esta CPI que V.Sa. era o responsável pela operacionalização dos pagamentos a agentes políticos e pela contabilidade, pelo registro desses pagamentos. V.Sa. confirma essa declaração? E, se confirma, a quais políticos? E como eram feitos esses repasses?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu confirmo. E, quanto aos políticos, eu já declinei. Então, eu não tenho o que dizer mais além do que eu já disse.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas a contabilidade era de V.Sa., como afirma o Paulo Roberto Costa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim. A contabilidade quem fazia era eu mesmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos aos sub-Relatores. Depois, havendo necessidade, eu retomo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao primeiro Sub-Relator. V.Exa. vai usar o tempo de Liderança do PR?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes do tempo?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso, Sr. Presidente, antes do tempo de Sub-Relator.

Sr. Presidente, eu não iria usar o tempo de Liderança do PR, mas com a postura que o Sr. Alberto Youssef está tomando aqui, eu quero usar o tempo de Liderança do PR.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. terá até 6 minutos, pelo tempo de Liderança do PR. Em seguida, falará como Sub-Relator, lembrando que, no tempo de Liderança, questionamentos não podem ser feitos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso. Não farei questionamentos. Quero dizer do respeito à Constituição, dar parabéns a V.Exa. Se houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, nós temos que cumpri-la, independente de quem concorde ou não.

Sr. Paulo Roberto Costa, Dr. João Mestieri, advogados aqui, Sr. Alberto Youssef, realmente como Deputado nos frustra muito essa questão de o senhor não falar, porque, às vezes, a CPI é acusada, como o senhor acusou esta CPI, e aí no momento de o senhor aqui e de nós respeitosamente questioná-lo quem o senhor está apontando, o senhor não fala, o que é muito ruim.

Isso já aconteceu outra vezes. Numa outra sessão aqui eu falei, com o novo caso da Dra. Catta Preta, lá, naquela entrevista em que ela acusou a CPI também, e a minha mãe me ligou: “*Você está acusando a doutora?*” Então, acabamos sendo até dentro da própria família... A sociedade diz... Parece que nós estamos... Eu nunca acusei o senhor. Eu, por exemplo, nunca acusei as filhas do senhor. Eu acho que o senhor usou as suas filhas nesse sistema sujo. Aconteceu, foi acontecendo.

Eu gostaria de perguntar ao senhor de uma forma aqui respeitosa. Talvez, não precisasse chegar a essas questões pontuais, mas o senhor está usando um direito seu, mas deixando de livrar aqui aquele que não tem nada a ver com a acusação que o senhor está fazendo: eu não tenho nada a ver. Eu questionei o senhor pessoalmente lá em Curitiba, e é muito ruim fazer acusações aos outros e, depois, se omitir na hora de falar como o senhor está fazendo agora.

Mas, Sr. Presidente, existem outras questões, e aqui o Dr. Paulo Roberto Costa, com respeito à presença do senhor que prestou 126 depoimentos — imagino o que o senhor tenha passado, independente da sua responsabilidade —, obviamente, discordo em um ponto: que o senhor respondeu tudo que lhe foi perguntado, mas o que não lhe foi perguntado o senhor não respondeu. Existem muitas situações, na PETROBRAS e na Operação Lava-Jato — eu acredito no trabalho do Dr. Sérgio Moro e do Ministério Público Federal —, que, na minha opinião, ainda não foram alcançadas. Eu acho que serão alcançadas. Eu, no meu



tempo aqui, nos meus 10 minutos, vou perguntar ao senhor algumas questões que, na minha opinião, não foram alcançadas.

Eu acho que a nossa CPI, devido ao brilhante trabalho da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público, tem que trazer para cá também fatos que ainda não foram revelados ou fatos gravíssimos que ainda não foram, vamos dizer, suficientemente investigados, como, por exemplo, a área petroquímica — uma área que, na minha opinião, e vou questioná-lo sobre isso, não está fora do todo dessa corrupção, pelo contrário, é centro dessa corrupção —, como, por exemplo, negócios que envolvem outros grandes empresários que não foram o foco inicial da Lava-Jato, e grandes empresários. Eu, por exemplo, num dos requerimentos de nossa autoria... nós recebemos contratos da PETROBRAS. Quando eu me deparei com um contrato em que a BR Properties, que é administrada pelo BTG Pactual, pelo Sr. André Esteves, aluga meio prédio no Rio de Janeiro, Edifício Ventura, por 600 milhões de reais, em 7 anos. E uma outra parte do prédio é alugada pelo BNDES. Se a outra metade do prédio for do mesmo valor — eu não acredito que este grupo econômico que está fazendo esta transação vá cobrar mais caro da PETROBRAS, já que eles são justos —, seria, em 7 anos, 1 bilhão e 200 milhões de reais de aluguel de um prédio para a PETROBRAS e para o BNDES.

Depois que eu vi isso, na minha área aqui, a Sub-Relatoria de Gestão Temerária da Construção das Refinarias que, graças ao trabalho do Ministério Público e da Polícia Federal, está bastante avançada, eu deparei com o que o BTG Pactual está metido na PETROBRAS. E aí vemos a questão, por exemplo, das sondas que já foram alvo aqui na nossa CPI, na questão da Sete Brasil, em que o BTG Pactual é o maior acionista, com o envolvimento do fundo de pensão PETROS. Vemos, por exemplo, a questão dos ativos da África, em que o BTG Pactual está envolvido. Vemos, por exemplo, o bilhete da Odebrecht, em que o Sr. Marcelo Odebrecht cita o Sr. André Esteves.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que nós temos que ter como foco, paralelo ao trabalho que está acontecendo, trazer aqui esses grandes nomes antes de finalizar esta CPI.

Eu não sei, Sr. Paulo Roberto Costa, se questões pontuais como essas foram lhe perguntadas. Eu agora vou acabar — faltam 10 segundos — pontualmente,



Presidente. V.Exa. sempre atende aos nossos pedidos de dar um tempinho a mais. Mas eu não vou pedir isso, não. Já vou entrar agora nos nossos questionamentos, já que o tempo foi encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço que se atenha aos 10 minutos, para os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Roberto. As minhas perguntas seriam para os dois acareados. Mas como a postura do Sr. Alberto Youssef é de não falar, eu não vou perder o tempo com algumas perguntas.

Queria perguntar ao senhor, por exemplo, sobre as aquisições da PETROBRAS na área petroquímica. Um dos depoentes que participaram aqui na CPI disse que o senhor foi uma das pessoas indicadas para acompanhar os processos de aquisições na área petroquímica. Isso é verdade?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Bom, primeiro, só para esclarecer o Deputado, nesses depoimentos, eu não respondi só coisas que me foram perguntadas. Eu fui muito proativo em relação a isso. Quando eu resolvi fazer a delação, eu abri, vamos dizer, o meu coração, abri a minha cabeça e fui extremamente proativo. Então, não foi respondido só o que me foi perguntado. Eu fui muito além daquilo que me foi perguntado. Em relação à parte petroquímica, existem depoimentos, dentro destes 126, talvez três... dois ou três depoimentos especificamente sobre a área petroquímica. A área petroquímica da PETROBRAS, em relação às aquisições... elas eram conduzidas por uma área dentro da PETROBRAS chamada área de Novos Negócios. Então, essa área, que era ligada diretamente ao Presidente da companhia, era a responsável pelas aquisições. Isso está detalhado nesses depoimentos que eu já dei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Presidente Gabrielli era o responsável pela área de Novos Negócios?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É, essa área de Novos Negócios é ligada diretamente ao Presidente. Então, qualquer aquisição que a PETROBRAS fazia era conduzida por esta área de Novos Negócios. Então, tinha uma série de técnicos lá, bastante competentes que conduziam toda essa atividade, seja na área petroquímica, seja na área de refino, na área de extração e produção. Então, existia



dentro da PETROBRAS, e eu acho que ainda existe, uma área de Novos Negócios, que era a responsável por isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor já esteve pessoalmente com o Sr. David Feffer?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim, várias vezes. A PETROBRAS tinha contratos com ele. Ele era da área petroquímica. Inclusive uma das aquisições que a PETROBRAS fez foi a compra da Suzano Petroquímica.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Sr. Gabrielli, nesta questão, por exemplo, da Suzano Petroquímica, existe uma diferença, inclusive publicada, do valor da empresa em bolsa de valores, e o valor pago pela PETROBRAS teria sido um valor muito superior. Nós temos também depoimento aqui dizendo que isso aconteceu, que realmente o preço foi mais alto. A palavra final da PETROBRAS sobre esse processo de aquisição foi do Sr. Gabrielli?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A palavra final da decisão em relação a uma aquisição era do presidente da companhia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu vejo, respeitando o estado de saúde do senhor, acompanhado dos seus advogados... O senhor tem observado todas as empresas citadas até aqui. A gente sabe que a PETROBRAS tem um regime diferenciado na área de licitação de aquisição. O senhor acha que já foi tudo apurado, mesmo onde o senhor não estava atuando?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A PETROBRAS é uma empresa muito grande, é uma empresa gigante. Então, eu tenho como colaborar, e já colaborei, com os conhecimentos especificamente da minha área. Agora, existem várias outras áreas, como foi mencionado pelo Deputado, por exemplo, aquisições na África, isso não era da minha área, mas da área internacional. Então, não tenho como colaborar porque não participava disso. A área de exploração e produção é um mundo. O maior orçamento que tem uma empresa de petróleo, que tem a PETROBRAS, não é na área de abastecimento, é na área de exploração e produção. Então, isso tudo não era ligado a mim. Eu não tenho como detalhar coisa que eu não conheço.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Na época do senhor, quem era o responsável pela área de exploração e produção?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - No Brasil, na área de exploração e produção, era o Guilherme Estrella e, no exterior, a área de exploração e produção era da diretoria internacional, parte com o Nestor e depois parte com o Zelada. Depois a Presidente Graça assumiu a área internacional. Quando o Zelada saiu, ela assumiu essa área e não colocou nenhum diretor no lugar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além da JD Assessoria e Consultoria, o senhor poderia citar algumas empresas subcontratadas pelos consórcios que simulavam prestação de serviço, de modo que essas empresas pudessem repassar propinas a terceiros ou se apoderar de algum tipo de recurso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. Eu não tenho como... Nem lembro quem era JD. Eu não posso...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - A JD é a consultoria do ex-Ministro José Dirceu.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, eu não tenho conhecimento. Nunca tive relação com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Além dessa empresa, eu pergunto ao senhor o seguinte: as subcontratadas... A gente sabe como funcionava o cartel. Por exemplo, eu estou estudando vários contratos da PETROBRAS, debruçado sobre isso. A gente sabe que essas empresas tinham contratos. Por exemplo, a Queiroz Galvão, a Odebrecht, a Camargo Corrêa tinham contratos guarda-chuvas e subcontratavam empresas, porque era fechado aquele mercado para elas entrarem. Às vezes, elas não forneciam determinado item ou não prestavam determinado serviço, mas aquilo estava sob o seu contrato. Então, elas é que mandavam naquilo. Eu queria saber do senhor se tem conhecimento, porque eu tenho visto isso nesses processos, de alguma subcontratada dessas empresas que simplesmente entravam com a nota fiscal, para que as propinas fossem ali produzidas, sem prestar o serviço.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não tenho conhecimento. O meu contato era diretamente com as empresas. Eu nunca tive...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Abaixo disso, o senhor não tem conhecimento?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Nunca tive contato.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Para o senhor ter uma ideia, Sr. Paulo Roberto, eu sei que o senhor tem muitos anos de PETROBRAS, só dos ativos da BTG Pactual... Numa das matérias que foram colocadas, os ativos da África, segundo os especialistas da PETROBRAS, estavam avaliados em 7 bilhões de dólares. Os valores caíram para 4,5 bilhões de dólares, depois 3,16 bilhões de dólares, depois foram oferecidos ao Banco Pactual por 1,5 bilhão de dólares. Quanto custou a refinaria de Pasadena?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Inicialmente, foram 300 milhões, depois teve o processo judicial nos Estados Unidos, mais 800, 1 bilhão e pouco.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Um bilhão de dólares. Presidente, de 1,5 bilhão para 7 bilhões, são 5,5 bilhões de dólares. Foram 5 Pasadenas no negócio do BTG Pactual na África. Nós temos que trazer aqui, na minha opinião, é óbvio que eu não decido sozinho, é preciso colocar em votação isso aí, para investigar esse caso, que não é um só caso. Alugaram o edifício mais caro do Rio de Janeiro. Foram 600 milhões de reais em 7 anos, Sr. Presidente! E tem esse envolvimento. Tem o envolvimento no caso da Sete Brasil. Então, são questões que, mantendo a nossa direção... Na semana que vem estaremos indo a Curitiba. Tivemos todos os impedimentos aqui, respeitando a lei, depoimentos que foram adiados, mas a nossa CPI precisa também estar focada em grandes questões que ainda não foram trazidas aqui.

A questão da área petroquímica, por exemplo, eu não vou aqui adentrar a questão da área petroquímica, porque há vários companheiros que vão fazer perguntas aqui, mas a questão da área petroquímica — eu já disse — é uma questão crucial, crucial, é um escândalo muito maior do que a de Pasadena. A PETROBRAS pagou mais caro absurdamente. E o Presidente Gabrielli, que, na minha opinião, deve ser reconvocado aqui, com os dados que nós temos em mãos agora, porque veio aqui a esta CPI, veio aqui a esta CPI, tirou uma onda aqui nesta CPI, explicando tecnicamente, dando uma aula de produção de petróleo, de quanto a PETROBRAS valeu durante a gestão dele, mas ele se esqueceu de dizer, por exemplo, está aqui o Dr. Paulo Roberto dizendo: a última palavra para aquisição de petroquímicas foi do Dr. Gabrielli.



E eu pergunto ao senhor em uma questão dessas, só tecnicamente falando — sei que não é da área do senhor, o senhor está aqui colaborando: uma questão dessas dos ativos da África, de um valor como esse, de uma venda de um ativo da PETROBRAS, o BTG Pactual, a última palavra também é do Presidente da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Nessa época aí que eu li pela imprensa desses ativos da África, o Presidente não era mais o Gabrielli.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Era, era...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A Graça.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Era a Graça. Mas a última palavra era dela?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, a gente não pode entender. Ou todos os especialistas estão errados e a Presidente Graça Foster está certa, né? Aliás, também tivemos aqui um episódio com a Graça Foster em que ela sentou-se aqui, muito respeitosamente, eu a questionei. E ela disse que ia nos responder algumas perguntas sobre o organograma da PETROBRAS, o organograma, para que nós pudéssemos entender o assunto. E ela, dias depois, disse que não poderia responder às perguntas, fugindo da resposta. Então, isso nos deixa bastante desconfiados.

Só para finalizar, dentro do meu tempo, Sr. Presidente, quero dizer ao Sr. Alberto Youssef: eu fiz a pergunta à doleira Nelma Kodama, porque ela disse que era amante do senhor. Eu li um termo de declaração dela lá da Polícia Federal, de gravação, e ela cantou aquela música lá em Curitiba, não sei se ela cantou para aparecer ou se ela ficou nervosa. Fui eu que fiz aquela pergunta a ela. É muito ruim o senhor não falar aqui, porque na semana que vem nós estaremos lá em Curitiba.

Então, tudo o que eu gostaria de perguntar ao senhor, eu novamente vou perguntar a ela. Eu acho que o senhor deveria aqui esclarecer pelo menos os questionamentos, porque eu considero, honestamente, uma falta de respeito do senhor, já que o senhor falou tanto, entendeu? Aqui está a imprensa toda, o Brasil inteiro, a CPI querendo trabalhar. Eu não acho que o senhor contribui em nada se



calando. Honestamente, juridicamente, eu acho que o senhor não ganha absolutamente nada com isso.

Então, sinceramente, muitas perguntas que eu não fiz ao senhor vou fazer à Sra. Nelma Kodama, porque nós vamos estar juntos lá em uma acareação em Curitiba.

Seria só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Paulo Roberto Costa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator é o Deputado Bruno Covas.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, acareados, advogados, Deputados, público aqui presente, desde a deflagração da Operação Lava-Jato, vários já foram os depoimentos do Sr. Alberto Youssef em que ele declarou que esse esquema criminoso de corrupção instalado na PETROBRAS era de conhecimento do Palácio do Planalto.

Inclusive, na Petição 5.257, da qual é Relator o Ministro Teori Zavascki, há o seguinte registro:

“O declarante Alberto Youssef gostaria de ressaltar que tanto a Presidência da PETROBRAS quanto o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal. Que, indagado quanto a quem se referia em relação ao termo ‘Palácio do Planalto’, esclarece: ‘Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, Gleisi Hoffmann, Dilma Rousseff, Antonio Palocci, José Dirceu e Edison Lobão, entre outros’.

O Sr. Alberto Youssef, ainda sobre o envolvimento do Palácio do Planalto disse que:

“O Dr. Paulo Roberto Costa sempre mencionava, quando havia algum imprevisto em alguma discussão entre os próprios líderes do Partido Progressista, que



tinha que ter um aval do Palácio. Segundo, a partir do momento em que o Dr. Paulo Roberto Costa chega para minha pessoa e diz que Paulo Bernardo foi quem pediu a ele dinheiro para a campanha de sua esposa, Gleisi Hoffmann, Chefe da Casa Civil, para campanha a Senador, em 2010, eu não tenho a não ser entender que o Palácio sabia do que acontecia”.

Em outro trecho de um dos depoimentos prestados, o Sr. Alberto Youssef retratou a pressão para a nomeação do Sr. Paulo Roberto Costa, da seguinte forma:

“Eu tenho conhecimento de que, para que Paulo Roberto Costa assumisse a cadeira de diretor da Diretoria de Abastecimento, esses agentes políticos trancaram a pauta no Congresso durante 90 dias. Na época, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou louco, teve que ceder e realmente empossar o Paulo Roberto Costa”.

O Sr. Paulo Roberto Costa, por sua vez, já citou Gleisi Hoffmann, Antonio Palocci e Edison Lobão como beneficiários do esquema. No entanto, tem poupado Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, José Dirceu, Gilberto Carvalho e Ideli Salvatti, em que pese já ter dado alguns sinais acerca do envolvimento deles, a exemplo das reuniões no Palácio do Planalto para tratar de Pasadena; do e-mail enviado à Casa Civil; do episódio do pagamento da empresa Muranno; do envolvimento do Palácio na sua condução à Diretoria de Abastecimento; da necessidade de aval do Palácio do Planalto quando havia discussões do PP, etc.

O Sr. Paulo Roberto Costa disse, inclusive nesta CPI, que:

“Em relação a erros da PETROBRAS, se a atual Presidente tinha conhecimento ou não, ou se eu comentei com ela alguma ação nesse sentido, eu nunca comentei com ela. Nunca falei com ela sobre esse tema. Eu pessoalmente nunca falei. E se ela tinha conhecimento, acompanhamento sobre isso, eu não



tenho como explicar isso a V.Exa. porque eu não tenho conhecimento”.

Diante do exposto, indago a V.Sas.: em primeiro lugar, Sr. Alberto Youssef, V.Sa. mantém na íntegra o que disse acerca do conhecimento do Palácio do Planalto do esquema que havia na PETROBRAS? V.Sa. confirma que ouviu claramente de Paulo Roberto Costa que o Palácio do Planalto é que iria indicar o novo interlocutor do PP? V.Sa. confirma que o Secretário-Geral da Presidência, o Sr. Gilberto Carvalho, participou de discussões para definir o novo interlocutor do PP para tratar com Paulo Roberto Costa? V.Sa. entende que esse esquema atendia os interesses do Governo? V.Sa. por acaso chegou, em algum momento desse processo, a comentar, mesmo que informalmente, com Paulo Roberto Costa algo acerca desse envolvimento no Palácio do Planalto? V.Sa. deseja fazer algum reparo no seu entendimento?

E para o Sr. Paulo Roberto Costa: V.Sa. continua entendendo que o Palácio do Planalto não tinha conhecimento sobre o esquema da PETROBRAS? V.Sa. poderia nos explicar por que motivos teria que aguardar a sinalização do Palácio do Planalto acerca do novo interlocutor do PP? V.Sa. entende que esse esquema atendia os interesses do Governo? V.Sa. confirma que nunca tratou desse assunto, mesmo que informalmente, com o ex-Presidente Lula ou com a Presidente Dilma Rousseff? V.Sa. deseja fazer algum reparo no seu entendimento? Qual?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu confirmo integralmente as minhas declarações nos meus depoimentos.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu também. A minha posição, como foi mencionado pelo nobre Deputado, eu também confirmo. Nunca conversei pessoalmente com os que estão mencionados aí, nem com o ex-Presidente Lula, nem com a Presidente Dilma sobre esse fato. Então, eu confirmo tudo o que já falei também.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - De acordo com os depoimentos prestados, documentos acostados aos autos desta CPI, o Paulo Roberto Costa disse que foi por intermédio de uma ação conjunta de José Janene e do Partido Progressista que chegou à Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS em 2004. Alberto Youssef, por sua vez, disse que a nomeação de Paulo Roberto Costa foi



conseguida após muita pressão e que demorou 1 ano para ser concretizada. Disse ainda que o ex-Presidente Lula teria ficado contrariado.

Há, inclusive, o depoimento do ex-Deputado Pedro Corrêa, que disse que foi o Presidente Lula que convidou Paulo Roberto Costa para ser Diretor de Abastecimento.

Eu queria indagar a V.Sas.: Sr. Paulo Roberto Costa, V.Sa. mantém na íntegra o que disse acerca do seu processo de nomeação para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS em 2004, ou seja, que decorreu de uma ação articulada de José Janene e do PP com o Governo Lula? V.Sa. confirma que foi indicado pelo PP por intermédio de José Janene para a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, subsidiária da PETROBRAS, em 2003? V.Sa. confirma que entre 2003 e 2004, ou seja, antes de assumir a Diretoria de Abastecimento, V.Sa. aproximou-se do Governo Lula quando ainda estava na TGB? V.Sa. confirma que essa aproximação do Governo Lula foi fundamental para que V.Exa. fosse indicado para a Diretoria de Abastecimento? V.Sa. entende que o ex-Presidente Lula ficou contrariado com a sua nomeação para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS? Por que, então, ele o convidou? V.Sa. confirma que, após o ex-Presidente Lula concordar com a sua indicação, ele e José Janene acertaram que a indicação sairia na cota do PP? V.Sa. deseja fazer algum reparo na sua declaração?

Sr. Alberto Youssef, V.Sa. mantém o seu entendimento acerca do processo de nomeação de Paulo Roberto Costa para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS? V.Sa. mantém o entendimento de que o ex-Presidente Lula teria ficado contrariado com a nomeação de Paulo Roberto Costa para a Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS? V.Sa. entende que o ex-Presidente Lula teria ficado contrariado por conta de uma impressão que V.Sa. teve em razão das conversas com José Janene ou foi porque José Janene disse isso? V.Sa. deseja fazer algum reparo na sua declaração?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Eu confirmo na íntegra e eu ouvi do Deputado José Janene tudo isso que eu relatei.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - O convite que eu recebi para assumir a Diretoria de Abastecimento foi diretamente do Deputado José Janene, não foi do



Presidente Lula. Eu nunca cheguei, nesse momento, nunca conversei com o Presidente Lula sobre isso. A minha ida para a TBG foi uma decisão da Diretoria de Gás e Energia, porque, quando eu fui para a TBG, eu ainda não conhecia o Deputado Janene. Eu conheci o Deputado Janene quando eu já estava na TBG. Quando eu fui para a TBG, eu não o conhecia. Ele me procurou, eu era Diretor-Superintendente da TBG, a primeira vez que eu estive com José Janene, quando ele me fez o convite da possibilidade de eu assumir a Diretoria de Abastecimento. Então, o meu contato foi todo com José Janene.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Finalmente, o Sr. Paulo Roberto Costa declarou ter recebido 1 milhão e meio de dólares para não atrapalhar a concretização da compra da refinaria Pasadena, no Texas, Estados Unidos, quando assume missão no negócio, apreciação da Diretoria-Executiva da PETROBRAS.

A informação prestada por V.Sa. indica ao menos que a operação serviu a propósitos não republicanos, na medida em que declarou que acredita que o pagamento tenha sido efetivado pela própria Astra Oil, vendedora na planta.

Indago, portanto, ao Sr. Paulo Roberto Costa: V.Sa. chegou a ouvir comentários, ainda que informalmente, de que algum valor teria sido desviado na primeira etapa da operação e utilizado para irrigar o caixa da campanha à reeleição do ex-Presidente Lula no ano de 2006? Sabe informar se algum valor foi direcionado ao PT?

E pergunto ao Sr. Alberto Youssef: V.Sa. participou de alguma operação ilícita para que repasse em propina relacionada à compra da refinaria de Pasadena fosse efetuado em benefício de algum partido político ou de algum Deputado?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com relação à Pasadena, eu não participei de nada.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu confirmo esse valor, que me foi repassado, na época pelo Fernando Soares. E toda essa compra de Pasadena foi conduzida pela área internacional da companhia e foi aprovada pelo Conselho de Administração. Eu já dei essa declaração aqui, mas eu acho que novamente preciso colocar. A Diretoria da PETROBRAS, pelo Estatuto, não tem autonomia para a compra de uma refinaria. Então, se existe alguém responsável pela compra



da refinaria, é o Conselho de Administração. E vários órgãos hoje ainda não entenderam isso. A responsabilidade pela compra da refinaria chama-se Conselho de Administração da PETROBRAS, porque a Diretoria não tem autonomia. E, se o Conselho chegasse lá, e a Diretoria da PETROBRAS, vamos dizer, sugerisse a compra da refinaria, o Conselho poderia entender que não era bom negócio, morreu ali, acabou! Então, precisa ficar claro, porque até hoje não está claro: a responsabilidade pela compra de Pasadena é do Conselho de Administração da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - E quem era Presidente do Conselho à época?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A atual Presidente do Brasil.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito obrigado.

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

O próximo Sub-Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Ausente.)*

Com a palavra o Deputado André Moura. *(Ausente.)*

O Deputado Valmir Prascidelli é o próximo Sub-Relator.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou começar com a contradição exatamente entre os dois depoentes, mas com a contradição do contexto dos depoimentos.

Primeiro, ao Sr. Paulo Roberto Costa, que já deu depoimento a esta CPI, gostaria que S.Sa. pudesse também, novamente, já que deu 126 depoimentos, dizer por que fez a sua delação premiada.

Por que fez a sua delação premiada?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Isso foi uma decisão que foi tomada pela minha família. Minha família verificou que existia muito mais gente responsável. Não era eu o principal responsável por todo esse processo que está hoje ocorrendo. E hoje a Lava-Jato já chegou, vamos dizer, avançou bastante. Ainda tem coisa pra avançar, mas está claro que esse processo não era um processo de responsabilidade de Paulo Roberto Costa. É um processo muito mais



amplo e, com certeza, como foi dito aqui pelo Deputado que procedeu aqui às perguntas, muita coisa ainda vai ser descoberta. Então, a minha família olhou isso e atentou e me colocou com bastante clareza que eu não podia, naquele momento, assumir uma responsabilidade que não era minha, que não era só minha, e que eu era uma parte pequena no contexto geral. Então, foi uma decisão da minha família.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu vou fazer a mesma pergunta ao Sr. Alberto Youssef nesse sentido, que, segundo o que consta, já fez em 2003 a CPI do BANESTADO. Inclusive, há informações com relação a V.Sa. ter omitido ou mentido naquela CPI. Por que fez a sua delação premiada, Sr. Alberto Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu fiz a delação premiada porque, no meu entendimento, era a melhor coisa a fazer. Eu simplesmente era uma peça na engrenagem desse processo todo. E, com relação à colaboração anterior, ela não teve nenhuma omissão e não teve nenhuma mentira. Então, foi por isso que eu fiz. No meu entendimento, foi a melhor coisa a fazer.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Com relação, Sr. Alberto Youssef, aos depoimentos dados na delação premiada, que foi, de forma seletiva, sendo vazada, enfim, pela imprensa ou por alguns instrumentos, via Ministério Público, Polícia Federal — não sabemos exatamente de que forma... Aquela escuta colocada na sua cela... Quem tirou aquela foto que o senhor aparece na revista mostrando os dados?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu vou me reservar o silêncio com referência a essa pergunta, porque há uma investigação com respeito a esse assunto, e essa investigação é sigilosa. Eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio, como já tenho o salvo-conduto do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Tá. Assim como o senhor também... No início desta sessão, alguns Deputados até se exaltaram um pouco, porque V.Sa. disse que, num determinado momento, estava sendo pressionado por Deputados aqui. Há informações — vou perguntar ao Sr. Alberto Youssef primeiro — com relação a pagamento de 10 milhões de reais ao ex-Senador Sérgio Guerra com relação à CPMI da PETROBRAS, para estancar a CPMI da PETROBRAS. O senhor conhece alguma coisa desse fato? Foi pago a algum político, ao Sérgio



Guerra ou a algum político, para omitir algum trabalho em alguma CPI? O senhor tem conhecimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu já fiz um anexo, na minha colaboração, com referência a esse assunto e dei todas as declarações. Inclusive, acho que já falei sobre esse assunto também quando eu fui depor na CPI em Curitiba. Na época, eu fiquei sabendo, tanto pelo Sr. Paulo Roberto Costa quanto pela empresa que fez os pagamentos ao Sérgio Guerra, e a empresa foi a Queiroz Galvão.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor confirma isso, Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Esse assunto também consta detalhado em um dos termos que eu fiz a delação. Eu fui procurado pelo, na época, Senador Sérgio Guerra, junto com o Deputado Eduardo da Fonte, e tivemos acho que, se não me engano, três reuniões, e depois foram pagos pela Queiroz Galvão esses 10 milhões de reais, para que a CPI, naquela época, não prosseguisse. Confirmo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Aqui foi dito... Um dos Deputados que perguntaram ao senhor perguntou com relação aos depoimentos dados, 126 depoimentos, segundo o que o senhor disse, que o senhor respondeu às perguntas que foram feitas, mas se havia alguma coisa que o senhor estava omitindo. Eu vou fazer a pergunta ao contrário. O senhor trabalhou durante 20, 30 anos na PETROBRAS, durante muito tempo, acompanhou as obras diversas da PETROBRAS em muitas áreas, e, no seu depoimento aqui nesta CPI da outra vez, o senhor disse que esse tipo de prática de cartel das empresas já acontecia há bastante tempo. Por que, nesses depoimentos de delação premiada, não foram falados de outros eventuais ilícitos, como o senhor alegou aqui no outro depoimento, que já existiram, por outras empresas, em outras obras, nos Estados, etc.? Por que isso o senhor não falou? Ou, se falou, por que isso não apareceu aí, na imprensa, de forma seletiva?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu acho que é o contrário, Deputado, apareceu. Tem um... Tem alguns depoimentos meus, específicos, na área de exploração e produção. Eu mencionei anteriormente que a área de abastecimento, por volta... Eu entrei na diretoria em abril, maio de 2004, e, nos anos 2004, 2005, 2006, praticamente a gente não tinha obra, não tinha projeto, não tinha orçamento



na área de abastecimento. Então os orçamentos e os projetos eram feitos todos na área de exploração e produção. Isso já mencionei, e consta um depoimento meu específico sobre isso, como também falei, eu acho que aqui nesta própria CPI, que isso acontecia em outras áreas. E eu mencionei aqui — deve ter uma gravação sobre isso —, eu mencionei aqui Angra 3, mencionei Belo Monte.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Desde quando, por exemplo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Oi?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Desde quando, por exemplo? O senhor tem ideia, mais ou menos, do ano em isso possa ter começado?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Quando eu... Eu fui pra diretoria, como falei, em maio de 2004. E, naquele momento, já se sabia...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas o senhor, que trabalhou na PETROBRAS muitos anos,...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Hã, hã!

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - ...o senhor não estava na diretoria, mas havia algum indício, alguma coisa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Falava-se que, a partir de 2003 e talvez um pouco antes, já aconteciam coisas na PETROBRAS. Mas, como você não era... como eu não era da diretoria, então a gente não tinha muito acesso à informação. Então, quando você entra na diretoria, você tem mais acesso, mais contatos; mas naquela época eu não tinha. Mas obviamente que deveriam já ter acontecido coisas anteriormente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Alberto Youssef, na mesma linha de perguntas: V.Sa. também teve conhecimento de outros ilícitos cometidos pelas empresas em outros lugares e em outros anos, enfim?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, tudo o de que eu tinha conhecimento eu já relatei. É o que eu posso dizer. Eu já colaborei e continuo colaborando ainda.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Nessa linha de colaboração, o senhor não pode repetir aqui alguns desses fatos, só para que a gente possa resgatar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na verdade, eu estava findado na área de abastecimento da PETROBRAS. Eu não tinha conhecimento de outras áreas.



Então... A gente só pode falar e colaborar das coisas que a gente participou. É isso que eu posso dizer. Então... Tudo o que eu tinha pra colaborar praticamente já foi... já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Prascidelli.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só para concluir, Sr. Paulo Roberto — e depois, em seguida, é o Sr. Youssef —, na delação premiada do Sr. Youssef, ele cita a questão de Furnas, por exemplo. O senhor tem conhecimento de algum contato? O Sr. Youssef afirma ter acompanhado o Deputado José Janene numa reunião na Camargo Corrêa em 2002. O senhor conhece, ouviu falar de alguma coisa a esse respeito?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não. Em 2002 eu não era nem da TBG; eu era gerente médio da PETROBRAS. Não tenho conhecimento disso. Nem conhecia o Deputado Janene nessa época.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Youssef, o senhor reafirma isso que o senhor disse nesse depoimento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Reafirmo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Em 2002, o senhor esteve numa reunião com o Sr. José Janene para tratar de repasses de Furnas, é isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim. É o que está no anexo, e eu confirmo as declarações.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Tá bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora aos autores do requerimento.

O primeiro autor é o Deputado Celso Pansera.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, primeiro, ao Sr. Alberto Youssef quero dizer que o autor da quebra de sigilo de suas filhas e sua ex-esposa fui eu. Não me arrependo. Foi o senhor que as colocou na sua delação premiada. Na cláusula 7, §§ 3º e 6º, o senhor cita suas filhas; no § 5º, a sua ex-



esposa, tentando proteger o patrimônio delas. Portanto, não foi a CPI que as colocou nesse jogo; foi o senhor, ao fazer a sua delação premiada.

Se eu tenho um arrependimento nisso é não ter trabalhado melhor a argumentação jurídica para tentar evitar o *habeas corpus*. Hoje a CPI está pedindo ao Supremo que reveja isso, para que nós possamos avançar na quebra de sigilo das mesmas, até porque, na sua prisão anterior, a do BANESTADO, o senhor, já preso, reconheceu a sua união estável com a Sra. Nelma Kodama e que o senhor a recebia. Estranhamente, logo depois houve um aumento exponencial das ações... das operações dela no mercado de câmbio, o que pode indicar — e a gente vai, semana que vem, fazer uma acareação com o senhor lá, junto com ela, com a Sra. Iara Galdino —, indicar que ela foi um truque para poder continuar operando indiretamente no mercado de dólares.

Assim como o senhor não cumpriu a primeira delação, eu tenho o direito de continuar achando que o senhor não vai cumprir esta e que o senhor não falou toda a verdade.

Sobre as contradições é que nós vamos fazer aqui agora algumas perguntas: primeiro, em relação à questão da suposta doação ou auxílio financeiro, na ordem de 1 milhão de reais, para a campanha da Senadora Gleisi Hoffmann, que o Sr. Alberto Youssef... que o Roberto Costa diz que o Sr. Alberto Youssef o procurou, no início de 2010, afirmando ter recebido um pedido, por parte do Ministro Paulo Bernardo, quanto ao auxílio financeiro na ordem de 1 milhão de reais para a campanha da atual Senadora Gleisi Hoffmann.

O Sr. Alberto Youssef declarou:

“Que em relação à doação para Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo, em determinado momento Paulo Roberto Costa disse ao declarante que deveria repassar R\$1.000.000,00 para a campanha de Gleisi ao Senado em 2010; que Paulo Roberto Costa disse que Paulo Bernardo o procurou e pediu ajuda para a campanha de Gleisi; que o declarante confirma que realmente operacionalizou esse repasse.”



Então, eu quero saber o seguinte. Na versão do Paulo Roberto Costa, Paulo Bernardo fez o pedido do repasse a Alberto Youssef e, na versão do Alberto Youssef, o então Ministro fez o pedido de repasse ao Sr. Paulo Roberto Costa. O pedido foi feito — aí eu pergunto ao Sr. Paulo Roberto Costa —, o pedido de repasse, ao senhor ou ao Sr. Alberto Youssef?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Nesse ponto há uma contradição em quem fez o pedido, mas o importante — isso já foi esclarecido numa acareação que a gente fez lá em Curitiba, junto com a Polícia Federal e com o Ministério Público — é que o valor foi repassado. Esse valor foi integralmente repassado para a campanha da Senadora. Então, existe uma contradição aqui de quem pediu, mas eu acho que o ponto mais importante é que o valor foi repassado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E essa confirmação chegou a quem? Ao senhor ou ao Sr. Alberto Youssef?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Pelo que foi colocado na acareação de Curitiba, o Alberto efetuou esse pagamento.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu agora dirijo as perguntas ao Sr. Alberto Youssef.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Quem me fez o pedido pra que fizesse esse pagamento pra campanha da Gleisi foi o Paulo Roberto Costa. E eu fiz o repasse. Então, eu reitero o meu depoimento anterior, inclusive na acareação que tive com ele.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Quanto ao suposto repasse para a campanha do então candidato ao Senado Humberto Costa... Então o pedido... Vamos lá:

“Em depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Paulo Roberto Costa disse que foi procurado pelo empresário Mário Beltrão, atuante no ramo de guindaste e manutenção e conhecido de longa data do declarante, sendo também amigo do então Ministro Humberto Costa; que no ano de 2010 Mário Beltrão solicitou a quantia de 1 milhão para auxiliar na campanha de Humberto Costa para o Senado, sendo então o pedido repassado a



Alberto Youssef, para que fizesse a entrega, como de praxe; que posteriormente Mário Beltrão lhe confirmou que os recursos foram recebidos.”

Por sua vez, em depoimento, o Sr. Alberto Youssef disse:

“Que em relação à eventual doação para a campanha eleitoral de Humberto Costa em 2010, esta não passou pelo declarante” — é o Sr. Roberto Costa falando isso —; “que pode ser que Paulo Roberto Costa tenha feito repasse por outros meios ou que tenha providenciado para que alguma empresa o fizesse diretamente; que questionado sobre a pessoa de Mário Beltrão, também disse não conhecer; que não conhece Humberto Costa e nem qualquer de seus assessores; que o declarante acredita que Paulo Roberto Costa provavelmente tenha se confundido ao dizer que o depoente tenha operado tal repasse e que, na realidade tenha pedido que alguma empresa realizasse essa operação (...)”

Eu pergunto aos senhores: o que de fato ocorreu nessa questão?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Na acareação que nós tivemos em Curitiba, esse assunto foi levantado e, depois de muita discussão, eu realmente... Houve um equívoco da minha parte nesse ponto. Eu já refiz esse depoimento. Não foi através do Alberto. Esse pagamento foi feito através de uma empresa chamada White Martins, para a campanha do Senador Humberto Costa. E isso já foi refeito, esse termo, já.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A origem, então, é a White Martins?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - *(Gesto positivo.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso, o tempo de V.Exa. de autor foi encerrado já. São só 5 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu só queria fazer uma pergunta ao Sr. Alberto Youssef.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Concederei o tempo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu tenho um monte aqui. Vamos lá, mais uma. É sobre uma fala do Sr. Leonardo Meirelles. Ele afirma, no dia 3 de fevereiro:

“No passado já teve uma delação premiada que não tratou de todos os fatos que eram relevantes (caso Banestado — cujo acordo foi desfeito porque Youssef voltou a cometer crimes). E a população brasileira está sendo enganada mais uma vez. Estão sendo omitidos fatos importantes para o esclarecimento de toda essa podridão que acontece no país de maneira generalizada e algumas pessoas estão sendo beneficiadas em razão desses fatos.”

Eu queria saber do Sr. Alberto Youssef se de fato ele está omitindo patrimônio, se há ocultação de patrimônio, por parte dele ou da família dele, em relação ao acordo de delação premiada, conforme falou o Sr. Leonardo Meirelles.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Leonardo Meirelles é mentiroso. Eu desafio qualquer um a me mostrar que eu estou escondendo patrimônio. Eu não estou escondendo patrimônio, o Sr. Leonardo Meirelles é mentiroso, e na sentença já foi demonstrado isso pelo Exmo. Juiz Sérgio Moro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa...

Há aqui um pedido do Deputado André Moura, que é Sub-Relator.

Eu darei a palavra a V.Exa. — V.Exa. foi chamado, e não estava presente no plenário — e, em seguida, ao Deputado Onyx.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Agradeço, Sr. Presidente.

Minhas perguntas, Sr. Presidente, na grande maioria, são direcionadas aos dois, ao Sr. Alberto Youssef e ao Sr. Paulo Roberto Costa. E aí, aos dois: eu gostaria de saber quem dava suporte político ao Sr. Vaccari para que ele chegasse e arrecadasse 200 milhões de dólares de diretores da PETROBRAS. Quem o



habitava? Pergunto tanto para o Sr. Paulo Roberto como também para o Sr. Youssef.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu nunca estive pessoalmente com o Sr. Vaccari. Então, eu não tenho como lhe responder essa pergunta.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu também não tenho como responder essa pergunta, porque o meu conhecimento com o Vaccari é muito substancial. Então, eu não tenho como responder a isso... superficial.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É muito substancial?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É superficial, superficial.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A pergunta é também para os dois: o ex-Presidente Lula tinha conhecimento dos assuntos que V.Sas. tratavam, Sr. Youssef, Sr. Paulo Roberto, com o Vaccari?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A minha resposta é igual à primeira. Eu nunca tive nenhuma reunião, nunca participei de nenhum evento com o Sr. Vaccari.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu já relatei o meu entendimento com referência a esse assunto nos meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sim, nos seus depoimentos, mas eu estou lhe perguntando é aqui, na CPI.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. já disse que o seu conhecimento com o Sr. Vaccari era superficial. É isso o que V.Sa. falou?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E aí eu perguntei agora, mesmo esse conhecimento sendo superficial, segundo V.Sa., se V.Sa. tinha conhecimento dos assuntos que o Sr. Vaccari tratava com o ex-Presidente Lula.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E qual tipo de conhecimento que V.Sas. tinham ou têm com o Sr. Renato Duque?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também nenhum. Nunca tive contato com o Sr. Renato Duque.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Bom, ele era meu colega de diretoria e, também, como eu já falei reiteradas vezes, dentro da PETROBRAS, para chegar a



uma diretoria sem apoio político era impossível. E, como eu fui indicado na época pelo PP, lá dentro da PETROBRAS, todo mundo sabia que o Renato Duque tinha sido indicado pelo PT, especificamente com apoio do, na época, Ministro José Dirceu.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E V.Sa. sabe me dizer qual era o tipo de relacionamento e os assuntos que eram tratados pelo Sr. Renato Duque, já que, para V.Sa. chegar ao cargo que ocupou, teve a participação do PT, do Sr. Renato Duque com o ex-Presidente Lula e a atual Presidente Dilma?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, eu não tenho como lhe responder essa questão. A pergunta tem que ser feita diretamente ao Duque. Eu não tenho como responder a essa pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - A pergunta é também para ambos: a Presidente Dilma Rousseff presidiu o Conselho de Administração da PETROBRAS no extenso período de 2003 a 2010, portanto durante 7 anos. E aí eu gostaria de saber de V.Sas. se é razoável a Presidente do Conselho de Administração não ter conhecimento desse esquema bilionário de corrupção da PETROBRAS. V.Sas. acham que, enquanto Presidente do Conselho, durante 7 anos, ela nunca teve conhecimento, nunca foi informada ou participou de nada em relação a esse esquema de corrupção da PETROBRAS?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Como eu já mencionei nos meus depoimentos, eu nunca conversei com ela especificamente sobre esse tema. Agora, não posso afirmar uma coisa de que eu não tenho conhecimento.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - No meu entendimento, quando o Paulo Roberto, nas discussões e nas brigas do partido, pedia um sinal do Palácio do Planalto... Então, no meu entendimento, tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, Sr. Youssef, V.Sa. acha então que, no seu entendimento, quando o Sr. Paulo Roberto pedia essa sinalização para poder colocar em prática o esquema de corrupção na PETROBRAS, para poder montar o esquema perverso que sangrou a PETROBRAS durante todos esses anos, é porque o Sr. Paulo Roberto tinha sinalização do Palácio do Planalto, tinha sinalização de quem comandava e presidia o Conselho de Administração, no caso, o ex-Presidente Lula, a Presidente Dilma, seja enquanto Presidente, seja enquanto



Ministra, seja enquanto Presidente do Conselho de Administração, mas que obviamente, no seu entendimento, qualquer passo dado pelo Sr. Paulo Roberto para roubar os cofres públicos da PETROBRAS tinha esse conhecimento e essa sinalização por quem comandava o País ou a PETROBRAS, digo o ex-Presidente Lula, a Presidente Dilma e alguns Ministros do Governo, do Palácio do Planalto. É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É isso.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Só em termos de esclarecimento para V.Exa., o que o Alberto Youssef está falando de sinalização foi quando houve uma mudança de comando do PP. Não foi lá interiormente, em 2004, quando entrei, nada disso. Pelo que o Alberto falou, foi quando houve uma mudança de comando do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O senhor confirma isso, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Confirmo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas o resumo da ópera era a convivência, portanto, de quem presidia o Conselho de Administração e dos comandantes do Palácio do Planalto, Presidente, Ministros, no esquema de corrupção. É isso, Sr. Youssef?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É como eu já falei, eu confirmo. Eu já... inclusive já dei depoimento sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. Então, dito isso, que V.Sa. afirma, portanto, que o esquema da corrupção tinha participação e a convivência da Presidente Dilma enquanto Presidente do Conselho de Administração, enquanto Ministra do Governo Lula, e também do Presidente Lula, eu pergunto a V.Sas. quem era o contato do PT com a Odebrecht no esquema de corrupção em foco?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu também não posso lhe responder essa pergunta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas V.Sas., com certeza, sabem me informar se existia influência por parte do ex-Presidente Lula ou de Ministros do seu Governo para favorecer a Odebrecht. V.Sas., com certeza, devem ter conhecimento em relação a isso.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Paulo Roberto, em 2007, V.Sa. abriu uma conta, em Genebra, no HSBC Private Bank. Quantos milhões de dólares foram depositados nesta conta?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não tenho essa informação agora; exatamente, eu não tenho. Mas tem um depoimento meu específico sobre conta no exterior, que está detalhado, que foi feito para o Ministério Público e para a Polícia Federal. De cabeça, agora, eu não tenho mais como recordar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então V.Sa. confirma que foi feito o depósito. Não se recorda do valor...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Foi feito o depósito no exterior, através de uma pessoa chamada Bernardo, encaminhado pelo Rogério Araújo, da Odebrecht.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o Sr. Alberto Youssef fez alguma operação direcionada a esta conta?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não sei porque o meu contato a respeito desse assunto era diretamente com o Bernardo e com o Rogério Araújo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Youssef, V.Sa. fez alguma operação direcionada a esta conta a que eu me refiro, no HSBC Private Bank?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Eu nunca fiz depósito no exterior para o Dr. Paulo Roberto Costa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não teve nenhuma participação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não tive.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Somente, Sr. Presidente, para finalizar, ainda dentro do nosso tempo, gostaria de perguntar a ambos se podem me afirmar aqui que a empreiteira Odebrecht direcionou milhões em propina para o Sr. Paulo Roberto Costa, para o esquema que ele comandava, e também para o Sr. Youssef, da mesma forma.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu recebi alguns valores da Odebrecht por conta de contratos que ela tinha na Diretoria de Abastecimento, não de todos, mas de alguns, e os repassei ao Sr. Paulo Roberto Costa e ao Partido Progressista.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. os repassou para o Sr. Paulo Roberto Costa, do Partido Progressista. Sabe dizer aqui o valor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Neste momento, eu não me lembro de valores, mas, onde ela era consorciada, ela pagava 50% do valor sobre 1%. Nem sempre era 1%, mas beirava 1%.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E o Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A Odebrecht, como já mencionei em um dos depoimentos, fez depósitos para mim no exterior.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas V.Sa. confirma, portanto, também, o repasse do Sr. Youssef a V.Sa. nesse esquema com a Odebrecht?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Confirmo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo autor é o Deputado Onyx Lorenzoni.

V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu queria combinar com V.Exa. para fazermos o seguinte: nos primeiros 5 minutos, eu uso o tempo de autor de requerimento e, nos últimos 5 minutos, eu uso o tempo de Liderança do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que seja repostado o tempo do Deputado, para que ele possa... V.Exa. quer falar, primeiro, como autor?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Primeiro, como autor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. vai inquirir?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...porque, aí, inclusive, eu vou fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso. Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Depois — eu estou inscrito — volto oportunamente para tirar as dúvidas. Primeiro, eu fiz uma afirmação aqui, que foi contestada, mas eu quero dizer que a Operação Lava-Jato, até o dia de hoje, já condenou 34 pessoas, Sr. Presidente, a 348 anos de reclusão, das mais variadas



formas. Esse era um grupo bandido que assaltou a PETROBRAS. Portanto, aqui está a confirmação, e eu tenho certeza de que talvez se chegue a um número superior a mil anos de condenação, entre as ações que ainda estão transcorrendo, ou mais. E é merecido que seja assim.

Eu quero fazer uma pergunta ao Sr. Paulo Roberto Costa, porque, numa inquirição feita pelo Dr. Sérgio Moro, à página 47, o senhor diz o seguinte: *“Quando esse grupo político foi me procurar pela primeira vez, eu estava na transportadora de gás Brasil-Bolívia. Isso foi no início de 2004. E houve um pagamento, quando eu ainda estava nessa área, devido à ação desse grupo político”*.

O senhor até hoje... Olhe, eu estudo. Tenho talvez esse defeito, para muitos. Mas eu pesquisei tudo o que o senhor falou. Eu li tudo o que o senhor falou. E eu não achei para quem o senhor pagou e por que o senhor pagou. O senhor pode me responder?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Posso. Foi um pagamento... Foi um contrato relativo à construção de estação de compressão para a empresa chamada Mendes Júnior.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o dinheiro foi... O senhor se lembra do valor? O senhor ainda estava na TGB?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - TBG.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - TBG.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o senhor lembra o valor?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não me lembro dos valores mais. Mas foi para essa empresa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E, aí, foi o mesmo critério do 1%, 2%? Como era a operação na época?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não me recordo, Excelência, para dizer o percentual, não me recordo. Mas me recordo da empresa, que foi essa empresa, que foi feito um pedido, na época, pelo Deputado José Janene, para ajudar essa empresa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E o senhor lembra quanto foi arrecadado pelo Deputado José Janene na época?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não me recordo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não lembra o valor?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas isso, oportunamente, o senhor pode tentar buscar.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu acho muito difícil, porque esse contato era feito diretamente pelo Deputado com a empresa. Eu não participava, eu não tinha esse valor. Então, eu não tenho como lhe responder essa pergunta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nesse mesmo depoimento — as palavras são suas —, o juiz pergunta: *“O senhor pode me esclarecer as circunstâncias em que o senhor assumiu esse cargo na Diretoria de Abastecimento?”* Respeitosamente, como eu o estou tratando, o Dr. Sérgio Moro o trata por senhor. Eu tenho essa contrariedade com “V.Sa.”, porque eu acho que não é adequado, pela situação em que os senhores se encontram. O senhor diz o seguinte: *“As diretorias da PETROBRAS, isso não é nesse período, mas em todos os períodos, vamos dizer assim, desde o Governo Sarney para cá”* — as palavras são suas —, *“sempre foram com indicações políticas. Não se chega, não se chegava à diretoria da PETROBRAS se não tivesse apoio político”*. E, aí, o senhor começa a relatar que o senhor foi procurado pelos dois agentes políticos do PP: o Líder, José Janene, e o Presidente, Pedro Corrêa. O senhor confirma depois que o senhor recebeu os dois. Muito bem.

A pergunta que eu quero lhe fazer é a seguinte: quem é que lhe indicou politicamente para o gasoduto do Brasil-Bolívia?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu já dei essa declaração. Na época, eu não fui indicado politicamente. Eu fui indicado pelo Diretor da área de gás da PETROBRAS na época, chamado Ildo. Eu não conhecia o Janene nessa época em que eu fui indicado para o TBG.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não. Isso eu sei.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Quem me indicou fez uma indicação técnica pelo Diretor Ildo Sauer, que me chamou na sala dele e me convidou para assumir a TBG.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E isso depois foi referendado pela Diretoria Executiva da PETROBRAS e pelo Conselho?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, esse assunto não ia para o Conselho da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ficava limitado à Diretoria Executiva?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Correto.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E, na época, era Presidente José Eduardo Dutra.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Na época, era o Presidente José Eduardo Dutra.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É o mesmo que saiu da PETROBRAS para ser Secretário em Aracaju, na época do mensalão. Eu lembro bem porque eu estava lá.

Eu fico aqui procurando entender isso tudo. Como...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta) - Já está em tempo de Liderança, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Já estou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem mais alguma indagação? Se tiver, esta Presidência será complacente com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, Presidente.

Eu fico pensando aqui, Sr. Paulo Roberto Costa, e não entendo. O senhor diz que não há nenhuma outra circunstância política. Agora, na minha opinião, o senhor está protegendo alguém, desde o início. E, para mim, esse alguém é muito importante para o senhor e para a sua subida na PETROBRAS.

Por que eu digo isso ao senhor? E agora eu não estou mais lhe perguntando, porque no tempo de Líder eu tenho que fazer o raciocínio.

Eu fui checar isso. Eu estou aqui com um documento do TSE que veio via CPI, comprovando que de 2004 até 2015 o senhor não tinha filiação política. Aí eu fui atrás de 1994 a 2004. O senhor também não tem filiação política. E aí eu vou aqui ao depoimento do Sr. Pedro Corrêa, dado ao Deputado Izalci, em que o Deputado Izalci pergunta como o senhor havia chegado lá.



E ele diz o seguinte — ele reafirma o que o senhor disse: *“Como todo governo, como todo presidente da República procura nomear aqueles que acha melhor qualificados, o Presidente Lula, depois de achar que o Paulo deveria ser o Diretor de Abastecimento, chamou Janene e disse que ele seria nomeado na cota do Partido Progressista”*.

Originalmente, o Partido Progressista foi barriga de aluguel para sua nomeação. Como o José Janene e o Pedro Corrêa bateram à sua porta? Não podem ter lhe procurado nas páginas amarelas, no Catho, na Internet, no Google, não. Eles receberam... Pedro Corrêa, que não era um qualquer no PP, senhores, era o Presidente do Partido Progressista — diz aqui, disse lá em Curitiba, está gravado e está aqui o documento — que Luiz Inácio Lula da Silva chama José Janene e diz: *“Vou indicar Paulo Roberto Costa”*. Eu acho que é quem o senhor está protegendo.

O senhor é o homem chamado de “Paulinho”. Eu não conheço nenhum outro Diretor da PETROBRAS com quem um presidente da República tenha esse grau de intimidade. O senhor é um homem a quem Lula deu o título de comendador, decerto pelos ótimos serviços prestados à quadrilha petista que estava lá na PETROBRAS.

O senhor atendeu o PP, o senhor pagou a conta da barriga de aluguel, mas o senhor ajudou muito o PT a fazer caixa. E, quando o senhor teve que escolher e ajudar alguém do partido que lhe deu a maior honra, o maior cargo que o senhor ocupou na vida, o senhor tirou dinheiro do bolso para pagar quem? Foi para Deputado do PP? Foi para candidatura do PP? Não! O senhor tirou dinheiro do bolso, da sua conta, para doar ao PT na campanha de 2010 no Rio.

Foi para candidatura do PP? Não! O senhor tirou dinheiro do bolso, da sua conta, para doar para o PT na campanha de 2010 no Rio.

O senhor é o homem que tinha a capacidade de mandar um *e-mail* para a ex-Ministra Dilma Rousseff sugerindo que a mesma atitude política adotada em 2007 e 2008... — o senhor confessou isso —, para evitar que o TCU interrompesse Abreu e Lima, a RNEST. Para quê? Para não interromper o fluxo da roubalheira, Deputado Júlio Delgado. O senhor estava prestando serviço para o seu chefe. Este é o fato.



Aí, eu falo com a Sra. Stael Janene, esposa do Janene, eu pergunto: “A senhora conheceu, ouviu falar?”. “Não, Deputado.” Está aqui. V.Exa. ouviu, o Deputado Imbassahy ouviu, os Parlamentares ouviram. Ela nunca ouviu falar do senhor antes do escândalo! Ela não sabia quem era o poderoso Paulo Roberto, o competente Paulo Roberto, ou o Paulinho. Ela só vai saber depois que o marido morre e o escândalo estoura. Mas ela sabia quem era o Severino Cavalcanti, aquele que pegava um troquinho aqui do restaurante da Câmara. Ela sabia, Presidente, porque o marido dividia as suas coisas.

E aí, o Presidente, ex-Líder do Partido Progressista, ex-Ministro de Dilma Rousseff, no dia 29 de março de 2014... Quem era o principal interlocutor de Paulo Roberto? Não é um qualquer. Não é um Deputado de oposição falando. Era o ex-Ministro Mário Negromonte. Aqui, textualmente: “*Quem tinha contato direto com ele era Lula*”. Isso a gente sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Portanto, Sr. Presidente, eu quero concluir a minha intervenção dizendo que encontrei, em 6 de maio de 2004, próximo da sua assunção ao cargo de Diretor, o Pedro Corrêa, que é um boquirroto, preso lá no mensalão por roubalheira. Roubou agora e está preso de novo. Vai ser condenado de novo no petrolão e tragicamente carregou a filha, a ex-Deputada Aline Corrêa, para esse processo. Os senhores, pelo menos aparentemente, tiveram a dignidade de tentar preservar os filhos, mas o Deputado Pedro Corrêa carregou indignamente a filha dele para o lamaçal.

Pois aqui ele está dizendo, antes da sua nomeação, que o novo Diretor será Paulo Roberto Costa. Por quê, Presidente? Porque ele ouviu da boca do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então, eu quero concluir fazendo um apelo em nome dos brasileiros. Por favor, permita-nos, na próxima administrativa, votar o Requerimento nº 726, com o esquema da Odebrecht, com o esquema de Paulo Roberto Costa e de todos os demais.



O cidadão Luiz Inácio Lula da Silva tem que sentar aqui para dizer para o Brasil se é verdade que ele escolheu Paulo Roberto para deixar mais fornida a quadrilha, se é verdade que ele foi traficante de influência para a família Odebrecht e se é verdade que o Diretor-Presidente Ricardo Pessoa, da UTC, não tinha hora para entrar no Palácio. Entrava a hora que queria, porque era homem da copa e da cozinha.

Luiz Inácio Lula da Silva tem muita explicação a dar para o Brasil, e é missão desta CPI botá-lo nesta cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento aos demais inscritos, o Deputado Izalci é o próximo inscrito.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que somasse o tempo de liderança.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só uma questão de ordem, Presidente. Quantos... Leia os cinco, seis inscritos próximos, depois do Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Izalci, Altineu, Carlos Andrade, Ivan Valente, Celso Pansera, Onyx Lorenzoni, Leo de Brito, João Bacelar, Jorge Solla e Carlos Marun são os próximos 10 inscritos. Nós temos ao todo 19 membros. V.Exa. deseja se inscrever? (*Pausa.*) O Deputado Marun...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu tenho a impressão de que fui inscrita antes da décima. Não sei se estou errada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. V.Exa. é a 11ª.

Deputado Izalci, V.Exa. deseja primeiro o tempo de liderança ou o tempo de autor?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Liderança e em seguida as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem até 8 minutos pela Liderança do Partido e, em seguida, 3 minutos para fazer os questionamentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou tratar de três assuntos. Portanto, eu vou falar sobre os três assuntos e, depois, eu faço as perguntas.



O primeiro assunto trata, inclusive, de um depoimento do Sr. Alberto Youssef com relação à empresa Muranno. Diz Alberto Youssef, na sua colaboração premiada, que a empresa Muranno estava pressionando o Governo Lula para receber os valores atrasados. Declarou que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver a pendência. Gabrielli, então, pediu a Paulo Roberto Costa que intercedesse e determinasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Izalci, só interrompendo. Eu quero pedir silêncio no plenário para que a gente possa ouvir o Deputado que está fazendo as suas colocações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou ter que recompor, porque, senão, eu perco o raciocínio aqui.

A questão da Muranno. O Sr. Alberto Youssef declarou que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver essa pendência. Gabrielli, então, pediu a Paulo Roberto Costa que intercedesse e determinasse, então, a Youssef que realizasse o pagamento de 1 milhão e 700 à Muranno Marketing Brasil, o que foi efetivamente feito. Inclusive, no dia 9 de setembro de 2014, o Sr. Ricardo Villani, sócio da Muranno, foi ouvido pela Polícia Federal e ele teria confirmado a prestação de serviço sem contrato, entre 2006 e 2009, para a PETROBRAS. Villani teria afirmado que tinha 7 milhões de reais a receber. Segundo ele, depois de ter se reunido pessoalmente com Paulo Roberto Costa, ainda Diretor da PETROBRAS, foi procurado por Youssef, que se identificou como primo, e teria providenciado o pagamento de parte da dívida. Youssef confirma que houve essa articulação entre Gabrielli e Paulo Roberto Costa a pedido do ex-Presidente Lula. Youssef, então, confirma:

“Ouvi isso de Paulo Roberto Costa e confirmo. Paulo Roberto Costa me passou que eu procurasse não só a Muranno, mas também outras empresas, e assim foi feito. Parte foi feito através da MO e parte foi feito com recurso em efetivo. O Dr. Paulo disse que, na época, foram 6 milhões e pouco, se não me engano. Disse que



isso o PT teria que dividir, 3 milhões e pouco para o PP e 3 milhões para o PT”.

E em seguida disse que Júlio Camargo fez o repasse dos 3 milhões e pouco pelo PT.

Então, esse é o primeiro assunto em que eu quero tocar, e vou fazer algumas perguntas.

Outro assunto, Sr. Presidente. Agora, por ocasião da prisão de Zé Dirceu, um dos membros do Ministério Público que integra a força-tarefa da Operação Lava-Jato apontou-o como um dos instituidores do petrolão e, na linha do Juiz Sérgio Moro, atribuiu a José Dirceu e seu grupo político a indicação do ex-Diretor Renato Duque. Ocorre que, na estrutura da PETROBRAS, os Conselheiros são eleitos pelos representantes do controlador, a União Federal, que, por sua vez, são designados pelo titular do Ministério das Minas e Energia. E, além disso, os Conselheiros que elegem os Diretores da PETROBRAS... São eles que elegem os Conselheiros. Vou fazer a pergunta sobre esse assunto.

E, por último, eu vou pedir ao Sr. Alberto Youssef para comentar um pouco sobre a questão da MP 315 por ocasião aqui da oitiva de Luccas Pace, que era o operador da Corretora TOV e que foi bancário da área de câmbio muitos anos. Ele disse que não tem nenhuma dúvida de que a Medida Provisória nº 315, que foi aprovada aqui nesta Casa, um medida provisória que foi encaminhada em 2006, que flexibiliza as operações de câmbio, importação e exportação... Ele não tem nenhuma dúvida de que essa medida foi feita propositalmente para facilitar o esquema de importação e exportação fictícia e de que praticamente todas as empresas operadas na TOV eram empresas fictícias, empresas que estavam paralisadas, onde, inclusive, empresa de alimentação importava e exportava material eletroeletrônico. Não se verificava se essas empresas que eram operadas, se elas tinham ou não registro na Receita Federal ou se tinham alguma coisa. Só provando isso. A Labogen, por exemplo. Foram mais de 3.500 operações fictícias. Bilhões... milhões de dólares foram... Quase 400 milhões de dólares foram exportados e importados sem a compatibilização do físico e financeiro.

Então... Portanto, eram esses três assuntos.



Com relação então ao primeiro assunto, da Muranno, eu quero perguntar aqui ao Sr. Youssef e ao Sr. Paulo Roberto Costa.

Sr. Youssef... Entro agora, também, já fazendo as perguntas.

Sr. Alberto Youssef, V.Sa. mantém na íntegra o que disse acerca do repasse de recursos nos depoimentos prestados no caso da Muranno?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Mantenho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. confirma que foi acionado por Paulo Roberto Costa para resolver a pendência?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Confirmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. confirma que ouviu de Paulo Roberto Costa que Sérgio Gabrielli e o ex-Presidente Lula estavam cientes do pagamento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu me lembro de ter dito "Sérgio Gabrielli". E me lembro de ter dito "Governo". Não me lembro de ter dito "ex-Presidente Lula".

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou ler o depoimento de V.Exa. então, aproveitando que eu ainda tenho um tempinho.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É?

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. disse aqui claramente. Está aqui, lá delação premiada de V.Sa.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - De acordo com V.Sa., na sua delação premiada:

"A empresa estava pressionando o Governo Lula para receber os valores atrasados". "V.Sa. declarou que Lula soube da ameaça e teria determinado a Gabrielli que usasse o dinheiro das empreiteiras para resolver essa pendência. Gabrielli, então, pediu a Paulo Roberto Costa que intercedesse e tal."

Isto aqui eu estou lendo, o depoimento de V.Sa., quando o Deputado fez uma pergunta a José Gabrielli.

Então, só pra, pra... pra não... porque senão o tempo termina, eu não consigo concluir. V.Sa. deseja fazer algum reparo com relação a essas declarações?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Eu confirmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntaria ao Paulo Roberto Costa.



Sr. Paulo Roberto Costa, V.Sa. confirma que solicitou a Alberto Youssef para que resolvesse a questão da Muranno?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Confirmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Paulo Roberto Costa, confirma também que tanto Sérgio Gabrielli quanto o ex-Presidente tinham conhecimento desse assunto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É, eu fui chamado, e tem um depoimento meu específico sobre esse tema, eu fui chamado pelo Gabrielli para resolver esse tema. Mas o Gabrielli não me falou, naquele momento, que era uma solicitação do Presidente Lula. Não me falou. Mas Gabrielli me chamou e pediu para resolver e eu acionei o Alberto para resolver.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, não deseja fazer nenhum reparo com relação a esse depoimento, não é isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Agora, com relação a outro assunto, que é da questão do Ministério Público com relação a José Dirceu. Eu pergunto aqui ao Paulo Roberto Costa: poderia o ex-Ministro José Dirceu instituir o petrolão sem contar ao menos formalmente com a participação da Presidenta Dilma Rousseff, ex-Ministra das Minas e Energia, no período compreendido entre janeiro de 2003 e junho de 2005, e ex-Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, de janeiro de 2003 a março de 2010? Pergunto isso exatamente porque eu disse aqui que quem nomeava essa estrutura eram os Conselheiros. E depois eram designados pelo titular do Minas e Energia. Então, eu pergunto: o Zé Dirceu teria como fazer tudo isso sem o conhecimento da Ministra da... ou a Presidente do Conselho e Ministra das Minas e Energia?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É... Nobre Deputado, eu não tenho como trabalhar em cima de uma suposição. Eu não posso responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é suposição.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não posso responder, porque eu não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas, para realmente fazer a nomeação, quem fazia era o...



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - A nomeação de todos os diretores da PETROBRAS é feita pelo Conselho de Administração. O nome vai ao Conselho e é aprovado. E, vamos dizer, os nomes, e, no caso, o meu... Eu fui, eu fui indicado, independente do apoio político, que era necessário, mas eu fui indicado porque eu era um técnico competente e, por isso, merecia chegar na Diretoria. Eu trabalhei 35 anos na PETROBRAS, 27 antes de chegar na Diretoria. Nunca precisei de nenhum apoio político nos 27 anos, e tenho uma carreira totalmente sem nenhum problema. Os meus problemas começaram na PETROBRAS quando eu, infelizmente, aceitei, por parte do José Janene, assumir essa Diretoria de Abastecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Youssef, o que V.Sa. tem a declarar a respeito... com relação a esse assunto? Tomou conhecimento de algum fato concreto que corrobore o entendimento de que a atuação de José Dirceu dependia necessariamente da interferência da Presidenta Dilma, seja na condição de Ministra das Minas e Energia, seja enquanto Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS?

As declarações de V.Sa. no sentido de que a Presidenta Dilma tinha conhecimento da atuação do esquema criminoso instalado na PETROBRAS têm alguma relação com a sua participação, ainda que informal, na instalação do aludido esquema? Quando eu digo "Dilma", é o próprio Presidente Lula também.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com relação ao José Dirceu, eu não posso falar nada. Eu não tratava nada de assunto com o José Dirceu, nem com o Renato Duque, nem com o PT. Então, eu não tenho como responder a essa pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tá. Pergunto a... Eu pediria a V.Sa. que falasse um pouco, já que V.Sa. conhece bem a questão de câmbio... Essas declarações de Luccas Pace, quando ele disse que essa medida provisória que foi transformada em lei aqui, que passou a partir de 2006 a flexibilizar as operações de câmbio... Ele diz que a coisa foi feita propositalmente, intencionalmente, para facilitar exatamente as importações e exportações, porque até então, para você importar ou exportar, você tinha que compatibilizar o físico com o financeiro, através do sistema. A partir da medida provisória, não precisava mais, tanto é que eles faziam, a Nelma Kodama, através da Iara, que trabalhava para a Nelma... A Iara fazia exatamente



captar empresas paralisadas, empresas fantasmas, fantasmas, não, mas que estavam desativadas, para operar no mercado de câmbio. Pergunto a V.Sa.: essas declarações do Luccas Pace...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, viu, Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para concluir, V.Sa. entende que facilitou, essa medida facilitou as operações de câmbio e facilitou essas remessas fictícias de importação e exportação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não tenho esse entendimento, porque eu não conheço essa medida provisória e nem depois quando ela virou lei. Eu me afastei do mercado de câmbio já em 2006. Na verdade, eu usava terceiros para quando eu precisava usar este mercado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. utilizou Luccas Pace para fazer alguma operação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Utilizei o Leonardo Meirelles e utilizei a Nelma Kodama também. Então, eu não posso lhe responder essa pergunta. Eu não conheço a lei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Deputado Altineu, ausente.

Deputado Carlos Andrade...

V.Exa. tem até 3 minutos.

Ah, Deputado Carlos Andrade, contando com a condescendência de V.Exa., o Sr. Paulo Roberto Costa pediu para interromper para ir ao toalete. Nós vamos conceder. Se V.Exa. desejar aguardar, ou se tiver algum questionamento para ir fazendo ao Sr. Alberto Youssef, podemos ir dando seguimento, e, quando o Sr. Paulo Roberto Costa retornar, V.Exa. assim o fará.

Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Presidente, mas aí meu tempo também ficaria comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como nós vamos interromper, é só para que os trabalhos não sejam interrompidos, e eu serei condescendente



com o tempo de V.Exa. Se V.Exa. tiver algum questionamento para fazer ao Sr. Alberto Youssef, podemos ir dando seguimento, porque já vamos vencendo algumas etapas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos, Dr. Youssef, todos os colegas presentes, a imprensa.

Dr. Youssef, quando o Deputado Izalci lhe perguntou sobre quem o senhor havia mencionado, se o Governo ou se o ex-Presidente Lula, na verdade o senhor achou que havia mencionado o Governo na resposta que o senhor deu ao Deputado.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A minha pergunta seria: o senhor está protegendo o Presidente Lula?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, de maneira alguma. Nem o conheço. Não teria por que protegê-lo. Não estou protegendo ninguém.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Nas suas colocações, Sr. Youssef, nós podemos observar que o maior julgamento que está acontecendo com V.Sa. não é a sociedade brasileira. Eu posso, numa análise muito simplista... Não é a imprensa que está aqui, não é esta Comissão. Percebo que o maior julgamento está mais precisamente com a sua família, suas filhas. Inclusive o senhor fez uma menção, no início do seu depoimento aqui, que o senhor havia sido atacado por membros da CPI. E eu posso imaginar o tamanho do julgamento que o senhor está passando perante os seus filhos, pelos constrangimentos e pela forma como o senhor está passando diante dos seus familiares e principalmente das suas filhas.

Mas, o senhor tem deixado de responder algumas questões. Eu lhe pergunto: há algum fato que nós, da CPI, poderíamos saber que o senhor está resguardando ao não responder aqui neste momento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não estou resguardando nenhum fato. Tudo o que eu tive de conhecimento, durante o período em que eu operei para o partido e para o Paulo Roberto Costa, na Diretoria de Abastecimento, eu relatei. Lógico, eu fiz inúmeras operações, pode ser que eu não me lembre de alguma.



Mas não necessariamente que eu tenha ou esteja escondendo alguma coisa. De maneira alguma. Quanto à questão da minha família e das minhas filhas, eu sinto muito orgulho de ser pai das minhas filhas e de ter tido a mãe das minhas filhas como minha esposa, por conta de que elas são pessoas honestas, idôneas, de caráter e que nunca participaram de nada dos meus negócios. Então, eu fico muito tranquilo, absolutamente tranquilo com referência a esse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor gostaria de mencionar as pessoas que estavam... Os Parlamentares?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu prefiro ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O.k.

Dr. Paulo Roberto Costa, o senhor já disse em seus depoimentos — são mais de 100 depoimentos —, que o senhor foi indicado pelo PP. Já pudemos ouvir isso. Inclusive foi citado o nome do Sr. José Janene, hoje falecido. Quem foram os articuladores para a escolha do seu nome? Já havia um acordo para que o senhor entrasse com a missão de operar nesse esquema da PETROBRAS, previamente?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. Quando eu fui convidado pelo José Janene e pelo Pedro Correia, o que eles me colocaram na época é que obviamente eu precisava ajudar o partido, mas não foi detalhado e eu nem conhecida esse esquema, como eu falei, dentro da PETROBRAS, quando eu entrei. Na minha área, como eu já mencionei também reiteradas vezes, a parte de projetos e orçamentos, nós começamos a ter projetos e orçamentos por volta de 2007. Então, em 2004, 2005 e 2006 as empresas nem tinham muito contato comigo, nem me procuravam, porque a área que tinha os orçamentos, que tinha os projetos, era a área de Exploração e Produção. Então, é só pegar, vamos dizer — e isso vocês podem fazer a hora que vocês quiserem, pedir para a PETROBRAS —, como era dividido o orçamento nos anos de 2004, 2005 e 2006, que vocês vão ver que dentro da área de Abastecimento, praticamente, não tinha orçamento e nem obra, porque não tinha projeto. Então, eu fiquei sabendo disso depois. Não foi no dia em que me chamaram, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor falou em ajudar o partido. Como o senhor ajudaria o partido?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Ajudaria o partido em termos de empresas que pudessem participar de licitações. Então, se podia ter uma empresa e chamar essa empresa dentro do cadastro da PETROBRAS para ela participar. Se essa empresa ganhasse, obviamente que ia ter alguma ajuda — ninguém trabalha de graça —, então, seria alguma coisa mais nesse sentido que eles me falaram quando me convidaram. Não me falaram desse processo, que eu nem conhecia esse processo, e não me falaram nada mais de detalhes em cima desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. já perguntou ao Sr. Alberto Youssef, está perguntando ao Sr. Paulo Roberto. São 3 minutos, e eu estou sendo condescendente com V.Exa. Darei oportunidade para que V.Exa. possa concluir.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Paulo Roberto, o senhor trabalhou na campanha do Senador Lindbergh Farias ao Governo do Rio de Janeiro. Em nota, o Senador disse que o senhor só trabalhou em elaboração do programa de Governo. O senhor chegou a realizar captação de recursos a pedido do Senador Lindbergh?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, porque a gente teve uma reunião até em cima desse processo. Existe, foi pega lá pela Polícia Federal, eu acho que na minha casa ou no escritório, não me lembro, uma tabela que colocava, vamos dizer, as empresas que poderiam ajudar na campanha. Mas, logo em seguida, começou a operação, e eu fui detido, então, não cheguei a fazer contato com nenhuma empresa para a campanha do Senador ao Governo do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dr. Paulo, o Sr. Alberto Youssef afirma, em depoimento nesta CPI, que movimentou cerca de 150 a 180 milhões de reais, dos quais 8 milhões foram embolsados por ele. O senhor afirma esses montantes? Consegue detalhar esses percentuais?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, eu não tenho, porque quem fazia essa contabilidade era o Janene. E depois que o Janene faleceu ou ficou mais doente o Youssef que fazia isso. Eu não tinha essa contabilidade, nunca tive isso.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor, como diretor da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Carlos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Já vou concluir. Nós sabemos que há na PETROBRAS uma estrutura hierárquica, um organograma. Sabemos que o senhor, como diretor, tem um limite de competência, a diretoria, por sua vez, tem outro limite de competência e o Conselho de Administração tem outro limite de competência. Naquela aquisição de Pasadena, mais precisamente, o senhor estava como diretor da PETROBRAS?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor estava como diretor?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Correto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O Presidente do Conselho de Administração naquela oportunidade era?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Presidente Dilma Rousseff.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A minha pergunta seria: a diretoria da PETROBRAS, a diretoria colegiada, especificamente, tomou a decisão de fazer aquela aquisição daquele empreendimento. Obviamente estava fora do limite de competência da diretoria da PETROBRAS, da diretoria executiva. E, por sua vez, o Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou sobre a aquisição daquele empreendimento de Pasadena. É isso mesmo? É esse o procedimento?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É. Só... Não, existe um equívoco aí na sua pergunta. O limite de competência não tem. A diretoria não tem limite de competência. A diretoria, em colegiado, aprova qualquer valor. Não há valores que têm que passar da diretoria para o Conselho. Isso não existe.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Mas é submetido ao Conselho de Administração a aquisição?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. Isso, agora que eu vou completar a sua pergunta. A aquisição ou venda de qualquer ativo tem que passar pelo



Conselho. Então, não é a questão do limite de competência em relação a valor, mas é em relação à aquisição ou venda. Como era uma aquisição, como já mencionei aqui, esse assunto foi conduzido pela área internacional. A diretoria da PETROBRAS, a diretoria colegiada não tinha autonomia para fazer essa aquisição. Então, o que fez o diretor da área internacional? Levou esse assunto para o Conselho, detalhou isso em reunião do Conselho, e o Conselho aprovou. Então, repito aqui, a aquisição de Pasadena, a responsabilidade pela aquisição de Pasadena foi do Conselho de Administração, porque a diretoria não tem autonomia para isso. É só pegar os estatutos da PETROBRAS e ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Carlos Andrade, eu fui condescendente com V.Exa. V.Exa. é um amigo, eu peço só que conclua rapidamente, que eu tenho aqui uma lista extensa de Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Ok. Muito obrigado. Muito obrigado pela sua generosidade, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu lhe agradeço.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero que acrescente o meu tempo de Líder também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer primeiro o tempo de Líder ou primeiro fazer os questionamentos?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De Líder primeiro. Depois, os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem até 5 minutos, pela Liderança do PSOL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convocados, bom, a primeira coisa que eu queria colocar é o seguinte: passados tantos inquiridores aqui na CPI, ninguém ainda tocou no assunto do dia, da semana, que é o envolvimento do Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, a partir da delação premiada.



Sr. Youssef, foi a partir da sua colocação, então, que as investigações começaram. E o seu depoimento na Polícia Federal, no Ministério Público e depois na CPI, em Curitiba, se confirmou totalmente. Eu, pessoalmente, interroguei o senhor em Curitiba. Eles foram totalmente confirmados, inclusive os requerimentos no nome da ex-Deputada Solange Almeida, que saíram do *login* da Câmara, como a PGR colocou.

E então isso foi muito importante. O Sr. Júlio Camargo, que V.Sa. falou que o procurou para dizer que estava sendo ameaçado e que tinha requerimentos na Câmara, pediu ao senhor para trazer dinheiro do exterior. Isso foi confirmado e todos os dados da PGR confirmaram isso.

O Paulo Roberto Costa, num primeiro depoimento, disse não ter intermediado uma relação entre o ex-Ministro Lobão e o Sr. Júlio Camargo. Eles tiveram um encontro na Base Aérea de Santos Dumont e, num primeiro momento, o Sr. Paulo Roberto não se recordava disso. Mas, em seguida, num outro depoimento que eu tenho aqui, dada a palavra ao Paulo Roberto, disse que ao tomar conhecimento das declarações de Júlio Camargo o declarante se recorda que efetivamente recebeu Júlio Camargo na PETROBRAS no ano de 2011, ocasião em que solicitou que o declarante conseguisse uma reunião com o Ministro de Minas e Energia, Lobão, que quando foi indagado sobre o assunto durante a sua acareação com Alberto Youssef, o declarante entendeu que se procurava dele saber se era um ponto de contato necessário. Ele falou que não era, mas, dada a urgência do que estava acontecendo...

Então, depois vou lhe fazer a pergunta, Paulo Roberto, que será a seguinte: V.Sa. sabia do que se tratava? V.Sa. telefonou, pediu a urgência. O motorista foi leva-lo à Base Aérea e depois teve um diálogo do Lobão junto ao Júlio Camargo dizendo assim: *"Eduardo Cunha, você está louco!"* Então, o senhor não sabia de nada. O senhor ligou e não sabia de nada. Então, depois nós vamos ver aí na acareação. Eu vou pedir que V.Sa. explique essa mudança de posição que houve nesse processo.

Outra questão diz respeito às sondas da Samsung. V.Sa. também disse que não tinha conhecimento sobre isso, que nunca recebeu comissão da Samsung, que nunca tomou conhecimento dessa questão. Mas depois ficou certo que o senhor



chegou a assinar contrato com a Samsung por meio da empresa Costa Global, que esse contrato foi apreendido pela Polícia Federal, que nunca tratou com o Deputado Federal Eduardo Cunha de aluguel de sondas da PETROBRAS etc. Mas, de acordo com Youssef:

“(...)para viabilizar a assinatura do contrato com a Samsung, foi demandado que Júlio Camargo repassasse para o PMDB percentual que o declarante não sabe precisar, mas que se destinava a pagamento de vantagens indevidas a integrantes do partido PMDB, notadamente o Deputado Federal Eduardo Cunha.”

Está aqui escrito.

Então, eu queria que V.Sa. e o depoente Alberto Youssef confrontassem essa versão da Samsung e também como que o Ministro Lobão tomou conhecimento dessa questão e a intermediou. E que o depoente Youssef pudesse confirmar também quanto passou para o Sr. Fernando Soares, o Baiano.

Então, agora eu vou entrar na fase de perguntas direto, Sr. Presidente: eu queria saber dos dois qual é o conhecimento que os dois têm com o Sr. Fernando Soares, que está para fazer também delação premiada lá em Curitiba? Qual a relação que eles estabeleceram, o que eles sabem, o que eles podem dizer para a CPI, no que o depoimento de Fernando Soares pode contribuir para fechar o circuito que está dado aqui na CPI e na Operação Lava-Jato como um todo, nas operações que resultaram em perdas de valores dos cofres públicos para os partidos envolvidos, que são muitos. Então, eu pediria que vocês falassem um pouco sobre isso.

Eu pediria ao Alberto Youssef que pudesse contribuir com esta CPI e me dissesse se conhece pessoalmente o Sr. Lúcio Funaro. Qual é a relação que teve com o Sr. Lúcio Funaro e se sabe do conhecimento que ele tem com o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que ele chegou a pagar um apartamento aqui, em 2005, para o Deputado Eduardo Cunha.

A gente está tentando trazer essas pessoas para depor aqui. O Sr. Júlio Camargo ainda não depôs na CPI — já está aprovado o requerimento, levou 4 meses; o Sr. Lúcio Funaro ainda não depôs na CPI; e Solange Almeida, agora



denunciada, não depôs ainda na CPI. Talvez vocês pudessem trazer alguma luz aqui sobre essa questão principal.

E queria também esclarecimentos, particularmente confrontando o depoimento dos dois, sobre recursos aportados para as campanhas da Senadora Gleisi Hoffmann, dos Senadores Lindbergh Farias e Valdir Raupp e da ex-Governadora Roseana Sarney. Existe o envolvimento e verbas que envolvem o ex-Ministro Lobão, o Sr. Paulo Roberto Costa e Youssef. Gostaria, então, que vocês pudessem dar esse esclarecimento.

E queria dizer à CPI o seguinte: acho que nós estamos numa fase agora, com o depoimento dos dois principais e primeiros delatores premiados, de grandes esclarecimentos. Nós precisamos fechar o circuito com as empreiteiras que estão com seus funcionários presos em Curitiba, Odebrecht e Andrade Gutierrez. Queria saber também quais são os envolvimento e propinas que foram pagas por essas empreiteiras e, fundamentalmente, também pelo Sr. Fernando Soares. Qual é a relação e a triangulação que existia entre vocês e o Sr. Fernando Soares, já que o PMDB, Paulo Roberto Costa, depois do PP, passou a ter uma influência muito grande lá? Acredito que você poderia dar uma contribuição, uma verdade aqui muito grande, e peço que vocês esclareçam esses fatos.

Então, só recordando: na primeira questão, a confirmação do encontro com o Ministro Lobão, que considero fundamental, por que o senhor voltou atrás no depoimento? O senhor não se lembrava disso? Na verdade, a questão do Sr. Lúcio Funaro, sobre a qual eu peço esclarecimentos, porque não se consegue trazer ele aqui na CPI. Vocês poderiam colaborar para ver qual é o papel que esse cidadão cumpre, já que ele foi também indiciado no Mensalão e assim por diante. Além das outras perguntas que eu fiz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com relação ao meu depoimento com referência a sondas, eu reitero integralmente o meu depoimento. Quanto à questão do Ministro Lobão, do encontro com o Júlio, ele não me relatou isso. Portanto, eu não sabia desse encontro do Ministro Lobão com o Júlio Camargo na Base Aérea, eu vim saber depois. Com relação a se o Paulo Roberto Costa tinha conhecimento desse assunto, eu entendo que sim, porque eu fui várias vezes com Paulo Roberto



cobrar o Júlio Camargo, comissão, sobre esse assunto sondas. Isso foi objeto de acareação minha e do Dr. Paulo Roberto já lá na Polícia Federal em Curitiba. É o que eu posso dizer sobre esse assunto, é isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só poderia dar os valores que você, a pedido do Júlio Camargo, repassou para o Fernando Soares.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Através de mim...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...e que empresas.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - ...que eu entreguei diretamente ao Júlio Camargo, foi um valor de 2.350 milhões de dólares, que ele repassou para uma conta lá fora, operada pelo Sr. Leonardo Meirelles, conta dele, que foi no valor de 2.350 milhões de dólares na época e que deu 4 milhões e pouco de reais. O restante eu peguei em dinheiro e levei para o escritório do Júlio. Então, nessa época o Júlio passou 6 milhões de reais para o Fernando Soares. Assim me disse o Júlio. O que eu entreguei pessoalmente foram 4 milhões e pouco de reais. No caso, parte foi o Jayme, parte fui eu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu me esqueci de fazer uma pergunta. O senhor conhece a família da Schahin Construtora? Teve relações com ela alguma vez?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não tive.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E com o Sr. Lucio Funaro?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - O Sr. Lucio Funaro, eu conheço de vista e sei que ele era operador do mercado financeiro, operava na Bolsa. É só o que eu posso dizer do Lucio. Não tenho amizade, não tenho conhecimento nenhum de envolvimento dele com o Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre o depoimento da... Eu vou ouvir o Paulo Roberto, mas vou fazer só mais uma pergunta. Peço a tolerância de V.Exa.

Sr. Alberto Youssef, o Júlio Camargo o procurou para contar essa história das sondas e das ameaças de convocação aqui na Câmara dos Deputados. O senhor poderia detalhar essa questão aqui para a CPI?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, eu já relatei em todos os meus depoimentos anteriores. O Júlio me chamou, estava muito apreensivo, preocupado



em resolver a questão, me pediu ajuda para que eu procurasse o Fernando e que garantisse ao Fernando o pagamento, por conta de que tinham colocado os requerimentos na Câmara pedindo informações sobre a pessoa física dele, sobre a Samsung, sobre a Mitsui, sobre as empresas que ele representava. Quem tinha pedido esses requerimentos era o Deputado Eduardo Cunha, porque ele tinha valores a receber sobre esse assunto, e o Júlio deixou de pagar porque a Samsung tinha deixado de pagar. Então, esses valores ficaram remanescentes lá durante um tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você acha que o depoimento que o Júlio Camargo fez à Polícia Federal e à PGR é tudo aquilo que ele tinha lhe falado mesmo? É correto?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço ao Paulo Roberto Costa que responda às perguntas.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Bom, vamos lá. A quantidade de perguntas é muito grande. Vou ver se eu consigo me lembrar de todas. Em relação à pergunta, que me foi dita na primeira vez, pela Polícia Federal, foi se o Júlio precisava de mim para marcar uma reunião com o Ministro Lobão. Eu falei: "*Não. O Júlio é empresário. Ele tinha condição de acessar o Ministro Lobão a qualquer hora, não precisaria de mim*". Depois, na acareação com ele, ficou claro, ficou esclarecido para a Polícia Federal. Nesse dia, ele me procurou dizendo que precisava conversar urgente com o Ministro Lobão. Ele não me falou qual era o tema. Não me falou, mas eu liguei, quer dizer, a secretária ligou aqui para Brasília, e, coincidentemente, nesse dia, o Ministro Lobão estava no Rio de Janeiro. Então, o Ministro foi gentil nesse momento e realmente marcou com o Júlio no final do dia na Base Aérea do Santos Dumont. Agora, o Júlio não me falou qual era o tema, mas a solicitação para esse encontro do Júlio Camargo com o Ministro Lobão... Eu pedi essa reunião. Fui eu que pedi.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Você mesmo colocou... Aí é que eu vejo a contradição, queria que você esclarecesse. Você mesmo colocou que o Júlio Camargo tinha autonomia para pedir qualquer tipo de audiência com o Ministro.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Correto. Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É possível que ele tenha lhe procurado, assustado, que ele tenha lhe procurado, assustado, querendo falar urgentemente com o Ministro Lobão. Ele procurou alguém que tinha acesso mais rápido.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Claro, com certeza, porque, se ele solicitasse para o Ministro Lobão, possivelmente, o Ministro iria atendê-lo dois, três, quatro dias depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas ele não lhe falou qual era o assunto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não me falou. Eu lhe garanto. Não me falou. Não me falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir ao Sr. Paulo Roberto Costa que conclua as respostas ao Deputado Ivan, senão ele vai fazer perguntas novas, e os outros Deputados ficarão prejudicados. Eu já fui condescendente e respeitoso com o Deputado Ivan.

Peço a V.Sa. que conclua as respostas para darmos seguimento aos demais inscritos.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Bom, o Júlio me pediu que agendasse com o Ministro. Eu liguei para o Ministro. Coincidentemente, como eu falei, ele estava no Rio, e a reunião foi feita sem me falar qual era o tema. A respeito do Fernando Soares, eu fui apresentado a Fernando Soares acho que por volta de 2005, 2006 pelo Diretor Nestor Cerveró. Foi ele que me apresentou. Em relação a esse assunto específico de sondas, o Alberto falou que eu conhecia o assunto, conhecia, mas não tive participação, não era da minha área, não recebi nenhum valor em relação à parte das sondas, porque não era da minha área. Essa área era a área internacional. Em relação ao contrato que a minha empresa de consultoria tinha com a Samsung, foi um contrato para viabilizar a construção de uma sonda da Samsung lá na Coreia, para alugar para uma empresa, que, possivelmente, queria



operar na África. Então, não tinha nada a ver com a PETROBRAS. Infelizmente, esse assunto também não foi para frente, e o contrato não foi efetuado. As outras perguntas eu já esqueci.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em relação às doações, eu citei quatro políticos — não sei se V.Sa. se lembra —: Valdir Raupp, Gleisi, Roseana Sarney e o Lindbergh.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Isso. Valdir Raupp estava numa tabela. Foi pago um valor para ele. Estava numa tabela que eu copiei lá do escritório do Alberto. Quanto à parte da Senadora Gleisi, existe ainda um ponto aqui — quem pediu, quem não pediu —, mas o valor foi efetuado. O Alberto mandou pagar para ela. Em relação à Roseana, foi pago também e me foi confirmado por ela que foi pago. O Senador Lindbergh, a mesma coisa, conforme consta nos meus depoimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre o Fernando Soares, Youssef, eu perguntei e você não desenvolveu. É a última.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sobre o Fernando Soares, o que eu posso dizer é que o Dr. Paulo Roberto sempre o colocou como a pessoa do PMDB, para mim. Então, no meu entendimento, ele operava para o partido. Quanto à questão Roseana, Lindbergh, eu não efetuei nenhum pagamento a essas pessoas. Não foi através de mim que o Dr. Paulo Roberto fez esses pagamentos. Eu acredito que ele esteja equivocado. Quanto à questão Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann, eu fiz o pagamento. Eu efetuei o pagamento a pedido do Paulo Roberto. Há mais alguma outra pergunta que ficou fora?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Valdir Raupp?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Quanto à questão do Valdir Raupp, foi um pedido também do Sr. Paulo Roberto para que eu fizesse esse pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

A próxima inscrita é a Deputada Eliziane Gama. S.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou pegar o gancho do Deputado que lhe fez a pergunta, ainda



para esclarecer melhor, sobre a questão do dinheiro para o Lobão e a ex-Governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

Sr. Paulo Roberto, na verdade, o senhor confirma esse pagamento. Esse pagamento foi feito de que forma? Foi feito em dinheiro vivo? Foi feito com algum tipo de pagamento via outra empresa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não sei como é que foi feito, porque eu não operacionalizava o pagamento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quem operacionalizou?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Na minha lembrança, foi Alberto Youssef. Numa ida minha para o Maranhão, a Governadora confirmou que tinha recebido os valores.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas ela também não falou quem havia feito a operação? Quem tinha recebido e através de quem?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não falou, não falou, não falou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Da mesma forma se deu em relação ao Senador Lobão?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - O Senador Lobão, na acareação que a gente teve lá em Curitiba... Ainda era vivo o Deputado Janene. Então, possivelmente, foi o próprio Deputado Janene que fez o pagamento de 1 milhão para o Ministro Lobão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sobre o dinheiro da Presidenta Dilma, da campanha de 2010, eu queria que o senhor fizesse um esclarecimento melhor.

O senhor afirma que o valor repassado foi de 2 milhões de reais. Eu queria que o senhor me dissesse quem fez essa operação, como se deu esse dinheiro, se foi feito através de alguma empresa, em dinheiro vivo.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Na minha lembrança, na minha memória, o que eu consigo me lembrar foi que eu pedi ao Alberto para fazer esse pagamento. Repito: como era feito o pagamento, como era utilizado para fazer o pagamento, não era participação minha. Não tinha participação nisso. Na minha lembrança, na minha memória, que está hoje... Estou tentando sempre me lembrar das coisas para não ter nenhum problema. Na minha lembrança, foi feito dessa



maneira e foi recebido, porque, quando você não tinha nenhuma notícia ou não tinha nenhum pedido é porque aquilo tinha sido recebido.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E esse sinal? Nenhuma notícia? Nenhum pedido de onde? Quem falava? Quem lhe cobrava?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Quem pedia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E quem pediu, nesse caso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Como eu falei anteriormente, na minha lembrança, na minha memória, foi feito através do Alberto Youssef um pedido pelo Ministro Palocci.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Vaccari teve alguma participação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Como eu já mencionei anteriormente, eu nunca tive nenhuma reunião, nenhuma participação com o Sr. Vaccari.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Quais as provas que o senhor, ou se o senhor entregou algumas provas à Justiça para dar lastro, para dar justificativa a essa sua afirmação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - O pedido e não ter, vamos dizer, um questionamento, uma reclamação. Se não tivesse sido feito o pagamento, teria uma reclamação. A minha memória, repito aqui, que eu me lembro, hoje, foi dessa maneira. É isso o que eu consigo me lembrar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor falou, por exemplo, em algum momento, sobre Pasadena e afirma inclusive que ainda falta muita coisa para ser descoberta, ou seja, existem muitas informações que, na verdade, não temos. Quando o Deputado, Sub-Relator, fez a pergunta sobre Pasadena, ele fez a pergunta sobre a responsável pela compra, e o senhor afirmou, categoricamente, que foi, naquele momento, a então Presidente do Conselho, Dilma Rousseff. Então, o senhor afirma que o prejuízo de Pasadena foi responsabilidade da então Presidente do Conselho, Dilma Rousseff?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. Eu não afirmo isso. Eu afirmo que a responsabilidade foi do Conselho de Administração. O Conselho de Administração tem um presidente e vários membros. Se eu não me engano, na época tinham nove. No Conselho de Administração não é a Presidente que aprova.



Quem aprova é o Conselho, então tem que responsabilizar as nove pessoas que aprovaram e não uma pessoa. É aprovado pelo Conselho todo. E repito: pegue o Estatuto da PETROBRAS. O Estatuto é claro. Eu vejo aí pela imprensa uma série de órgãos dizendo que a responsabilidade é da Diretoria. Não é da Diretoria a responsabilidade. Leia o Estatuto da PETROBRAS. Está claro que só pode ser aprovada a compra pelo Conselho. Quem era o Conselho? Dilma Rousseff mais nove conselheiros — oito, não lembro mais. Então, pega esses conselheiros todos. Foram eles que aprovaram. Existe ata de reunião sobre isso. É só olhar o Estatuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Presidente Gabrielli tinha conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, peço que conclua. A senhora já está com 1 minuto além do tempo, por favor.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - O Presidente Gabrielli era membro do Conselho.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tinha conhecimento?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sabia? Tinha responsabilidade?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Ele era do Conselho. O único da Diretoria da PETROBRAS, que pertence ao Conselho de Administração da PETROBRAS, é o Presidente da Companhia. Então, ele era do Conselho e ele também aprovou a compra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já para finalizar, Presidente, porque eu praticamente fiquei só com uma pergunta, e ele acaba respondendo dentro do tempo da gente. E eu queria pedir uma benevolência a V.Exa. Queria fazer só mais uma pergunta e deixar para que ele nos respondesse. Eu vou fazer algumas perguntas ao Sr. Paulo Roberto. Eu estou aqui deixando um pouco o Youssef, já que ele colocou que não vai responder. Eu queria que o senhor me respondesse mais uma vez, na sequência — se o senhor pudesse inclusive anotar a minha pergunta —, primeiro, sobre a responsabilidade que a então Presidente do



Conselho, Dilma Rousseff, tinha nessas decisões. E aí eu me refiro, por exemplo, a esse esquema que acabou dando esse prejuízo bilionário.

A outra pergunta é referente ao pagamento que foi feito para Sérgio Cabral: Como seu deu? Quem mediou? Houve intervenção do Youssef? Já pediria inclusive ao Youssef que ele também nos falasse sobre esse caso do Governador Sérgio Cabral.

Uma outra questão, Sr. Paulo Roberto: O Yousseff falou, por exemplo, que em 2006, quando houve a tentativa de o senhor sair da Diretoria — e houve uma intervenção, por exemplo, do PMDB, possivelmente — foi aí trabalhado novos nomes para que fossem beneficiados pelo esquema. Eu queria saber se o senhor poderia citar esses novos nomes e ao mesmo tempo, também, saber se o senhor encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal — agora, durante esse momento da investigação do Petrolão — nomes que foram beneficiados a partir dessa entrada, digamos assim, do PMDB dentro da sua Diretoria em 2006. E somente mais uma pergunta, para finalizar, sobre o mercado petroquímico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane, peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Finalizando, realmente, Presidente querido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É sobre o mercado petroquímico. Nós sabemos que foi criado, na verdade, um monopólio do mercado de nafta a partir da criação da Braskem, numa operação que surgiu tanto para a criação da Braskem como da Quattor, por exemplo, fruto, subfaturando ou superfaturando, conforme a conveniência. Eu pergunto ao senhor: a gente poderia responsabilizar, por exemplo, a então Presidente Dilma por toda essa organização que resultou no monopólio do mercado petroquímico pela Braskem?

Seriam essas as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Sr. Paulo Roberto tem a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Bom, em relação à parte do Conselho, repito aqui: a responsabilidade é do Conselho todo, não dá para responsabilizar



uma pessoa só. Um conselho é composto de um presidente, de vários membros, inclusive membros indicados por acionistas minoritários, membros indicados por empregados, e assim por diante. Então, tem que responsabilizar o conselho todo. Esse é um ponto muito claro em relação a isso. Em relação à parte petroquímica, foram várias aquisições que resultaram, primeiro, entre a Braskem e a Quattor. Depois tivemos a crise de 2008/2009. A Quattor não conseguiu ir adiante, aí a Braskem assumiu. A PETROBRAS aumentou a participação na área petroquímica através da Braskem. Hoje, a PETROBRAS tem, acho, 34%, e a Odebrecht tem 36% da Braskem, o resto está no mercado. Agora, esse assunto, por exemplo, que envolve nafta e tal, é muito mais complexo. Eu não vou conseguir responder aqui em 1 ou 2 minutos, mas essa parte de venda de contrato não é do conselho. Isso foi uma decisão da Diretoria da PETROBRAS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Fiz uma pergunta sobre o Cabral.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Pois não, em relação a isso, também existe um depoimento meu específico sobre isso, está bem detalhado lá. Eu também não vou conseguir detalhar aqui neste curto espaço de tempo. Mas houve um pedido, houve reunião num hotel lá no Rio de Janeiro, as empresas foram lá e, no final, houve um apoio financeiro para reeleição do Sérgio Cabral.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - De quanto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - De 30 milhões.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Foram feitos também através de pagamento em dinheiro vivo, contratos?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Repito aqui: eu não participava desse processo. A minha participação era verificar se era possível ou não fazer o pagamento. Como era feito o pagamento, eu nunca participei disso, eu não tenho como lhe colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só mais uma última pergunta, Sr. Presidente. Com a entrada do PMDB, com a não exclusividade, por exemplo, para o PP, quais os nomes do PMDB que entraram?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Isso também já consta na minha delação. Existe um item específico da delação onde eu menciono todos os políticos do PMDB. Está bem detalhado lá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Cite aqui mais uma vez só mais alguns nomes.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Já está detalhado lá, acho que não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao próximo inscrito.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, essa minha enfermidade tem me dado o que eu normalmente não tenho, que é tempo livre. Eu tenho lido e relido toda a documentação a que tenho acesso. Eu volto aqui a complementar a fala anterior. Eu estou absolutamente convencido de que o ex-Presidente Lula, que escolheu Paulo Roberto Costa, em conluio com José Dirceu, é o pai do petrolião. Eu não tenho dúvida, é zero de dúvida sobre isso.

Aqui ficou claro o seguinte: na acareação do Sr. Paulo Roberto Costa e... Cadê o Alberto Youssef?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Foi ao toalete.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vou pedir para aguardar, porque ele tem que ouvir o que estou perguntando.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Inclusive eu fiz uma pergunta, Sr. Presidente, e ele não estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu liberei o Sr. Alberto Youssef para ir ao toalete, porque V.Exa. colocou que perguntaria ao Sr. Paulo Roberto Costa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Claro, mas depois eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Visando não interrompermos os nossos trabalhos, porque temos aqui uma enorme quantidade de Deputados inscritos, eu fui agilizar a situação, mas é um direito de V.Exa.

Deputado Onyx Lorenzoni, irei repor o tempo. V.Exa. questione quando o Sr. Alberto Youssef estiver presente. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Ele chegou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. pode continuar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom, ficou claro para mim que, de maneira diversa, tanto Paulo Roberto Costa quanto Alberto Youssef comentaram que era de conhecimento, sim, de escalões superiores — leia-se aí a direção maior da PETROBRAS e quem comandava o País — que havia um esquema que perpassava pela estatal.

Aqui, confrontando a versão de ambos, Paulo Bernardo pede 1 milhão para a Gleisi — Paulo Bernardo era Ministro de Estado. Nós estamos falando de 2009/2010 — e é atendido. Os dois concordam que pagaram para a campanha da hoje Senadora Gleisi. Lobão era Ministro de Estado, pede 2 milhões para a campanha de Roseana Sarney. E os dois discordam se foi o Alberto, se foi não sei quem, chega ao ponto de o Sr. Alberto Youssef dizer que está em curso uma delação que vai revelar se mas ninguém discute que os 2 milhões foram pagos! E essa questão do Palocci para a campanha da Dilma é outra minúcia. Se foi o Palocci, se não foi o Palocci, os 2 milhões chegaram lá. E como é que chegaram lá, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Essa é a pergunta. Chegaram lá ao caixa 02. Não é depósito na conta do partido, Deputado Paulo Pimenta, não é depósito legal, como mentia aqui o Sr. Vaccari, que desde 2008 sentava lá na sede do PT e não tinha cargo nenhum. Aliás, isso foi dito numa afirmação que está no e-Proc do Sr. Paulo Ferreira de que ele não tinha nada, não fazia nada em 2008, não fazia nada em 2009. Só que o Sr. Paulo Ferreira já está embrulhado aí com um dinheiro que ele andou pegando para consumo próprio, segundo se sabe.

Então eu quero perguntar aos dois, Sr. Presidente, o seguinte: como é que essas coisas se processavam? Essas pessoas ligadas ao Governo, Ministros de Estado, tinham essa condição, Sr. Paulo Roberto, porque aqui se fala que o problema é o financiamento privado das campanhas. Na minha opinião, governante tem que ser que nem o Prefeito da minha terra, que diz assim: *“Quando eu assumi a prefeitura, eu não roubei e não deixei roubar e fiz obra para o povo”*. Governante bom para mim é o que diz: *“Aqui não vai roubar; se roubar, eu boto para a rua e boto na cadeia”*. Esse é o governante que nós queremos. E os governantes de 2010 pediam ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ... pediam ao Sr. Alberto Youssef, ou ao senhor, ou ao Janene, que comandava, que tinha que botar dinheiro na campanha do A, na campanha do B, na campanha do C.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Então esse Governo sabia. E há uma questão principalmente para o Sr. Paulo Roberto: o Sr. José Sérgio Gabrielli... Agora eu tive acesso à defesa dele, Presidente, é relevante, eu li. A defesa dele é um petardo, é um Exocet contra o Conselho de Administração da PETROBRAS, e com razão! Eu li também, eu estudo, eu li o Estatuto da PETROBRAS. Lá está escrito: *“É atribuição do Conselho de Administração”*. Eu pedi pela CPI até hoje, Presidente, o documento em que a Presidente do Conselho de Administração autorizou a compra de Pasadena, e a PETROBRAS até hoje não nos mandou. Por quê? Qual é o problema de ter a assinatura da então Presidente do Conselho de Administração,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ...que autoriza a compra de Pasadena, quando o Dr. Carlos Borromeu entregou o relatório dizendo que havia cláusula de *put option*, havia a Cláusula Marlim? José Sérgio Gabrielli cada vez chega mais perto dele. Era partícipe desse processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - José Sérgio Gabrielli sabia disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E como é que os senhores conviviam com essa situação de o Governo achacar os senhores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Onyx.

Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, o pessoal tem que responder às perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. O Sr. Paulo Roberto está com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É... Bom, em relação, em relação à posição do Conselho, ela é exatamente essa, e, como eu falei, ainda há vários órgãos aqui em Brasília que acham que a responsabilidade é da Diretoria, e não é, basta ler o Estatuto. E como eu falei: o Presidente Gabrielli era do Conselho. O único representante da Diretoria que participa do Conselho é o Presidente Gabrielli, que participava do Conselho.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pelo Estatuto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Pelo Estatuto. Então, quando o TCU, quem que seja, reputa responsabilidade para a Diretoria, não é correto, é só ler o Estatuto. O Conselho podia chegar naquele momento: *“Diretoria, muito bom, o trabalho está muito bem, mas eu não vou fazer isso agora!”*, e acabou, o assunto ia para uma gaveta e morria. Então nisso eu concordo plenamente com V.Exa., precisa ser colocado o guizo no gato.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Na gata. É que eu sou veterinário! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu também concordo plenamente com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ainda existe questionamento?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu estou respondendo à pergunta e eu concordo plenamente com V.Exa. também.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - São 5 milhões que eles acabaram...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, vamos obedecer às inscrições!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe algum esclarecimento a mais para ser feito pelos senhores com relação às perguntas?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Só posso colocar para V.Exa. que esses valores foram pagos. Existe aí uma dúvida se foi para cá ou se foi para lá, mas para mim essa dúvida é irrelevante. O valor foi pago.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Parabéns!

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu concordo com V.Exa. na íntegra de tudo o que V.Exa. está dizendo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, isso é relevantíssimo. Pela primeira vez se chega à conclusão de que esse dinheiro chegou comprovando que o Governo do ex-Presidente Lula...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, olha a ordem das inscrições! Isso já tinha sido falado! É notícia requentada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, ele não respondeu à minha pergunta. Eu fiz a pergunta ao Sr. Youssef, e ele está no banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero restabelecer a ordem.

Deputado Leo de Brito, V.Exa. tem a palavra por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, peço um tempo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu fiz uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane eu irei cobrar a resposta do Sr. Alberto Youssef no momento correto.

Eu já dei a palavra ao Deputado Leo de Brito. Em seguida, eu abordarei o Sr. Alberto Youssef para responder a V.Exa. Eu não vou interromper um colega de V.Exa. no meio da sua fala.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu só precisaria da resposta de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos buscar, com certeza, todas as respostas.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Solicito o tempo da Liderança do PT, que dividirei com o colega e companheiro Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então V.Exa. falará por 5 minutos pela Liderança. Em seguida, fará os questionamentos o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu faço os questionamentos posteriormente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sr. Deputados, Sras. Deputadas, eu fiz questão de participar desta audiência hoje, porque entendo que nós estamos assistindo ao esforço de duas naturezas.

Primeiro, há o esforço de requestrar notícias, reinterpretar declarações que, em alguns momentos, chega a ser quase patético por parte de alguns colegas. E de outro lado, há o esforço que é uma espécie de tentativa de amnésia coletiva que tem pautado a postura, a conduta de alguns colegas e de alguns partidos desta CPI, desde o início.

Aliás, diga-se de passagem que até hoje eu particularmente não aceitei aquela decisão quando esta CPI disse o seguinte: *“Não. Não queremos saber o que aconteceu de 2005 para trás”*. Não importa que o Barusco tenha dito que esses esquemas da PETROBRAS existiam desde antes. E é curioso, Sr. Presidente, porque realmente há um esforço por parte de alguns colegas e de alguns partidos de tentar tratar esse tema da política brasileira como se nós fôssemos aqui um bando de ingênuos para acreditar, por exemplo, naquilo que muitas vezes a Oposição repete, que o Ricardo Pessoa tenha feito uma doação para a campanha da Presidenta Dilma porque foi achacado. Mas o mesmo Ricardo Pessoa fez contribuições muito maiores para a campanha do Aécio, mas nesse caso fez por generosidade, por amor.

O Sr. Youssef é uma figura, eu diria assim, conhecida da política brasileira. Se nós observarmos alguns dos episódios de mais repercussão na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, nós vamos ver que o Sr. Youssef estava lá. Se nós vamos lá à CPI do BANESTADO, quem estava lá? Youssef e Ricardo



Sérgio. Quem é o Ricardo Sérgio? Tesoureiro, Líder do PSDB, tesoureiro da campanha do Serra. Quem levou dinheiro para fora para Ricardo Sérgio? Youssef.

Agora, na denúncia do Dr. Janot, aparece lá Júlio Camargo juntamente com um cidadão conhecido por “primo”, Gregório Marin Preciado, antigo conhecido do Dr. Youssef. Quem é o Gregório? Primo do Serra, sócio do Serra, capítulo 8 da *Privataria Tucana*, conta nas relações dele. Quem é que mexia com dinheiro? Youssef. Quem é que estava na ponta? PSDB. Quem é que era candidato? O Serra.

Então, esses personagens todos são personagens que estão presentes, infelizmente, nas articulações de financiamento de campanhas eleitorais, de relações. E não vem de hoje, Sr. Presidente! E aí Deputados de partidos que governam São Paulo há anos, Paraná, Rio de Janeiro, com as mesmas empresas que trabalharam para a PETROBRAS, que receberam enormes contribuições para suas campanhas quando foram candidatos a Governador, querem nos convencer de que lá nos seus Estados as empresas contribuem com eles por generosidade. Agora, para o PT, para os nossos Governos, é porque são achacados. No mesmo dia, fazem depósito para campanha do Aécio e fazem depósito para a campanha da Dilma: o da Dilma é propina; o do Aécio é dinheiro limpo.

Ora, Sr. Presidente, aqui ninguém é bobo. E os colegas Deputados não podem continuar insistindo em nos tratar como se nós fôssemos um bando de idiotas, porque nós não somos. As contribuições que nós recebemos para a campanha da Dilma foram legais, foram idênticas às que eles receberam para os Governadores dos seus partidos. E tentar convencer a sociedade brasileira de algo diferente é como, por exemplo, querer negar que um dia o Arruda foi Governador aqui. Não falam mais do Arruda, nunca mais falaram do Arruda. Chamavam Demóstenes Torres de “nosso príncipe”. Demóstenes entrava numa sala, aplaudiam e batiam continência. O Demóstenes não é mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, Sr. Presidente, nós precisamos estabelecer um patamar mínimo de coerência. Não é possível que o PSDB, que o Democratas nos tratem como se fôssemos uma população sem memória, que não conhecêssemos a história do Brasil e não soubéssemos quem



eles são. Nós sabemos o que vocês fizeram no verão passado. Então, vamos investigar a fundo.

As irregularidades terão que ser todas elas investigadas, mas nós não vamos aceitar o PSDB e o Democratas como parâmetro de conduta ética na gestão da coisa pública, porque não são, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero dizer da admiração que tenho pelo Deputado Onyx, da extrema capacidade que ele tem de ser um grande contador de histórias. E ele é muito convincente, quando começa a contar essas histórias. Reporto-me à primeira fala, quando fala do Sr. Pedro Corrêa, às contradições que se encontram na própria fala, quando diz que o Sr. Paulo Roberto Costa teria sido parido pelo Presidente Lula. E eu me utilizo da própria fala do Sr. Pedro Corrêa, quando lá no depoimento — e está lá nas notas taquigráficas —, em Curitiba, afirma que o Sr. Janene era um grande bravateiro. Eu me utilizo da própria fala do Sr. Pedro Corrêa, quando ele afirma, lá em Curitiba — e está nas notas taquigráficas —, que, desde a época da ditadura militar, os cargos, os diversos cargos nos governos sempre eram indicação política de líderes. E isso foi corroborado aqui pelo Sr. Paulo Roberto Costa. Ele colocou isso de maneira muito clara aqui. E tenta desqualificar os dois que estão aqui, por serem condenados, como se o Sr. Pedro Corrêa também não o fosse.

Então, o Deputado Onyx tem que, de fato, continuar a utilizar essa excelência dele, como alguém que constrói essas teses mirabolantes, essas teorias conspiratórias, mas tem que se posicionar inclusive sobre o Presidente. Aliás, é uma pessoa de alta moral, mas eu não ouvi até hoje a posição do Deputado Onyx em relação ao Presidente do seu partido, que é acusado hoje por um delator de ter recebido 1 milhão de reais.

Aliás, nós estamos aprendendo. Estivemos agora, na última quinta-feira, com o Ministro Teori Zavascki que disse, com todas as palavras — entre aspas: “*A delação não vale nada, se ela não vier com provas*”. E o que nós estamos vendo aqui dos delatores é talvez as maiores contradições. São os que mais se



contradizem, com ilações do tipo: “*O Planalto sabia*”. Mas sabia como? Conversou com eles? A partir de que se tem esse tipo de ilação?

E aí, Presidente, eu vou passar alguns números aqui, porque eu tenho visto a Oposição num esforço descomunal para tentar, de alguma maneira, envolver Lula e Dilma; aliás, nem Gabrielli nem Graça Foster. Mas até o dia 14 de agosto a Operação Lava-Jato já teve 716 procedimentos instaurados, 356 buscas e apreensões, 86 conduções coercitivas, 105 mandados de prisão, 53 pedidos de cooperação internacional, 28 acordos de delação, 31 acusações criminais contra 143 pessoas e condenações que vão da ordem de 225 anos, 3 meses e 25 dias. Sabe quantas provas foram feitas, foram carreadas em relação à responsabilidade de Lula ou Dilma? Nenhuma, Presidente! (*Risos.*) Nenhuma prova, nenhuma prova foi levantada concretamente contra esses companheiros, que estão contribuindo enormemente para que o nosso País se desenvolva.

Então, para lá de teorias conspiratórias, para lá de suposições, como disse o Sr. Paulo Roberto Costa aqui, até uma MP já virou parte das teorias conspiratórias da Oposição aqui. E, como disse o Deputado Paulo Pimenta aqui, vão ser utilizados dois pesos e duas medidas. Eu quero saber onde é que foram parar os 10 milhões que foram dados, segundo o Sr. Paulo Roberto Costa, para barrar a CPI da PETROBRAS. Por que queriam barrar a CPI da PETROBRAS? Essa é uma pergunta que nós temos que fazer ao Presidente do PSDB. Infelizmente, neste momento, Sérgio Guerra não está aqui para poder responder, mas foi inclusive denunciado pelo Líder do PSDB na outra CPI. Nós queremos saber quem estava envolvido, se foi para o partido, se o tesoureiro do partido estava envolvido, assim como os tesoueiros desse partido receberam milhões e milhões dessas empresas que estão envolvidas na Lava-Jato.

Nós não vamos aceitar hipocrisia, em hipótese alguma. Como disse aqui o Deputado Paulo Pimenta: para uns, é a propina; para outros, é o amor. A sociedade está vendo e não vai aceitar hipocrisia em hipótese alguma. Eram essas as palavras, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. dispõe de mais 3 minutos para fazer os questionamentos.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu gostaria de mais 3 minutos para fazer as perguntas, Presidente.

Sr. Youssef, o senhor atuou como operador em algum esquema de corrupção junto a Governos Estaduais?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na época do BANESTADO, eu fiz uma operação chamada COPEL/Olvepar, da qual eu sou colaborador. E foi para o Governo do Estado do Paraná, reeleição do Jaime Lerner, se não me engano.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Qual o partido do Jaime Lerner?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na época, PFL, né? Agora, DEM.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Partido que hoje é o Democratas, não é isso? É o partido do nosso ilustre Deputado Onyx.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quem operou dinheiro para Sérgio Guerra e quem recebeu esse dinheiro? É uma pergunta para os dois.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu fiquei sabendo da operação. Não fui eu que operei. Eu já relatei isso.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - No meu processo lá já consta essa delação, um tema específico sobre isso. As reuniões que eu tive foram com o Senador Sérgio Guerra e com o Deputado Eduardo da Fonte. Eles receberam da Queiroz Galvão.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - O.k., Sr. Presidente. Eu estou satisfeito com essas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado João Carlos Bacelar.

V.Exa. tem até 3 minutos. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Eliziane. Perdão, Deputado Bacelar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, na verdade, eu queria só que ele respondesse as duas perguntas que fiz, referentes ao pagamento, ao possível pagamento de propinas ao então Governador Sérgio Cabral; se houve a participação do Youssef, quando o Paulo Roberto falou do encontro que teve... Mas a pergunta seria para ele.



E a segunda pergunta é sobre a participação dele em relação ao Lobão, porque, no encontro que nós... Na nossa última oitiva, ele negou referentemente à Roseana. Eu queria saber em relação ao Lobão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Presidente, na minha fala eu também perguntei se o Sr. Youssef conhecia o Sr. Gregório Marin Preciado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele pode...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu perguntei na minha fala se ele conhece o Sr. Gregório Marin Preciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Paulo Pimenta, no tempo de Líder não se pode questionar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, se por um acaso ele puder dizer se conhece o Sr. Gregório Marin Preciado ou se algum Vice-Líder puder pedir isso...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, sobrou-me um tempo, então eu subscrevo essa pergunta.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não me lembro dessa pessoa com esse nome, a não ser que eu possa tê-la conhecido através de um outro nome ou um codinome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por Primo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Quem usava essa sigla Primo era eu. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então vocês eram parentes?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não éramos, não. Eu não me lembro de ter conhecido nenhuma pessoa com esse nome Primo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com relação às perguntas da Deputada Eliziane, V.Sa. tem mais alguma coisa a colocar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Quanto à resposta da Deputada Eliziane, eu não entreguei nenhum valor ao Ministro Lobão a pedido do Paulo Roberto e nem à Roseana. Na minha acareação com o Paulo Roberto, eu já deixei bastante claro isso. Eu acho que ele está equivocado com referência a esse assunto. Eu estive no Maranhão, sim, e eu relato isso no anexo, a pedido do Júlio Camargo, e, se não me engano, não foi nem em época de campanha, foi em final de ano, e eu entreguei



alguns valores lá, mas ele também não me disse para quem era. Foram funcionários meus que estiveram lá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Com relação ao Sérgio Cabral, o senhor...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, não participei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado João Carlos Bacelar, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse final de semana eu estive no Município de Maragogipe, Município em que a Prefeita Vera se filiou ao nosso Partido da República, o PR, para acompanhar as festividades da Festa de São Bartolomeu.

Lá, passando pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu, um dos cinco estaleiros da indústria naval brasileira, retomando essa indústria que estava desativada no Brasil, eu fiquei boquiaberto quando vi 87% das obras concluídas e o estaleiro parado. Aquilo dá um dó, um dó como homem público e como representante do Município de Maragogipe, onde o povo está sofrendo de forma drástica, pois acabou o comércio, acabou a indústria, acabou o pequeno empresário, está arrasada a economia da região. Aquilo gerou centenas ou milhares de desempregos de forma direta e indireta. São aproximadamente 7 mil desempregados da indústria naval baiana.

Eu queria fazer aqui uma pergunta ao Sr. Paulo Roberto Costa, que acabou de se retirar, e solicito que meu tempo seja estendido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. tem alguma pergunta para o Sr. Youssef, pode ir adiantando, enquanto aguarda o Sr. Paulo Roberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Também tenho uma pergunta para o Sr. Alberto Youssef. Sr. Youssef, o senhor poderia me informar — é uma curiosidade nossa — como detectou na cela do senhor, em Curitiba, o grampo ilegal? De que forma o senhor conseguiu localizar esse grampo? De que maneira foi feito isso? Como o senhor percebeu que estava sendo grampeado, monitorado, de forma digital, *on-line*, na cela em que o senhor se encontra?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Para essa pergunta, eu vou usar o meu salvo-conduto, porque está em curso uma investigação a respeito desse grampo e ela é sigilosa. Então, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio sobre essa pergunta específica.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Youssef, isso seria muito importante para o Brasil desvendar inclusive esse submundo da Polícia Federal. Nós aqui, nesta CPI, estamos investigando profundamente essa relação e sabemos que existe um paralelo. Dois policiais vieram a esta CPI e afirmaram que esses grampos eram ilegais.

Portanto, nós queríamos, o Brasil queria ouvir de V.Sa. qual era o posicionamento, como o senhor percebeu esse grampo. Se o senhor pudesse aqui contribuir com esta CPI, o Brasil ficaria muito grato, e esta CPI mais ainda, até para poder desvendar esses desmandos acontecidos na PETROBRAS.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Deputado, eu gostaria muito de responder a esta pergunta a V.Exa., mas eu vou usar o salvo-conduto, porque está em sigilo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas teve ou não teve? Só se teve ou não teve. Porque aqui delegados afirmaram, inclusive o Delegado legas, que foi Diretor de Inteligência da Polícia Federal, e mais um agente que esteve nesta CPI, informaram que teve, que o grampo foi legal. Eu queria ouvir de V.Sa. se teve ou se não teve. Pelo menos isso o senhor pode confirmar aqui, por favor.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Como tem uma investigação que está em sigilo, eu vou usar o meu salvo-conduto de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Pela ordem, Presidente. Eu, como não conheço o funcionamento desta CPI, não tenho o hábito de frequentá-la, gostaria de saber se, como Líder, tenho direito à palavra e em que momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Na hora em que solicitar.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Então, eu a solicito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu estou com a palavra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem algumas perguntas ao Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tenho perguntas ao Sr. Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É que V.Exa. não falou mais. Então, peço que conclua as perguntas ao Sr. Paulo Roberto, ele responde e em seguida falará o Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Paulo Roberto, eu estava aqui dizendo — o senhor tinha se retirado do recinto da Comissão — que estive no Estaleiro Maragogipe neste final de semana, e é deprimente a cena que vi na região de alto índice de desemprego, de alto índice de criminalidade, gerado pela insolvência do consórcio. O consórcio tem a receber quase 650 milhões de reais da Sete Brasil. São cinco estaleiros no Brasil para resgatar a indústria naval. Isso, como cidadão baiano, representante do Município de Maragogipe no Congresso Nacional, nos causa dor muito grande. Eu vi pessoas do Distrito de São Roque quase implorando para que eu fizesse um apelo hoje na CPI para que a empresa retomasse as obras e concluísse o que deixou pela metade, pagasse os fornecedores, para que os pequenos comerciantes voltassem a trabalhar e tivéssemos a economia reativada na região não só do Município, mas da microrregião na qual o estaleiro está envolvido.

Eu me recordo de que um tempo atrás V.Sa. fez algumas declarações em relação à indústria naval. Eu queria saber se são verídicas ou não essas afirmações. O senhor informou que o Brasil não estava preparado para a indústria naval, que seria muito melhor importar, encomendar de estaleiro da Coreia do Sul do que produzir no Brasil, que seriam preços muito menores essas importações. Foram verídicas essas coisas? Eu queria que o senhor informasse um pouco mais sobre esse assunto.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não estou me lembrando desta minha declaração, não. Não estou lembrando. Agora, o que eu posso lhe falar é o seguinte: em relação à indústria naval ou em relação à indústria de construção pesada de modo geral, eu acho que vai ser muito complicado para o Brasil eliminar essas várias empresas que estão envolvidas nesse processo e pensar que nós



vamos ter amanhã empresas menores que vão ser empresas grandes ou trazermos empresas do exterior para trabalhar no Brasil. Isso é uma falácia, isso não vai acontecer. Então, eu acho que as pessoas que erraram devem pagar pelos seus erros. Mas acabar com as empresas, que são empresas aí da área da engenharia, com 60, 70, 80 anos, acho que tem que ser uma decisão muito pensada, porque essas empresas é que têm tecnologia. A tecnologia de engenharia você não consegue de um dia para outro. Então, se alguém aqui colocar ou se alguém da área colocar aqui que empresas médias vão se tornar grandes de um dia para o outro, isso não é verdade. Então, é um cuidado que eu acho que vocês, V.Exas. aqui na Casa e quem responde por isso... É uma coisa que tem que ser pensada com muito, muito cuidado. E isso vale também para os estaleiros. Eu vi uma reportagem agora na televisão mostrando a dificuldade lá desse estaleiro, que tem uma empresa japonesa e três empresas brasileiras. O estaleiro que estava sendo finalizado tinha 7 mil empregados, hoje tem 500 empregados. Realmente é alguma coisa para o País bastante complicada. Em relação a preços da indústria de modo geral, a gente pode pensar assim: inicialmente, vamos ter preços maiores no Brasil. Isso é normal. Isso foi feito no Mar do Norte, foi feito nos Estados Unidos e em vários países do mundo. A indústria do petróleo trabalha desse jeito, trabalha por escala. Então, quando vai se fazer uma plataforma na Coreia, que faz cem plataformas por ano, é diferente aqui no Brasil, que vai fazer dez por ano. Então, isso... Agora, você está empregando brasileiros, está empregando tecnologia nacional, está empregando consumidores nacionais. Então, é uma coisa que tem que ser vista por V.Exas. aqui com muito cuidado de quem toma as decisões em relação a esse assunto.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor fez alguma declaração...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado João Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu tenho mais duas perguntas, Presidente. Eu fui interrompido pelo Deputado Sarney Filho e eu queria, por gentileza, concluir aqui as minhas perguntas.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Trinta segundos.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas tirou aqui a linha de raciocínio, Deputado! (*Riso.*)

Então, Sr. Paulo Roberto, eu queria saber de V.Sa. se em algum momento declarou que a decisão de fazer indústria naval, retomá-la aqui no Brasil, através desses cinco estaleiros, foi política e não técnica. Isso é verídico? O senhor informou isso? O senhor declarou isso em alguma oportunidade?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu, sinceramente, repito aqui, se eu falei, não me lembro. Agora, a decisão de fazer no Brasil... Repito aqui, a indústria do Mar do Norte, que desenvolveu todo o Mar do Norte, ela tinha a opção de fazer ou na Inglaterra ou na Escócia. Então, não se permitia fazer em outros países. Por quê? Porque tinha que desenvolver o Reino Unido e desenvolver a Escócia. Então, era essa a decisão que foi tomada. Então, vamos dizer, quando a empresa brasileira, o empregador brasileiro, o empregado brasileiro têm capacitação para fazer aqui no Brasil, na minha visão pessoal, mesmo que se pague inicialmente um pouco mais para ter aquela escala, eu acho que tem que ser feito no Brasil. Essa é a minha visão pessoal.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - A última pergunta, Sr. Presidente, para encerrar, por gentileza.

Um dos requerimentos que eu fiz aqui, Sr. Presidente, foi em relação à empresa WTorre, que tem dois grandes problemas na PETROBRAS. Um é a alocação dos prédios no Rio de Janeiro, na forma que foi feita, na forma fraudulenta que foi feita, na forma que foi contratada. Por isso, eu requeri, e este Plenário aprovou, a convocação do Sr. Walter Torres, dono da Construtora WTorre, lá de São Paulo. O outro assunto está envolvido com o estaleiro lá no Rio Grande do Sul. Eu queria fazer também essa pergunta ao Sr. Paulo Roberto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado João Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - ...se ele puder me responder. Lá atrás, a Engevix, que não tinha *know-how* em indústria naval, ganhou um contrato bilionário para a construção de um navio-sonda lá no Rio Grande do Sul. Logo depois, ela repassou esse contrato... Não, desculpe, inverti a pergunta! A WTorre ganhou esse contrato bilionário e logo em seguida, sem nenhuma *expertise*



— ela é uma empresa de incorporação no Estado de São Paulo —, entrou no ramo de indústria naval com esse contrato na PETROBRAS. Logo em seguida ela revendeu para a Engevix com um grande ágio.

Eu queria aqui ouvir de V.Sa. o que o senhor tem a dizer sobre isso, como foi feito, como foi dado esse contrato para a WTorre e de que forma ela vendeu para a Engevix, sendo que ela não tinha nenhuma *expertise*, nenhum *know-how* no ramo de indústria naval, e ela veio obter esse contrato bilionário para poder depois terceirizar ou quarteirizar para a Engevix. Qual é a posição de V.Sa.? O que V.Sa. tem a dizer sobre esse contrato, especificamente? Até porque nós convocamos aqui o Sr. Walter Torre, Sr. Presidente. Queríamos que o Sr. Walter Torre viesse aqui a esta Comissão para explicar não só esses dois desmandos na PETROBRAS, mas muitos outros que ele cometeu ao longo desses anos, sangrando o recurso desta grande empresa, que é orgulho do brasileiro, a Petróleo Brasileiro S.A.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Essa área, tanto do aluguel de prédio quanto construção de estaleiros, não pertence à área de abastecimento. Então, era outra diretoria da PETROBRAS que conduzia essa atividade. Então, eu não tenho informação, porque não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu só queria pedir, até por razões humanitárias, porque eu estou fechando 24 horas sem nenhuma medicação — V.Exa. sabe do problema que eu tenho de coluna —, e eu tenho sido... Deputado Sarney, eu vou tomar 30 segundos, mas eu tenho...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Com todo o respeito, aí,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer que o Presidente sou eu, Deputado João Bacelar. Então, eu decido quem vai falar. V.Exa. já perguntou três, quatro vezes, e o tempo de V.Exa. foi encerrado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Onyx Lorenzoni foi citado. Eu vou pedir vênias a V.Exa., e a palavra está com o Deputado Sarney Filho, por até 3 minutos, pela Liderança do PV.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Serei muito breve, Presidente. Apenas tenho o senso da história, sei que muitos — não mais como aquela audiência toda



— brasileiros e brasileiras estão vendo esta CPI CPI, e é minha obrigação vir aqui repor a verdade. O Sr. Paulo Roberto falseou a verdade quando aqui disse que teria tido a confirmação da Governadora Roseana de que teria recebido dinheiro.

Em nenhum momento a Governadora Roseana fez isso, confirmou qualquer tipo de coisa. Isso está nos processos. Mais ainda, está na Internet um depoimento do Sr. Paulo Roberto no qual ele, perguntado, diz que não se lembra. Aliás, repetiu aqui há pouco: *“Se falei, não me lembro”*. A mesma coisa o Sr. Paulo Roberto disse. Isso está na Internet, isso é público. E o Procurador disse o seguinte: *“Mas o senhor está cansado, vamos deixar...”* *“Ah! se eu falei, é porque é verdade.”* Então, a cada hora o Sr. Paulo Roberto fala uma coisa da sua conveniência no que diz respeito à ex-Governadora Roseana.

Eu exijo respeito pela história de vida da Governadora Roseana, que é o contrário da história de vida do Sr. Paulo Roberto. Não vim aqui, não faz parte de minha personalidade falar mal de alguém, ou humilhar alguém. Sou contra isso. Sou contra até determinadas CPIs que gostam de fazer com que pessoas apareçam, que puxam política para aparecer sem motivo, só para servir a suas bases eleitorais nos Estados. Portanto, é falsa, não procede e está na Internet. Eu vou depois fazer chegar às mãos da CPI, se é que a CPI não tem, porque isso foi amplamente divulgado. Então, não concordo com essa afirmação, porque essa afirmação é falsa, não procede, é uma afirmação que não procede porque não tem nenhum fundamento. Em nenhum momento a Governadora Roseana pediu dinheiro ao Sr. Paulo Roberto. Ele disse que foi o Ministro que falou com não sei quem e com não sei quem, e agora chega aqui para comprovar, para poder se sair facilmente aqui das perguntas. Não é assim. Assim, essas delações vão perder a credibilidade.

As delações foram votadas aqui por nós para fazer com que a justiça e a verdade apareçam, não para fazer com que quaisquer interesses escusos sejam defendidos para beneficiar A, B ou C.

Era isto, Sr. Presidente, somente isto. Não vou ficar para a resposta porque não há resposta. Não acredito em nenhuma resposta que venha por parte desse senhor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Onyx, por 1 minuto, para fazer menção à citação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não vou nem me referir às situações aqui, porque isso é absolutamente desnecessário debater. Eu quero só fazer uma referência. Eu tenho sido muito duro às vezes, nas defesas, na preservação das prerrogativas do Parlamento. Eu quero fazer aqui um reconhecimento à defesa do Sr. Alberto Youssef, porque eles acabaram — eu percebi — orientando para que, dentro daquilo que era possível no entendimento da defesa e do Sr. Youssef, ele pudesse contribuir, e contribuiu muito nesta sessão. Então, eu quero fazer este registro por justiça, até porque, muitas vezes, reconheço, sou duro. Mas verifico que houve um gesto importante.

Por fim, Presidente — eu vou acompanhar do hotel, porque não tenho mais condição de ficar aqui —, eu fiz uma pergunta ao Sr. Paulo Roberto Costa a respeito do Sr. Sergio Gabrielli. Ele, no final, se puder responder — eu vou estar assistindo lá —, eu gostaria de saber se tinha conhecimento e participação no processo que corria dentro da PETROBRAS.

Obrigado, Presidente. Se tudo der certo, até Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Eu acho que temos uma oportunidade hoje, aqui, de checar algumas informações, especialmente aquelas que não tiveram tanto espaço na mídia.

Eu queria começar perguntando ao Sr. Paulo Roberto Costa sobre uma declaração do Sr. Youssef na delação premiada. Ele afirmou que a empresa Furnas tinha influência política do PP e do PSDB, inclusive relatando um caso em que a empresa Camargo Corrêa teria ficado devendo 4 milhões de reais de propina desse esquema que está colocado. Refere-se também o Youssef a uma reunião com o Sr. João Auler, que afirmou que não havia pendência dessa propina, pois já teria sido paga ao PSDB. O senhor considera que esse fato relatado pelo Sr. Youssef evidencia claramente que em Furnas havia a mesma sistemática de financiamento ilegal e que o PSDB foi o grande privilegiado da gatunagem e da corrupção em Furnas?



Ao Sr. Youssef eu queria perguntar sobre a declaração de que entregou em Belo Horizonte quantias de recursos destinadas para o Anastasia através do Sr. Jayme Alves Oliveira Filho, o Careca, a seu pedido, e que o Jayme reconheceu que tinha sido o Governador eleito naquela ocasião, em 2010, quem recebeu recursos para sua campanha, para o PSDB. Além desse caso do Anastasia, V.Sa. também confessou ter testemunhado a divisão de propinas entre o PP e o PSDB em Furnas, na época do PSDB, quando a irmã do Senador era operadora do esquema. Eu inclusive assisti ao vídeo, Sr. Youssef, da sua declaração, em que afirma claramente que Aécio recebeu dinheiro de propina de Furnas. Parece que a grande mídia nacional não quis divulgar, propalar claramente, para todo o Brasil, a sua declaração, então eu queria que o senhor pudesse confirmar, porque o vídeo foi distribuído nas redes sociais. Felizmente, a gente não tem mais só as grandes emissoras de televisão para circular aquilo que os grandes grupos majoritários, que tentam formar opinião no País, predominam. Esse seu vídeo, Sr. Youssef, circulou muito, teve grande audiência, mesmo não tendo sido tão veiculado nos horários nobres como aquilo que interessa às grandes redes de televisão. Eu queria que o senhor confirmasse a sua declaração de que Aécio Neves recebeu propina de Furnas. E também seria interessante se pudesse confirmar as diferenças e semelhanças entre o ocorreu no caso BANESTADO, que, pelo que tudo indica também nos depoimentos, teria sido a sua maior colaboração, a mais volumosa, para o PSDB, para as propinas e corrupção do Governo tucano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua sua fala, Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Concluirei.

... as semelhanças e diferenças entre o que ocorreu no BANESTADO e o que se investiga hoje na PETROBRAS. E, obviamente, se puder, já que pessoas aqui na CPI falaram claramente que estavam proibidas de se referir à corrupção antes de 2013, eu gostaria de saber se o senhor e o Sr. Paulo Roberto Costa vieram também com proibição de falar de corrupção antes de 2003, como já aconteceu aqui, claramente registrado nesta CPI. O depoente está dizendo: *“Por determinação judicial, estou proibido de falar da corrupção que aconteceu em 2003”*.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, a mim ninguém proibiu de falar de corrupção antes de 2003. Com referência ao Anastasia, eu mandei dinheiro, sim, para Belo Horizonte, mas não fui eu que fui lá entregar, então... A mim não foi dito que era para o Anastasia. Mas quem foi lá entregar foi o Jayme, então só ele pode dizer para quem ele entregou. Eu lembro que eu recebi o endereço e o nome e mandei entregar.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Ele afirmou isso.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - E esse nome que eu recebi, eu me lembro muito bem, não era Anastasia. Tinha outro nome e tinha um endereço.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Qual é a empresa que ele mandou pagar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu fiz inclusive uma notificação ao STF, e a assinei justificando esse depoimento do Jayme. Bom, quanto à questão de Furnas, eu fiz um anexo e está lá. Eu confirmo todas as declarações que eu coloquei no anexo. Tem mais alguma outra pergunta?

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - O senhor confirma que Aécio recebeu dinheiro da corrupção de Furnas.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu confirmo, por conta do que eu escutava do Deputado José Janene, que era meu compadre, e eu era o operador dele.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, mais uma vez o senhor confirma que Aécio Neves recebeu dinheiro da corrupção de Furnas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento...

O Sr. Alberto Youssef tem mais alguma colocação a fazer?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Eu acho que já ficou bem colocado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - ... pergunta ao Paulo Roberto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Desse assunto de Furnas eu não tenho conhecimento. Nunca chegou para mim nenhum fato em relação a esse assunto de Furnas. Não tenho conhecimento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento à reunião, passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Marun. (*Pausa.*) Ausente.



O Deputado Celso Pansera tem até 3 minutos para fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, ontem, no Rio de Janeiro, nós assistimos a uma grande passeata de prefeitos e da população da chamada região CONLESTE, que foi atingida pela paralisação das obras do COMPERJ. Nós estamos aqui com o Sr. Alberto Youssef e com o Sr. Paulo Roberto Costa, que são duas pessoas envolvidas no processo da PETROBRAS, condenados por um grande esquema que, na ponta, atingiu centenas de milhares de famílias, que hoje amargam desemprego, miséria, uma cadeia produtiva paralisada em função desse grande esquema que eles moveram. Não são heróis. Não são heróis. São pessoas que estão condenadas, que estão do outro lado das grades em relação a nós. Nós estamos do lado de fora. E o Sr. Alberto Youssef pode-se inclusive chamar de delator profissional, porque não é a primeira vez que ele faz delação premiada. Eu já falei isso em outros momentos.

Eu tenho duas questões a abordar com o Sr. Alberto Youssef. Primeira: o senhor poderia nos dizer por que o Juiz Sérgio Moro, na questão do BANESTADO, se declarou incapacitado de julgar o senhor? Suspeito.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu vou permanecer em silêncio com referência a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Segunda. Eu vou ler, Sr. Alberto Youssef, um trecho de um *e-mail* da Sra. Nelma Kodama, enviado em setembro de 2013 para a Sra. Aline da Rocha Mattos, esposa do ex-juiz Rocha Mattos. Ela fala assim do Sr. Michelin:

“(...) acho que esse era um deles, mas temos tb dr gustavo flores e figueredo que sao hj os advogados do A.Y. e sabem que eu estive com ele, durante esse tempo temos a sra martha roca, esposa de um sr muito bom que acredito estar preso ainda, apesar dela morar em sta cruz de la sierra, eu respondi por rogatoria uma coisinha, o qual o delegado e escrivao receberam u\$ 40 mil por me dar antecipadamente as perguntas, atraves de um amigo agente federal do A.Y. que hj atua no rj e faz as viagens



entre sp rj com valores, usando se de sua carteira pra poder andar livremente, temos tb um grande amigo do A.Y., carlos rocha, que obvio entrara em choque, mas arrola” — eu estou lendo aqui da forma como ela escreveu — “sim como testemunha, pois vive pela europa, recolhendo valores dinheiro dos amigos do trafico, tenho o geraldito, que consigo localizar e mora em brasilia, que fazia transporte entre ciudad del leste e sao paulo com valores, e o A.Y. armou um assalto pra ele e a casa fortaleza de cambio, pois o A.Y. havia perdido 1 milhao e colocou na cabeça que tinha sido o carlos rocha, conhecido como ceara, ou seja, sim ou nao, o geraldito foi assaltado e sabia do meu envolvimento com o A.Y.”

Está aqui este e-mail. Eu queria que o senhor comentasse para mim quem é esse policial do Rio de Janeiro e de São Paulo e se de fato o senhor organizou esse assalto à fortaleza desse senhor, o cabeça, ou o Geraldo, e se o senhor havia perdido 1 milhão de reais porque colocou com o Carlos Rocha. Então, eu queria que o senhor comentasse comigo essa fala aqui que está no e-mail da Sra. Nelma Kodama.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, isso quem pode explicar é ela. Com referência a esses assuntos, não participei, e isso quem tem que explicar é ela a V.Exa. Então, eu vou ficar em silêncio com referência a esse assunto.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está bem.

Sr. Presidente, semana que vem a gente vai fazer a acareação com Nelma Kodama, Iara Galdino e o Sr. Alberto Youssef — esse foi um requerimento meu, já aprovado. A gente retoma esse assunto em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Alberto Filho. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir. S.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, qual é o número da minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Treze.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Triste coincidência. Triste coincidência, Sr. Presidente. E eu fico feliz que hoje nós tenhamos aqui um exército em defesa da nossa Presidente. Um exército, Sr. Presidente! Eu acho isso extremamente importante, povo brasileiro. Por que que nós temos este exército aqui, atento, de olhos ligados, falando muita besteira? É porque o Palácio aqui ao lado está balançando, não sabe se caiu ou não cai.

Veja a importância desta CPI, Sr. Presidente. Veja este exército aqui! E chamaram os Deputados de ingênuos, de patéticos... Chamaram o Janene de bravateiro! Mas foi lá o ex-Presidente Lula que chamou ele, esse bravaterio, para ser amigo dele, para arrecadar. Denegriram a imagem do Youssef aqui, Youssef. Você viu que denegriram a sua imagem aqui? Mas acho engraçado, porque, enquanto você estava servindo para abastecer as campanhas da Dilma, do Lula, da Gleisi Hoffmann, Vicente Cândido, Maria do Rosário...

(Manifestação no plenário: Aécio! Aécio!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos restabelecer a ordem no plenário e vamos ouvir o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Realmente, o senhor foi muito útil. Uma pena que o senhor foi muito útil, e o Sr. Paulo Roberto, aqui do meu lado. Foram muito úteis, e disseram e gritaram e bravejaram. Povo brasileiro que está nos assistindo, um grande circo! E aí eles se esquecem e dizem que o Deputado Onyx, que foi embora, que ele contou história. É história, nobres advogados! São 17 histórias, 17 histórias escritas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Dr. Sérgio Moro! Dezesete histórias! E quem está atrás da cadeia? Quem está lá? O amigo petista Zé Dirceu! Ou eu estou enganado? O André, aquele que desafiou o Dr. Joaquim Barbosa aqui! Ou não? Ou eu estou mentindo? Vaccari, quem ele era? Delúbio, lá de Goiás, quem é Delúbio? Todos catracados, com algema, levados para a prisão. Por quê? Porque são criminosos, são bandidos! E eu posso falar isso porque eles são, estão presos, condenados, Sr. Presidente. Vergonhosa esta situação. Vergonhosa! E eu venho aqui dizer para o senhor — o Brasil está nos assistindo aqui — que agora a gente tem prova robusta, concreta, de que, sem dúvida nenhuma, nós temos responsabilidade de Dilma, de Graça.



Não adianta olhar lá para o tempo, não, porque eu tenho tempo ainda!

(Manifestação no plenário: E Aécio! E Aécio!)

Reponha o tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais 1 minuto, Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Um minuto só, pelo tanto que eles me interromperam aqui?!

Sr. Presidente, como disse o nobre Deputado, e a linha de raciocínio, como que fica? *(Risos.)*

Então vamos lá, para que eles escutem: e se os nobres petistas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só avisar que todas as vezes que o Deputado for interrompido eu irei repor o tempo, então é melhor que V.Exas. respeitem, para ele poder concluir. Como também cobrei respeito quando V.Exas. estavam usando a palavra, eu peço que respeitem o Parlamentar que está fazendo uso da palavra na tribuna.

V.Exa. tem mais 1 minuto, para concluir a sua linha de raciocínio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, e se os nobres Parlamentares petistas não quiserem ouvir, tapem os ouvidos! Mas o Brasil está escutando, o Brasil está escutando. Quem roubou este Brasil, quem meteu a mão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então o senhor me acrescente...

Como que eu vou continuar este raciocínio, Sr. Presidente? Eles me amam! Vou fazer o quê? Não permitem que eu fale! Não querem escutar as verdades. Posso continuar? Posso recomeçar, Sr. Presidente,?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos uma quantidade grande de Deputados inscritos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pois então vou recomeçar. Temos hoje provas consistentes de participação, de improbidade administrativa, organização criminosa da Presidente Dilma Rousseff, de Graça Foster... Nós temos, Sr. Presidente! Nós temos também da participação de Sérgio Gabrielli. Veio aqui, fez palhaçada aqui, e dançou. Olha, vai lá para o xadrez! O mesmo remédio



que, infelizmente, Paulo Roberto e o Youssef tiveram outros grandes petistas vão ter.

Sr. Presidente, por favor, eu não dou conta de raciocinar, de pensar. Eu quero pensar, mas o caboclo não deixa. Respeitem a minha fala, por favor! Eu escutei todo mundo em silêncio. O senhor sabe que eu tenho sido extremamente disciplinado e tenho respeitado, mas, infelizmente... Tapem os ouvidos, por favor! Podem se retirar! A porta é ali! Podem se retirar, se não quiserem ouvir. A porta é ali. Ou tapem os ouvidos!

Posso recomeçar, Sr. Presidente? *(Pausa.)* Então vou recomeçar.

Sr. Presidente, nós temos provas consistentes da participação de Dilma Rousseff, do Presidente Lula, de Graça Foster...

(Manifestação no plenário: Aécio!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não vou nem comentar.

Deputado Delegado Waldir, para concluir, por favor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Como que eu vou concluir, se eu não consigo nem pensar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, e quero dizer ao povo brasileiro... Sr. Presidente, por favor, eu quero sua atenção. Sr. Presidente, eu quero dizer ao povo brasileiro que, se hoje está pagando o preço lá do combustível, da alimentação... Esse povo pobre, humilde, está pagando o preço da corrupção, da roubalheira praticada pelo PT, Sr. Presidente. É isso o que está acontecendo.

E eu quero finalizar aqui fazendo as minhas perguntas, muito rapidamente, às duas pessoas, porque eu não fiz as perguntas ainda.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber...

(Manifestação no plenário.)

Olha aí, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Faça as perguntas rapidamente, Deputado Delegado Waldir!

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim, eu vou fazer as perguntas rapidamente, depois vocês me respondem. Se tiverem dificuldades, eu pergunto.



Eu gostaria de saber se vocês ou seus familiares — tanto para um como para outro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço a V.Exa. que faça todas as perguntas, porque eles já respondem em bloco.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso. Eu vou fazer, Sr. Presidente. Vou atender o senhor. O senhor é fantástico!

Eu gostaria de saber se vocês ou seus familiares têm sido ameaçados em razão das delações que vocês têm feito. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: eu gostaria de saber se ocorreu em algum momento nessa produção de provas, nessa delação premiada, se aconteceu em relação a vocês ou a alguém de que vocês tenham conhecimento alguma extorsão ou alguma oferta de vantagem para tornar seletivos os depoimentos, omitindo ou incluindo nomes de investigados ou de qualquer pessoa.

E a última pergunta: eu gostaria de saber de vocês, se puderem responder, é claro, esta última pergunta, se não for ofender a delação que vocês já fizeram e que está sendo conduzida pelo Dr. Sérgio Moro — vocês são mera engrenagem, Sr. Doleiro e Sr. Diretor; vocês para mim são peixe pequeno —, eu gostaria de saber se, com as informações que vocês levaram, se o líder ou os líderes dessa organização criminosa vão ser identificados. O líder. Porque não existe uma organização criminosa sem o líder. Se o líder político, aquele que permitiu esta roubalheira, que se tivesse arreventado o Brasil neste momento... se ele vai ser preso. Eu estou aguardando. O Brasil está aguardando a prisão desse líder dessa organização criminosa.

Obrigado.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, com referência à intimidação, eu já me manifestei perante o Supremo Tribunal Federal. Com referência ao líder das operações de que eu participei, tinha os líderes que eram os líderes do Partido Progressista. É isso que eu posso lhe dizer, nada mais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E com relação à outra pergunta?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com relação à extorsão, não, eu não fui nenhuma vez extorquido, nem coagido...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Para tornar seletiva a delação.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - ... a falar de A, ou de B, ou de C. Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Da minha parte, também minha família não teve nenhuma pressão. Talvez por ter sido o primeiro delator também, não tive nenhuma pressão em termos de extorsão. E o contato que eu tive, eu já declinei aí todos os políticos com que eu tive contato. É uma lista bastante extensa, que também está no meu depoimento, de todas as pessoas com que eu mantive contato.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E aquela pergunta que eu fiz em relação... se houve alguma proposta de dinheiro, ou alguma extorsão...

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - ... para que o senhor omitisse nomes ou incluísse nomes.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, não, ainda mais por ter sido o primeiro que fez a delação, não deu... Nem que quisessem fazer, não daria tempo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado JHC, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente Deputado Hugo Motta, Srs. e Sras. Parlamentares, membros da imprensa, estamos vivendo um momento, não sei, talvez de felicidade, por estarmos vivendo o império da lei, o Direito Público americano, inglês, o *rule of law*; e um momento triste, por tudo que tem acontecido, especialmente com a juventude brasileira. Esses recursos, muitos deles provenientes dos fundos de pensão, da aposentadoria de milhares de brasileiros, do sonho desta juventude, agora, mais do que nunca, ele se encontra cada vez mais ameaçado.

Eu vou fazer uma pergunta clara e objetiva, porque entendo que o art. 58, § 3º, da Constituição Federal deu ao povo brasileiro um instituto brilhante, que é o da Comissão Parlamentar de Inquérito, um instrumento das minorias aqui nesta Casa. Eu faço uma pergunta objetiva e clara ao Sr. Youssef, que, se quiser não responder, pode aquiescer também com a cabeça, no sentido de perguntar a ele se



está presente aqui nesta Comissão, baseado nas declarações graves que o Sr. Youssef fez à Justiça brasileira de que existia pelo menos um Deputado... Ou então, em outro momento, generalizou que a CPI estaria lhe intimidando. Isso é verdade, Sr. Youssef? *(Pausa.)* Ele está presente nesta Comissão?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, está.

O SR. DEPUTADO JHC - O senhor daí consegue enxergá-lo?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim.

O SR. DEPUTADO JHC - O senhor teria... Agora, neste momento, ficaria à vontade para dizer quem é esse Parlamentar?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, eu acho que já ficou bem claro aqui que esse Parlamentar não está aqui para investigar assunto da PETROBRAS. Ele está aqui para fazer insinuações e intimidações a respeito da minha intimidade, da minha família. Eu vim aqui a esta CPI para esclarecer assuntos referentes às operações feitas pela PETROBRAS, pelos contratos de que eu participei. Então, até por isso eu pedi ao Supremo Tribunal Federal o silêncio. Então, neste momento, é infelizmente que isso está acontecendo com um colaborador. Eu na verdade estou aqui para colaborar com a verdade, não estou aqui para fazer insinuações, ou *(ininteligível)*, ou contar uma mentira ou incriminar alguém que não esteja realmente envolvido no processo de que eu participei. É lamentável isso. É isso o que eu posso dizer.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, então, a partir deste momento, esta CPI tem o dever de apurar e, neste momento, fazer com que esta Casa e esta Comissão possam se pronunciar, baseadas nas declarações do Sr. Youssef. Considero-as graves. Inclusive, das declarações e da acareação feita pelo Sr. Youssef e pelo Paulo Roberto, o único fato novo até agora que eu declaro ser efetivo é essa declaração aqui dentro da nossa Casa, da Casa do Povo brasileiro, desta CPI. Então, eu, como Parlamentar membro desta CPI, até para que os Parlamentares que estão aqui presentes fazendo um trabalho sério não sejam amanhã na rua cobrados como se fossem Deputados que intimidaram quem quer que seja... Nós temos prerrogativas legítimas e podemos agir de acordo com a lei. Eu tenho plena convicção de que esta Casa, neste momento, tem que se manifestar. O povo brasileiro pede que esta Comissão possa fazer agora os



esclarecimentos necessários, para não colocar em xeque a credibilidade desta CPI, nem este instituto, que não é meu, que não é seu, que não é de nenhum Parlamentar aqui presente, mas sim do povo brasileiro. Então, esta CPI deve se manifestar. O caso é grave! E o Sr. Youssef, no momento oportuno... Inclusive os seus advogados foram também, através da decisão do eminente Ministro Teori Zavascki, eles foram também orientados e têm hoje a legitimidade e a legalidade de poder se manifestar e fazer com que, não sei se agora, mas, enfim, até o término desta reunião, nesta Comissão, ele possa revelar o nome e ajudar os trabalhos desta CPI.

Então era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, qual é o meu número na ordem aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Positivo. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa. já foi chamado. Perdão. Eu agora só tenho que dar a palavra a V.Exa. por último, porque V.Exa. foi chamado e não estava presente. V.Exa. era o décimo inscrito. Acabamos de chamar o 11º, ou melhor, o 14º, que foi o Deputado Jhc. Eu darei a palavra por último a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu acho importante que o Sr. Alberto Youssef... Ele disse que pediu um HC para não falar o nome da pessoa. Nós temos aqui 15 ou 20 Deputados, não mais do que isso. Eu acho que ele tem que dizer o nome, porque é sério. Aqui está todo mundo exercendo a sua prerrogativa Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. tem mais alguma colocação a fazer?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, é V.Exa.! É V.Exa.! V.Exa. sabe que as minhas filhas nunca foram investigadas e que elas nunca participaram de nenhum esquema fraudulento, ou tiveram contas fantasmas, ou tiveram propriedades em seu nome, ou qualquer coisa que seja. Mas V.Exa. insiste nisso. V.Exa. insiste em me intimidar. V.Exa. insiste em desvirtuar a situação! Então, V.Exa. sabe que



V.Exa. está errado. Eu estou aqui para elucidar situações de envolvimento com a PETROBRAS, não da minha família. Minha família nunca esteve envolvida nisso!

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de lhe dar a palavra... Eu darei a palavra a V.Exa. Eu queria só dizer, Sr. Alberto Youssef...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não, eu não vou me defender, porque não há necessidade! Eu só quero dizer que eu me senti ameaçado, porque eu não tenho arma, eu não tenho porte de arma, eu não tenho segurança, eu sou um cidadão, eu vivo como um cidadão comum e me considero ameaçado por um bandido que já está, inclusive, condenado! Eu acho que a CPI tem que tomar algum tipo de iniciativa em defesa da minha vida, inclusive!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só fazer aqui uma colocação ao Deputado Jhc.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - V.Exa. não precisa se preocupar, que eu não sou bandido e não vou lhe agredir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Alberto Youssef, a palavra está com este Presidente.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - E não vou, em nenhum momento... Simplesmente vou me defender na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Alberto Youssef...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Pode ficar tranquilo. Eu não estou ameaçando V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Alberto Youssef, a palavra está com este Presidente.

Eu quero dizer ao Deputado Jhc, que cobrou uma explicação pública da CPI, que a credibilidade da CPI nunca esteve e nunca estará em xeque, nem por colocação do Sr. Alberto Youssef, que está aqui, nem por colocação de quem quer que seja.

Esse tipo de colocação sobre a dúvida em relação aos nossos trabalhos este Presidente não irá admitir, até porque nem o Sr. Alberto Youssef nem ninguém tem o direito de dizer que esta CPI não está cumprindo o seu papel. Ela tem cumprido o seu papel, em respeito ao povo brasileiro. Ela tem tido alguns limites no seu



funcionamento que a lei nos impõe. Nós temos procurado aqui cumprir a lei. Nós temos procurado ouvir aqui personagens importantes desse escândalo. Esse será o nosso papel até o término dos nossos trabalhos.

Quanto a essas incongruências, essas colocações feitas pelo Sr. Alberto Youssef e por outros que estão envolvidos, nós temos, caso venha a acontecer um exagero ou, acima de tudo, uma falsa verdade com relação aos nossos trabalhos, que refutá-las e procurar, cada um — ele, no seu direito, e nós, no nosso direito —, a Justiça e quem quer que seja para estabelecer que o nosso trabalho seguirá em frente de maneira muito tranquila e responsável, que é o que este Presidente, junto com os demais pares, tem procurado fazer.

Com relação às colocações que o Sr. Alberto Youssef acabou de fazer em relação ao Deputado Celso Pansera, a CPI irá, em um determinado momento e no foro adequado, decidir quais posicionamentos serão tomados, sempre respeitando a prerrogativa Parlamentar de investigar — porque esta CPI não foi criada por instrumento da maioria; ela foi criada através do instrumento de um terço do Parlamento. Então, pelo menos um terço do Parlamento resolveu instaurar esta CPI, para que ela pudesse investigar a fundo os desmandos da PETROBRAS, e é isso que nós temos procurado fazer.

Ninguém, em nenhuma hipótese, irá tirar de nós essa prerrogativa, que nos foi dada pelos Parlamentares que estão exercendo esta Legislatura. E nós vamos investigar a fundo, doa a quem doer. Esse será o nosso papel à frente da CPI.

Com a palavra o Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Quero saber se é regimental eu subscrever o requerimento que o Deputado Celso Pansera apresentou, no sentido de que sejam investigados parentes ou familiares do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É regimental.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, por favor, eu quero subscrever o requerimento, porque isso não é ameaça; isso é uma prerrogativa. Nós estamos aqui para suspeitar. Nós não estamos aqui para passar a mão na cabeça de quem tantos prejuízos trouxe à Nação. Nós estamos aqui para suspeitar: suspeitar de que ele devolveu uma parte do dinheiro, mas está com muito dinheiro



guardado ainda. E nós temos que ir atrás de onde esse dinheiro está guardado. O Deputado Celso Pansera, de maneira nenhuma — nós todos o conhecemos: um homem cordato, um homem afetuoso, amigo de todos nós —, não pode ser acusado da forma que está sendo.

Então, eu quero subscrever o requerimento e quero me solidarizar com todo Parlamentar, independentemente do partido, que se proponha a avançar nas investigações. Eu quero subscrever esse requerimento e entendo, sim, que não é nenhum tipo de...

Agora, é claro que quem fez coisa errada tem que ter medo desta CPI. Estranho seria se não tivesse. Estranho seria se não tivesse! Tem que ter medo da CPI, porque nós queremos ir atrás e queremos investigar. Então, eu peço que se considere a minha subscrição ao requerimento apresentado pelo Deputado Celso Pansera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O que eu acabei de dizer é que este Presidente irá defender a prerrogativa parlamentar. Eu pude fazer uma fala sobre isso em outro determinado momento também desta CPI, em que a prerrogativa de um requerimento de convocação foi colocada em xeque, e eu disse que o Código Penal é claro: a ameaça é feita de maneira direta ou através de algum comunicado por algum gesto que seja, pela pessoa que foi ameaçada, trazido à tona e, a partir daí, cobradas as providências à Justiça. O requerimento de convocação, de uma CPI, principalmente, não figura como ameaça perante a lei brasileira.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Até porque o Sr. Youssef, tendo trafegado e navegado por tanto tempo nesse submundo, está se sentindo intimidado por muita pouca coisa.

O SR. DEPUTADO JHC - Sr. Presidente, quero só esclarecer a respeito da condução dos trabalhos por V.Exa. Acredito na impessoalidade, no tratamento isonômico, já que as prerrogativas parlamentares não estão acima, de modo algum, do ordenamento jurídico vigente no nosso País.

Então, peço que V.Exa. continue a condução dos trabalhos como vem fazendo, mas que se apure de forma profunda e com a mesma contundência como nós fazemos com qualquer cidadão brasileiro. Todos nós estamos abaixo da lei,



inclusive somos pagos pelo povo brasileiro para dar o melhor de nós aqui ou em qualquer lugar em que nós estivermos representando o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. é o próximo inscrito, por até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, eu gostaria também de utilizar o tempo da Minoria, 8 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer falar primeiro como Líder?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Exatamente. Como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. tem 8 minutos como Líder e, em seguida, 3 minutos para questionar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Agradeço a V.Exa.

Primeiro, eu quero destacar a importância da Lei nº 12.850, de agosto de 2013, que trata da colaboração premiada.

Ouvimos aqui o Sr. Paulo Roberto Costa, que foi o primeiro a fazer a colaboração, em uma atitude realmente — eu diria — muito importante para o País. Foram 126 depoimentos longos e exaustivos. Em seguida — não sei se já foi logo em seguida também —, o próximo que fez a colaboração premiada foi o Sr. Alberto Youssef.

Diferentemente da Presidenta Dilma, eu entendo que é realmente uma coisa muito importante a colaboração premiada. A Presidenta Dilma chegou inclusive a agredir um empresário que fez a delação premiada. Eu acho que ela cometeu um grave equívoco naquele momento, porque interessa a todos nós — e até ela mesma sancionou a lei — a revelação dos fatos.

Creio, até, que, passado o tempo e revelados os fatos, tanto o Sr. Paulo Roberto Costa quanto o Sr. Alberto Youssef, que estão aqui presentes, talvez tenham até se surpreendido com o tamanho do esquema, porque são partes importantes, sem dúvida, mas o esquema é realmente grandioso. E a partir desse novelo que foi puxado é que foi se conhecendo cada vez mais a grandeza, a extensão do processo, do esquema dentro da PETROBRAS.



Portanto, não fossem essas colaborações, eu posso afirmar, de uma maneira muito convicta, dificilmente a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Justiça brasileira poderiam chegar até aonde chegaram até agora, porque o esquema é realmente complexo e muito bem engendrado, a ponto de hoje não haver um brasileiro que possa dizer que não tenha existido o petrolão. Pode-se defender uma questão aqui, uma questão acolá, mas todos os brasileiros lamentam e estão indignados com a existência do petrolão.

Eram essas as considerações iniciais, Sr. Presidente, Sr. Relator, e eu queria aqui começar a fazer algumas perguntas.

A primeira é a seguinte. Antes de me dirigir ao Sr. Paulo Roberto Costa e ao Sr. Alberto Youssef, eu quero dizer também que hoje, aqui, foi ratificado...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Deputado Imbassahy, temos votação nominal. A gente tem que ir lá votar. Se V.Exa. puder dar um *break* aí, para a gente retomar... Pode ser, Presidente?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O Presidente decide. Se ele quiser interromper agora, eu posso encerrar aqui... Mas são 8 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não estou querendo interromper, Deputado Pansera, por uma lógica muito simples: nós temos várias pessoas inscritas ainda. Se eu ficar aqui interrompendo, nós vamos...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - São quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós temos inscritos, como Líderes, um, dois... Nós temos três Líderes inscritos, mais dois Deputados que não são membros, totalizando cinco Deputados, e mais quatro membros inscritos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu estou inscrito como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. está inscrito como Líder.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu vou lá votar e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Imbassahy está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Prosseguindo, Sr. Presidente, eu faço aqui um comentário importante. O Sr. Alberto Youssef hoje, aqui, ratificou, reafirmou que, no entendimento dele, o Palácio do Planalto tinha conhecimento



dessa operação. No depoimento, inclusive, estão citados lá o ex-Presidente Lula, a atual Presidente Dilma e alguns Ministros de Estado.

Por outro lado, o Sr. Paulo Roberto Costa, hoje, de maneira enfática, ressalta que é da competência do Conselho de Administração da PETROBRAS, no caso específico, a compra de ativos e ressalta também a questão da refinaria de Pasadena.

Embora fosse, como sempre, uma proposta da Diretoria-Executiva, pelos estatutos e também pela própria Lei das S.A., estabelece-se, com clareza, que a responsabilidade pela compra de Pasadena foi do Conselho de Administração, à época presidido pela então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Eu destaco este ponto, Sr. Presidente, porque o Tribunal de Contas da União está, neste momento, por meio de análise técnica, identificando responsabilidades, e é de uma clareza meridiana — como já foi dito aqui também em outros depoimentos pelo próprio ex-Presidente Gabrielli, pela ex-Presidente Graça Foster, pelo então Presidente do Conselho de Administração e Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e também na sede da PETROBRAS — a responsabilidade do Conselho de Administração pela compra de Pasadena.

Eu vou fazer aqui as perguntas rapidamente, Sr. Presidente.

Na primeira, eu me dirijo ao Sr. Alberto Youssef: na percepção de V.Sa., o Palácio do Planalto sabia desse esquema? Havia essa percepção de V.Sa.? Isso foi dito, inclusive, lá naquele depoimento em Curitiba. Eu faço a mesma pergunta: se V.Sa. se sentia mais seguro por conta dessa participação nesse processo, até porque a PETROBRAS é uma empresa de conceito internacional, e os valores, a expressão econômica dos crimes cometidos também eram bastante expressivos.

Então, a pergunta que eu faço é se essa percepção que V.Sa. tinha com relação ao conhecimento do Palácio do Planalto lhe dava algum conforto, alguma estabilidade, alguma confiança.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, essa percepção eu tive por conta do que eu ouvia nas conversas e por conta de que o Dr. Paulo Roberto, muitas vezes, pedia uma sinalização do Planalto. E aqui ele confirmou que, realmente, foi a partir daí que eu tive essa percepção. Se eu me sentia mais confortável?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mais seguro talvez.



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, eu me sentia! (*Pausa.*) Nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O.k. Agradeço a V.Sa.

Faço uma pergunta agora ao Dr. Paulo Roberto Costa, lendo aqui o trecho de um importante depoimento que S.Sa. deu. Não é muito longo, Presidente, mas eu gostaria de ler aqui esse trecho, até para refrescar a nossa memória, porque o Dr. Paulo fez 126 depoimentos e, certamente, não pode tê-los todos na memória, na íntegra. Está aqui a transcrição.

Repetindo aqui V.Sa. falando, repetindo aqui:

“Diretoria de Engenharia e Serviços: Renato Duque, indicado pelo José Dirceu — PT; Diretoria de Gás e Energia: Ildo Sauer, indicado pelo PT. Ildo Sauer, ele era, na época, que estava se preparando. Lula ganhou as eleições e aí assumiu em janeiro. No período em que ganha as eleições, até janeiro, o Governo se reúne para preparar o modelo de governo, aquele negócio todo. Ele foi responsável, o Ildo Sauer, foi responsável. Ele era um dos responsáveis que Lula indicou para trabalhar na área de energia. O Ildo Sauer, ele era professor da USP, na área de energia. Estava tudo caminhando para ele ser o Ministro de Minas e Energia, porque ele ajudou a montar o programa do PT para o assunto energia. Só que, não sei por que cargas d’água” — repito que V.Sa. disse em depoimento — “teve uma apresentação, nesse período, da Secretária de Energia do Governo do Rio Grande do Sul para o Lula. O Governo do Rio Grande do Sul, naquele problema do apagão que nós tivemos em 2001, o Governo do Rio Grande do Sul se saiu bem nesse processo e tal, aquele negócio todo. Então, essa Secretária de Energia do Rio Grande do Sul Lula chamou para fazer uma apresentação para ele. Aí essa Secretária chegou lá com um laptop e tal, bem avançada em tecnologia, e fez uma apresentação para o Lula. E o Lula



gostou muito da apresentação que ela fez. Aí, ao invés de assumir o Ministério de Minas e Energia Ildo Sauer, assumiu o Ministério de Minas e Energia a Secretária chamada Dilma Rousseff. Então, Ildo Sauer nunca aceitou isso. Então, o relacionamento de Ildo Sauer com a Ministra, na época, de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que era Presidente do Conselho de Administração.. A Dilma Rousseff assumiu o Conselho de Administração da PETROBRAS em 2003, até 2010.”

Essa é a parte mais relevante, que eu peço a V.Sa. para confirmar.

“Então, assuntos da PETROBRAS que dependiam do Conselho, se foram feitos de forma certa ou errada, ela acompanhou tudo, porque ela era a Presidente do Conselho. Se outros problemas ocorreram na PETROBRAS, ela deveria saber, porque ela era a Presidente do Conselho.”

Essa é uma afirmativa que V.Sa. fez em depoimento. Está confirmando ao balançar a cabeça.

E mais: em seguida, nós temos informações de que, entre 2007 e 2010, V.Sa. teria participado de várias reuniões, talvez 8 reuniões, na Casa Civil e outras poucas no Palácio do Planalto.

Então, confirmando o depoimento, o que faz crer V.Sa. que a Presidente Dilma tinha conhecimento? Se aconteceu de errado ou não aconteceu de errado, ela acompanhou tudo? O que faz crer V.Sa. nesse conhecimento da Presidente Dilma Rousseff?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Primeiro, tudo o que foi colocado no meu depoimento eu confirmo. Tudo isso está correto. Não tem que mudar nem uma vírgula. Agora, como eu já mencionei anteriormente, eu nunca conversei pessoalmente com ela, nem com o Presidente Lula sobre qualquer problema dentro da PETROBRAS. Agora, se ela sabia ou não, eu não tenho como confirmar, mas é pouco provável.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado João Gualberto.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, é impressionante como os Deputados do PT aqui nesta CPI desprezaram as afirmações do Youssef e do Sr. Paulo Roberto Costa a respeito das propinas dadas aos Ministros, Senadores, Deputados do PT. Eles não os defenderam em nenhum momento; apenas, saindo do roteiro da CPI, ele fala de tempos anteriores a 2003, ou seja, para acusar outros governantes, outras pessoas, e não defendem em nenhum momentos os Deputados, os Senadores, os Ministros do PT.

O que eu quero perguntar para os dois é o seguinte. O Youssef, em sua delação, em determinado trecho, fala: *“não tinha como operar um tamanho esquema desse, se não houvesse o aval do Executivo. Era impossível o Lula governar, se não tivesse esse esquema de corrupção.”*

Por que o senhor acha que seria impossível governar sem esse esquema de corrupção? Por que essa afirmação? E quem era o Executivo? Quem deveria ter conhecimento? Era exatamente o ex-Presidente Lula?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não posso afirmar que era o Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O que é o Executivo? Quem é o Executivo a que o senhor se refere?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - O Executivo que eu digo... Eu me referia à Diretoria da PETROBRAS e ao Planalto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ao Planalto. E o Planalto não é o Presidente Lula. Eram os Ministros, então?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, se ele sabia ou não sabia, eu não posso afirmar, porque eu nunca tive essa conversa com ele. Eu não conheço o Presidente Lula. Então, eu não posso dizer que ele sabia. E eu...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E por que o senhor afirma que era impossível o Presidente Lula governar sem esse esquema de corrupção? Por que seria impossível, na sua afirmação?



O SR. ALBERTO YOUSSEF - Porque ele obtinha base com os cargos que a base tinha.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Com os cargos ou com a propina?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Olha, primeiro, os cargos, e, depois, a propina.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Com os cargos e a propina?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - É.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O Lula só conseguia governar, na sua ótica, na sua delação, em função da propina, do dinheiro do povo brasileiro, e dos cargos. É isso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor acabou de afirmar!

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, eu não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu só quero confirmar. O senhor acabou de afirmar.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não posso afirmar isso. Eu estou dizendo que, na minha concepção, na minha opinião, o cargo era por conta de obter a base aliada e, em cima deste cargo, se fazia a propina para financiamento das campanhas. Era isso que acontecia.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, imaginando esse grande esquema de corrupção, alguém planejou, bolou esse esquema. Concorde? Não surgiu de repente. O Paulo Roberto começou: "*Quero roubar. Pega o Youssef. Vamos transferir.*" Não foi assim. Foi? É impossível. Quem o senhor acha que criou esse esquema? Quem mais se beneficiou com esse esquema de corrupção?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Isso eu não tenho como lhe dizer. Quem inventou o esquema...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Com certeza, o senhor não sabe?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Com certeza, eu não sei quem.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Olha, vocês dois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Passou tanto o tempo para os outros...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a V.Exa. que conclua as perguntas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Vocês dois, quando falam da família, fica todo mundo sensibilizado etc., e eu concordo com isso: acho que é o instinto humano, de pai mesmo. Mas, veja: a sociedade, os amigos dos seus filhos, como enxergam vocês, pais? Não, não bem. São pessoas, queira ou não queira... Não vou falar como um colega, que o chamou de bandido, mas é coisa parecida. Vocês roubaram, fizeram parte nesse esquema de roubo.

O que a sociedade gostaria de saber? Quem criou esse esquema! Quem criou! É aí que o senhor poderia ajudar o Brasil! Veja, o senhor vai ser condenado, o senhor já é condenado, vai aumentar a pena, mas nós temos que dizer: ou acaba com quem criou esse esquema de corrupção, ou põe na cadeia, ou nada vai ser resolvido, vai ficar desse jeito! Veio o Mensalão, não deu em nada. Alguns foram presos, claro! Veio o petrolão agora, com alguns presos — inclusive, vocês fazem parte. E o chefe? Quem criou esse esquema de corrupção? Quem criou, o senhor acha que já está preso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu não posso dizer isso, porque eu operava para o Partido Progressista, na época, liderado pelo José Janene e, depois, pelo João Pizzolatti, Mário Negromonte, Nelson Meurer e Pedro Corrêa. Então, eu não tenho como dizer quem inventou isso, quem inventou essa roda. Eu simplesmente era um operador daquele partido, naquele momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E o senhor, Paulo Roberto? O que o senhor tem a falar?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Já mencionei aqui anteriormente que eu entrei na Diretoria em maio de 2004. Eu não entrei com os primeiros Diretores. Os primeiros Diretores entraram em janeiro de 2003. E na minha área, como até já sugeri, não tínhamos projetos, não tínhamos recursos. Então, isso tudo era muito focado na área de exploração e produção. E esse processo já existia quando eu cheguei lá. Não foi o Paulo Roberto que inventou isso. Quando eu cheguei lá, ela já existia. Só que, vamos dizer, na minha área, começou, com mais profundidade esse processo a partir de 2007. Mas já existia. Agora, quem criou? Eu não sei



quem criou. Eu também não tenho como lhe colocar, porque eu não sei. Mas era um processo que já era incorporado dentro da companhia quando eu entrei.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E aquela interrogação, aquela pergunta do colega Deputado que falou que o senhor não era da cota do PP; o senhor era da cota do Lula, que deu para o PP. Essa afirmação é verdade ou não?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não sei, porque o meu contato, quando eu fui convidado, foi direto com o Deputado Janene e o Pedro Corrêa. Eu não conversei com o Presidente Lula em nenhum momento em relação à minha indicação. Eu fui procurado pelo Janene e pelo Pedro Corrêa, e, com certeza, eles conversaram com alguém, porque um cargo na PETROBRAS, de Diretor da PETROBRAS, de Presidente da PETROBRAS, pela importância da companhia, normalmente tem que ter o aval do acionista majoritário. O acionista majoritário é o Governo brasileiro. Então tem que ter o aval do número um do Governo brasileiro. Mas eu não conversei com o Presidente Lula sobre esse tema. Quem conversou isso aí, que pode explicar até com mais detalhe, possivelmente vai ser o Pedro Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Essa intimidade que o Presidente Lula parece que tinha com o senhor, que chamava o senhor de Paulinho, é verdade?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Isso é lenda.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ah, isso é lenda. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dando seguimento, concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Aluisio Mendes. Ausente.

O Deputado Weverton Rocha está ausente.

O Deputado Marun está ausente.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu acho que esta sessão de hoje é uma sessão muito importante



para esta Comissão, porque ela acaba sendo reveladora de determinados fatos e episódios que por alguns são repetidos e repetidos.

Agora mesmo o Sr. Paulo Roberto disse que essa história de o Lula chamá-lo de Paulinho é uma lenda. Mas os Deputados da Oposição estão aqui, há meses, repetindo essa cantilena para tentar transformar uma mentira em verdade.

Mas ao mesmo tempo em que tentam transformar mentira em verdade, tentam transformar verdade em mentira. Aí vem o Sr. Youssef e diz : *“Não. O Aécio era beneficiário, sim, do esquema de Furnas. Meu compadre Janene me contou”*.

E aí, como é que fica o PSDB? Como é que fica o Democratas? Como é que fica o Solidariedade? Vocês passam repetindo ao microfone tudo o que o Sr. Youssef diz e sustentam para o Brasil que a palavra dele é suficiente como prova. E agora o Youssef vem aqui e diz: *“Não, mas o Aécio também é parte de Furnas, de um esquema grande”*. O que o Sr. Youssef diz vale ou não vale? Ou vale só para o PT?

Então, esta sessão, Sr. Presidente, está sendo muito esclarecedora. Eu quero dizer o seguinte: nós temos que entender, nós temos duas pessoas aqui que fizeram uma delação como uma estratégia de defesa das acusações que sofreram. Portanto os seus depoimentos devem ser compreendidos dentro de uma estratégia de defesa.

Agora, o que nós não podemos admitir, ilustre Presidente, é que as coisas tenham dois pesos e duas medidas. É nisso que eu insisto. Eu não consigo aceitar quando alguém vem à tribuna ou à imprensa e diz: *“Ricardo pessoa doou 7 milhões e 500 mil para a campanha da Dilma porque foi constrangido. Mas doou 1 milhão e 200 mil a mais do que isso para o Aécio por gesto de caridade”*. Ninguém aqui pode acreditar num discurso como esse.

Então, como eu parto do pressuposto de que delação premiada não é prova, mas é indício que tem que ser investigado — e é isso que o Supremo Tribunal Federal está dizendo, e o Dr. Teori disse isso novamente esta semana —, a pergunta que eu me faço é: por que o Aécio não está sendo investigado? Se vários Parlamentares foram e estão sendo investigados porque ou o Dr. Paulo Roberto ou o Youssef disseram que eles receberam propina — vários estão lá sendo investigados; colegas nossos —, e se o Youssef está aqui dizendo que o Janene



confirmou para ele que o Aécio recebia dinheiro de Furnas, por que razão ele não é investigado, Sr. Presidente? Por que razão?

Então, eu não estou aqui para defender que ninguém deixe de ser investigado. Agora, esse ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vou concluir, Sr. Presidente.

Não pode haver uma meia vontade de varrer a corrupção do Brasil. Ou a gente encara esse processo com vontade e com coragem... Se tiver alguém do Partido dos Trabalhadores envolvido, lamentavelmente, terá que pagar por isso, terá que sair do PT.

Nós não podemos, *a priori*, dizer que alguém que foi aqui denunciado pelo Sr. Youssef — como o Aécio — por um esquema nebuloso, que ninguém nunca entendeu até hoje, de Furnas, possa, sem ser investigado, ser declarado inocente.

É contra esta falta de coerência que eu me insurjo, Sr. Presidente, e faço questão aqui de registrá-la mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Vanderlei Macris.

Vamos abrir uma exceção e chamar o Deputado Weverton Rocha, que foi chamado e não estava presente, porque estava em votação nominal.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Vou fazer aqui algumas perguntas, e tanto o Sr. Paulo Roberto como o Sr. Alberto Youssef estão convidados a responder.

Sr. Alberto Youssef, em seu depoimento, no dia 4 de novembro de 2014, o senhor afirmou que em 2005 houve uma reunião em São Paulo entre José Janene e o dono da Unipar, para tratar da criação da Quattor. Ao tempo do depoimento, o senhor não se recordava se o Sr. Paulo Roberto Costa estava ou não presente na reunião. O senhor se recorda agora?

O Sr. Paulo Roberto Costa pode esclarecer se estava ou não na referida reunião?

Quem era o dono da Unipar?

Em que termos ele propôs a criação da Quattor?



A participação da PETROBRAS no processo foi comprada com propina?

O Sr. Youssef ainda afirmou, no mesmo depoimento, que o Sr. Paulo Roberto Costa providenciou as tratativas para a viabilização desse empreendimento. Quais foram as ações do Sr. Paulo Roberto Costa para garantir essa viabilização? Houve suborno a outras pessoas? A quem?

Ainda segundo o Sr. Youssef, o ex-Deputado Janene teria ficado insatisfeito com essa mudança no acerto da propina e teria pressionado o empresário que dirigia a Quattor, chamado em seu depoimento de Turquinho. O senhor poderia identificar esse Turquinho? Ele seria o Frank Abubakir?

O José Janene teria dito a esse Turquinho que o Sr. Paulo Roberto Costa o tiraria do controle da Quattor, se ele não pagasse o que o Janene entendia ser sua parte?

O Sr. Paulo Roberto Costa tomou conhecimento dessa negociação? Foram esses os termos? Foi o senhor que colocou o Turquinho no controle da Quattor e poderia tirá-lo quando quisesse? Quanto custou para definir o dono da Unipar como controlador da Quattor?

É possível estabelecer algum paralelo entre os procedimentos que resultaram na criação da Quattor e o processo que resultou na criação da Sete Brasil, isto é, um empresário procura agentes políticos e Diretores da PETROBRAS para decidir a criação de uma empresa regada a pagamento de propina, para depois se beneficiarem de preços especiais de matéria-prima ou de superfaturamento na compra, pela PETROBRAS, de bens e serviços?

Ainda no momento desse depoimento, foi dito pelo Sr. Youssef que o Sr. Paulo Roberto Costa teria alguma desavença com alguém da Diretoria da Quattor. Isso procede? A desavença relaciona-se à distribuição de propina?

Sabe-se que a família Geyer possuía uma grande coleção de obras de arte, grande parte doada a um museu de Petrópolis. Algumas dessas obras de arte sumiram misteriosamente. Esse sumiço teve relação com o uso dessas obras de arte como parte de pagamento de suborno ou propina?

A venda da Quattor foi realizada por valores abaixo dos valores considerados de mercado? A diferença desse valor foi paga por fora, como propina, para os participantes da operação, inclusive controladores da Quattor?



Por último, a Odebrecht adquiriu a participação da Joanita Geyer na Unipar quando ela questionou a operação da venda da Quattor na Justiça?

O Grupo Espírito Santo, em seguida, adquiriu a participação da Odebrecht na Unipar e, futuramente, repassou essa participação para Frank Abubakir. O Grupo Espírito Santo participou do esquema de distribuição de propina e lavagem de dinheiro?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Sr. Alberto Youssef.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom. Quanto ao que eu relatei na questão Unipar, eu confirmo: o Turquinho era o Frank. Quanto à questão das obras de arte, eu não tenho conhecimento. Quanto à questão da compra da Quattor pela Odebrecht e Espírito Santo, eu também não tenho conhecimento. O que eu posso confirmar é o que eu já disse no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O último inscrito é o Deputado...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. Darei a palavra a V.Exa.

O Deputado Félix Mendonça, se quiser fazer a conclusão das perguntas, pode concluir.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - O depoente Youssef falou que o que ele relatou o senhor confirma. O senhor poderia repetir o que relatou em relação à Unipar? O que aconteceu lá? E depois quero ouvir também o Dr. Paulo Roberto Costa sobre o mesmo assunto.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, na época, houve a compra, houve a compra da... a PETROBRAS comprou parte da Unipar, formando a nova Quattor, a Quattor, no caso, e o Frank pagou por isso uma propina. E eu fui um dos que recebi por conta dessa negociação. É isso que eu posso contar.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Você se lembra do valor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - A parte que eu recebi foi em torno de 9 milhões.



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Esse assunto da Quattor, como também a compra da participação, depois, da Odebrecht dentro da Braskem, foi todo conduzido pela Área de Novos Negócios da PETROBRAS. Então, eu tinha ligação, porque a área petroquímica é ligada a mim, mas todo esse assunto foi tratado e aprofundado e discutido, em termos de valoração, em termos de contratação de bancos, para avaliar o valor dos ativos, em termos de como seria feita a distribuição dos percentuais para cada empresa — PETROBRAS e Unipar —, em termos de composição de diretoria, isso foi tratado pela Área de Novos Negócios da PETROBRAS; não foi diretamente por mim. E só o que eu posso falar.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Quero complementar, Sr. Presidente.

O senhor tem conhecimento... Dr. Youssef já falou que ele recebeu de propina 9 milhões. Essa foi para o senhor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não. Foi para o Partido Progressista, na época, liderado pelo Zé Janene.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Certo. O senhor tem conhecimento também de irregularidades desse tipo?

E mais uma pergunta: houve alguma remessa para o exterior referente a essa negociação, através do senhor?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Esse assunto em relação à propina foi tratado diretamente pelo Janene com o rapaz lá da Unipar, o... Eu esqueci o nome dele agora.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - E o representante da PETROBRAS, quem era?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. Foi tratado diretamente pelo Janene... Não teve representante da PETROBRAS. Foi tratado pelo Janene com o Presidente da Unipar.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Mas a compra não foi feita pela PETROBRAS?



O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim. Sim. Mas esse assunto aí foi conduzido pela Área de Novos Negócios da PETROBRAS, que aprovou e levou para a Diretoria.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Quem era o representante da Área de Novos Negócios na época?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Eu não lembro o nome. Eu não lembro o nome da pessoa agora, aqui, não.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Está bom. Muito obrigado.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Mas pode ser... A PETROBRAS pode informar.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - O que eu entendo é que o Dr. Youssef é apenas um intermediário.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Sim, mas...

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Ele não tem o poder de fazer.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Foi conduzida... A parte política foi conduzida diretamente pelo José Janene.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - E pela PETROBRAS, pela Área de Novos Negócios?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Pela Área de Novos Negócios da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Na Área de Novos Negócios há um Diretor de Novos Negócios, um Superintendente?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não, a Área de Novos Negócios é ligada diretamente ao Presidente da empresa.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Ao Presidente da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - É.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Então, foi ao Presidente da empresa?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA - Não. A Área de Novos Negócios é ligada ao Presidente. Essa Área de novos negócios levou para a Diretoria, e a



Diretoria levou para o Conselho, porque esse assunto, compra de empresas e venda de empresas, depende de aprovação do Conselho. Então, esse assunto foi até o Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O último inscrito, pela Liderança do PMDB, é o Deputado Celso Pansera.

V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente, eu não vou usar o tempo todo. Não ia nem usar o tempo de Liderança, mas acho bom a gente falar.

Em primeiro lugar, quero dizer que quem acompanha a CPI, quem acompanha, inclusive, da imprensa, sabe que eu sou um dos Parlamentares mais atuantes nesta CPI. Existe um conjunto de pessoas que acompanham o dia a dia da CPI e que fazem disso uma tarefa militante aqui na Câmara. Eu tenho feito disso uma tarefa militante aqui na Câmara. Nos primeiros 6 meses de mandato — nunca tive mandato antes —, eu tenho gastado e dedicado muito tempo a esta CPI.

Não sou, também, um dos Parlamentares que mais fazem requerimentos, mas faço requerimentos com conteúdo. Por exemplo, apresentei hoje o Requerimento nº 1.046, porque estive na Secretaria da CPI mais cedo e vi com os técnicos da CPI quais eram as pessoas que estão presas em Curitiba e para as quais ainda não havia requerimento autorizando a CPI a ouvi-las na semana que vem. Tomei para mim o trabalho de fazê-lo e está aqui o Requerimento nº 1.046. É um trabalho que faço porque julgo necessário para que a CPI vá a Curitiba ouvir todo mundo, assim como eu propus a primeira ida a Curitiba — fui eu que propus a ida — e nós o ouvimos lá... Foi a primeira vez que tive contato, fisicamente, com o Sr. Alberto Youssef.

Quero separar: aqui não há nada de pessoal. Aqui é um trabalho parlamentar de investigação buscando saber, de fato, o que aconteceu na PETROBRAS, doa a quem doer; não me interessa. Nós queremos passar a limpo este processo, e é para isso que eu estou aqui na CPI, é para isso que eu estou trabalhando aqui na CPI.

Quem ouviu os meus primeiros questionamentos viu que eu fiz perguntas sobre questões que envolvem diversos partidos. Inclusive só não fiz sobre a



questão da Roseana Sarney, porque alguém já havia feito na hora em que eu fui falar. Era um dos questionamentos que eu tinha a fazer a partir das contradições que pegamos nas falas tanto do Sr. Alberto Youssef quanto do Sr. Paulo Roberto Costa, na primeira vez em que falaram e, também, na delação premiada deles.

Então, aqui nós estamos trabalhando pela CPI. Nós estamos com uma tarefa na CPI, que é a tarefa de fazê-la funcionar e avançar o máximo que der nessas investigações. Vamos para Curitiba na semana que vem, inclusive, por proposta minha. Nós temos, inclusive, uma acareação lá em Curitiba que foi proposta por mim, e isso não tem nada de pessoal contra ninguém, mas nós vamos levar isso aí.

Os documentos com os quais o Sr. Alberto Youssef disse que eu o ameacei e à família dele são públicos. São requerimentos pedindo a quebra do sigilo fiscal da família dele, das filhas e da ex-mulher, e estão no *site* da Câmara. Não há nenhum segredo. Eu acho que eu os coloquei no meu *site*, inclusive — em geral, eu coloco alguns documentos no meu *site* para torná-los públicos. Não há absolutamente nada de segredo nisso, não há nada que não possa ser falado.

O que eu quero dizer, Presidente, é que, quando o jornalista da *Veja* citou o meu nome, pela primeira vez, como quem estaria ameaçando a família do Sr. Alberto Youssef, eu consultei, inclusive, amigos advogados sobre se eu não deveria tomar algum tipo de iniciativa no sentido de defender a minha vida.

Eu dou aula aos sábados de manhã, como voluntário, em cursos de pré-vestibular para negros e carentes da Baixada Fluminense; eu dirijo o meu carro; eu não ando com segurança; eu moro na Baixada Fluminense; eu tenho a minha vida estabelecida lá e não mudei a minha rotina por causa disso, tirando os dias que eu tenho que vir para Brasília.

Eu gosto da minha rotina e me senti ameaçado, me senti ameaçado fisicamente. E procurei mesmo me instruir sobre como eu deveria me comportar numa situação como essa e não vou mudar a minha rotina por causa disso, mas eu quero deixar bem claro que a minha ação aqui é uma ação para investigar, e vamos continuar investigando pelo tempo que esta CPI continuar existindo.

Acredito que, após a CPI, o Sr. Alberto Youssef deixe de fazer parte da minha vida, como passou a fazer parte dela a partir do momento em que eu entrei para a CPI. Que seja feliz, cuide da sua vida, e eu vou cuidar da minha como



sempre cuidei. Agora, nós vamos continuar investigando, e acho que essa agressividade em relação à minha pessoa, inclusive com palavra de baixo calão...

Depois que ele falou que eu sou “pau mandado do Cunha”, houve jornais tentando estabelecer um nexos entre a minha ação política com a do Presidente da Câmara, e não conseguiram. Viram que, em muitas das votações, eu tenho posições divergentes daquelas do Eduardo Cunha, que é Presidente da Câmara e é militante antigo do PMDB, Deputado antigo do PMDB.

Eu tenho inteligência suficiente para pensar os meus requerimentos e pensar a minha estratégia de ação aqui dentro. Inclusive, quando nós voltamos de Curitiba, nós distribuímos tarefas — entre os Deputados que lá estiveram, por tipo de assunto — que nós queríamos abordar aqui e que vão compor, depois, o relatório final da CPI da PETROBRAS. Então, eu peguei as minhas tarefas e as cumpri, fiz, e continuarei fazendo.

Sr. Presidente, quero dizer que eu estou trabalhando aqui e vou continuar trabalhando. Hoje estou de licença médica, inclusive, e vim para Brasília só para assistir a essa acareação, para não dizerem que deixei de cumprir o meu papel de Deputado. Eu sou requerente, queria fazer as minhas perguntas e aqui estou, mesmo em licença médica, porque acho muito importante a minha presença e o meu trabalho constante e perseverante aqui dentro.

Sr. Presidente, quero dizer que estou com a consciência extremamente tranquila. Quero dizer ao Sr. Alberto Youssef que eu não tenho absolutamente nada contra a sua pessoa, pessoalmente. Não se sinta ameaçado por mim, porque eu não tenho condições de ameaçar ninguém, e eu não ameaço ninguém. As pessoas que convivem comigo sabem do meu trato com todo mundo. Mas eu vou continuar fazendo as investigações que forem necessárias e que eu julgar necessárias enquanto a CPI estiver funcionando.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, com a tolerância de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Relator, Deputado Luiz Sérgio, tinha pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Serei muito rápido e breve.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dois companheiros seus já pediram a palavra e eu não permiti para que possamos seguir o nosso dia de votações. Darei a palavra a V.Exa. rapidamente e, em seguida, falará o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - É porque o nosso Senador Aécio foi aqui, de uma forma ou de outra, citado numa referência de uma conversa que teria havido entre o falecido Deputado José Janene e o Sr. Alberto Youssef. Então, seriam duas perguntas rápidas ao Sr. Alberto Youssef.

A primeira é se o V.Sa. já teve algum contato pessoal com o Senador Aécio Neves.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - A segunda pergunta é se V.Sa. já teve algum contato pessoal com a irmã do Senador Aécio Neves.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Também não, nenhum.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, o Ministro Teori Zavascki afirmou, quando os Parlamentares estiveram com ele, que a delação, por si só, não prova nada; ela é indício a ser investigado. Por isso, na minha primeira pergunta ao Sr. Alberto Youssef, eu indaguei quem eram os Parlamentares e que instrumentos parlamentares utilizaram para poder fazer essa intimidação. Se o único dado que se tem é em relação aos requerimentos, então, eles são também frágeis, porque é uma prerrogativa do Parlamentar apresentar esses requerimentos.

Aqui, reforço que a delação, por si só, não prova. Então, nós não podemos assistir a um conjunto de afirmações e acusações que não venham acompanhadas de dados concretos, porque, no dia a dia, o conjunto do debate político acaba fazendo a condenação. Para nós desta CPI, o Estado Democrático de Direito e o respeito às leis são muito importantes, porque nós precisamos nos guiar por eles.

O Ministério da Justiça, em relação às escutas ambientais, já comunicou à CPI que essas escutas foram colocadas sem autorização judicial, respondendo a



requerimentos desta CPI. Como V.Sa., no início, disse que ia optar pelo direito ao silêncio, mas falou, e falou bastante, eu gostaria de fazer duas perguntas. Foi V.Sa., pessoalmente, que retirou este equipamento? V.Sa. foi ouvido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público sobre a descoberta dessa escuta ambiental encontrada na cela em que V.Sa. estava preso?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Deputado Luiz Sérgio, com todo respeito a V.Exa., com referência a esse assunto escuta, existe uma investigação que está sendo feita pela Procuradoria e pela própria Corregedoria da Polícia Federal, que está em sigilo. Então, eu vou usar o silêncio para não falar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas nem se foi ouvido ou não foi ouvido? V.Sa. não entrou no mérito da questão.

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Eu vou usar o silêncio. A investigação está em curso e, logo, isso aí, a gente vai ter a elucidação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É evidente que, quando o Relator está aqui, ele recebe dezenas de sugestões, de perguntas, mas eu queria fazer mais uma. V.Sa. teve um jato alugado para a Prefeitura do Município de Maringá em determinado momento? Esse jato foi utilizado por políticos?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Bom, na época, eu fiz a campanha do Senador Alvaro Dias, e parte dessas horas voadas foram pagas pelo Paolicchi, que foi Secretário de Fazenda da Prefeitura de Maringá, e parte foram doações mesmo que eu fiz das horas voadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em relação às doações que foram feitas ao Governador Jaime Lerner, elas foram feitas pela empresa Jabur? De quanto foi a doação?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Na época, foi em torno de 170 mil dólares, alguma coisa assim, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Por essa empresa?

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Sim, a Jabur Toyopar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Jabur...

O SR. ALBERTO YOUSSEF - Toyopar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Muito bem, Sr. Presidente. Eram essas as minhas perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero agradecer aos Srs. Parlamentares aqui presentes, ao Sr. Paulo Roberto Costa, ao Sr. Alberto Youssef, pelas contribuições dadas, aos advogados presentes, de ambas as partes.

Quero dizer que momentos como este mostram, realmente, a importância de nós, da CPI, insistirmos para que acareações sejam feitas e respostas sejam buscadas para a elucidação do nosso trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.